

Homens

Sexualidades, Direitos e Construção da Pessoa

Ana Paula Portella
Benedito Medrado
Cecília de Mello e Souza
Pedro Nascimento
Simone Diniz

Homens

Sexualidades, Direitos
e Construção da Pessoa

Homens

Sexualidades, Direitos
e Construção da Pessoa

Ana Paula Portella
Benedito Medrado
Cecília de Mello e Souza
Pedro Nascimento
Simone Diniz



Copyright © 2004, SOS CORPO - Gênero e Cidadania

Coordenação de Produção Márcia Larangeira

Produção Executiva Fátima Ferreira

Projeto Gráfico e Capa Carlos Pellegrino

Revisão de Texto Consultexto

Apoio

P843h Portella, Ana Paula
Homens: Sexualidades, Direitos e Construção da Pessoa /
Ana Paula Portella, Benedito Medrado, Cecília de Mello e Souza [et al.]
- Recife: SOS CORPO - Gênero e Cidadania, 2004.

142 p. ; 24 cm

Bibliografia

1. Sexualidade. 2. Direitos sexuais. I. MEDRADO, Benedito.
II. MELLO e SOUZA, Cecília. III. NASCIMENTO, Pedro IV. DINIZ,
Simone. V. Título.

CDU 612.6.057

Ficha catalográfica elaborada na Biblioteca do Centro de Documentação
e Apoio Pedagógico do SOS CORPO - Gênero e Cidadania.

Todos os direitos reservados ao

SOS Corpo Gênero e Cidadania

Rua Real da Torre, 593 - Madalena - Recife PE

Tel: 81 - 3445.2086 / Fax: 81 - 3445.1905

e-mail: sos@soscorpo.org.br

Impresso no Brasil - 2004.

SUMÁRIO

Trilhas feministas em comunicação	7
Apresentação	11
1. Considerações metodológicas	15
2. Contextos da Investigação	27
3. A construção coletiva do processo de pesquisa	35
4. Zona da Mata Pernambucana	43
5. Rio de Janeiro	67
6. Ser homem em São Paulo	95
7. Conclusões	123
Bibliografia	133
Dados sobre as/os autoras/es	141

TRILHAS FEMINISTAS EM COMUNICAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DE PARCERIAS NA PRODUÇÃO E DIFUSÃO DE CONHECIMENTO

Esta publicação é o produto de esforços de pessoas e instituições que, a partir de diferentes lugares e tempos, realizaram um instigante projeto de pesquisa, cujo tema - a participação dos homens na sexualidade e reprodução - é de reconhecida relevância para o atual cenário dos estudos e ações políticas de gênero, no contexto dos direitos sexuais e direitos reprodutivos.

Os dados aqui apresentados foram coletados e analisados entre 1999 e 2001 e se referem à pesquisa realizada no Brasil, em três estados (Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo), por um conjunto de cinco instituições: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde; EICOS/UFRJ; Fala Preta - Organização de Mulheres Negras; Instituto PAPAÍ e SOS Corpo – Gênero e Cidadania. Contamos ainda com a colaboração especial de pesquisadores do Instituto Promundo e Fundação Carlos Chagas.

Se o trabalho em parceria foi uma condição fundamental para levar a termo esse processo de investigação, sua edição no Brasil – fruto da parceria entre SOS Corpo e PAPAÍ - tem um significado especial por trazer as marcas do desafio de

uma produção coletiva. Integrantes que somos da Rede Brasileira de Publicações Feministas - na qual tem se desenvolvido um rico debate sobre construção de parcerias no campo da produção e difusão do conhecimento -, aceitar os riscos e desafios de compartilhar um projeto de comunicação editorial seria uma oportunidade para colocar em prática as idéias e propostas de enfrentamento das questões que esse debate nos apresenta.

Dado que este processo também se revestiu de um caráter pedagógico, gostaríamos de socializar as principais questões com as quais nos deparamos e que consideramos importantes para quaisquer organizações que se lancem em parcerias dessa natureza. Ao fazê-lo, nosso propósito é de que esta experiência possa servir de estímulo a novas propostas nesse campo.

O primeiro deles referia-se à criação do projeto gráfico. Este deveria, simultaneamente, valorizar a assinatura conjunta e respeitar as diretrizes do projeto editorial de cada uma dessas organizações, considerando-se os diferentes estágios de construção em que se encontram e suas perspectivas futuras. Em termos concretos, isso gerou um debate entre o SOS Corpo e PAPAI – e, em alguns momentos, o *designer* Carlos Pellegrino –, contribuindo para que fossem feitas reformulações no projeto gráfico original, estruturado a partir da Série Pesquisas SOS Corpo. Essas reformulações envolveram tanto uma revisão da própria nomenclatura e identificação da série, como também a localização de logotipos e títulos.

Uma vez que esta parceria resultaria em um produto concreto, um livro, vimos-nos diante da necessidade de pensá-la a partir de uma perspectiva de mais ampla e de longo prazo. Optamos, assim, por um processo que poderíamos definir como “co-gestão” da publicação, onde foram definidos alguns acordos, ressaltando a necessidade de um diálogo permanente, compartilhamento de decisões sem prejuízo à autonomia de cada organização e transparência nos processos.

Tais acordos visam refletir os princípios orientadores dessa parceria, podendo facilitar decisões e procedimentos alusivos: 1) à difusão e distribuição do livro, 2) ao compartilhamento dos resultados apurados e 3) ao debate sobre possíveis reedições deste livro ou edições de outro(s) material(is) que venhamos a planejar em conjunto. Ao mesmo tempo, entendemos que isso ajudaria durante a formulação de novos projetos de parceria – fossem estes entre nós e/ou com quaisquer outras organizações.

Além disso, consideramos que a realização de um projeto feminista de parceria na produção e difusão de conhecimento deve envolver a reflexão, por parte das instituições envolvidas, sobre alguns aspectos:

- 1) **missão institucional** – no nosso caso, contou a nosso favor o fato de compartilharmos de ideais políticos comuns, cuja base está no feminismo e cuja missão é democratização do Estado e da sociedade, através da promoção da equidade de gênero com justiça social;
- 2) **produção e difusão de conhecimento** – partirmos da perspectiva de que uma publicação, especialmente, uma publicação feminista, não deve ser mais um produto de mercado. Politicamente, uma publicação deve estar vinculada, antes de tudo, ao compromisso pedagógico e estético de transformação social;
- 3) **rigor científico** – concordamos que a produção científica deve ser criteriosa, rigorosa e, ao mesmo tempo, estar a serviço da transformação social. Assim, é importante compreender essa produção como processo que favorece a produção de alternativas conceituais e metodológicas para realização de pesquisas e/ou intervenção social na área de gênero, saúde, sexualidade e reprodução;
- 4) **olhar feminista e de gênero** – compreendemos que as teorias, os debates e os estudos feministas devem envolver homens e mulheres, na busca da ruptura de padrões, e de alternativas mais libertárias para todas as pessoas.

Assim, acreditamos, SOS Corpo e Instituto PAPAI, que a partir do processo acima descrito produzimos uma publicação que, também em seu processo, exercitou na prática e na reflexão princípios e valores feministas.

Benedito Medrado – Instituto PAPAI

Márcia Larangeira – SOS Corpo – Gênero e Cidadania

APRESENTAÇÃO

No início dos anos 90, o International Reproductive Rights Research Action Group – IRRRAG, conduziu uma investigação qualitativa multicêntrica internacional que objetivou identificar de que modo mulheres, de diferentes contextos socioculturais, compreendiam e vivenciavam as injunções de gênero no campo da sexualidade e da reprodução. Essa investigação, denominada *Negotiating Reproductive Rights: Women's Voices Across Countries and Cultures*, aconteceu entre 1992 e 1996 e envolveu sete países: Brasil, Egito, Estados Unidos, Filipinas, Malásia, México e Nigéria. Como o próprio título indica, a pesquisa tratou prioritariamente dos direitos reprodutivos das mulheres. Porém, seus resultados apontaram para a necessidade de uma investigação mais aprofundada a respeito do universo masculino no que toca aos temas da reprodução e da sexualidade, buscando capturar e analisar, de modo relacional, as percepções e experiências de homens e mulheres, com foco nos primeiros, em áreas similares às da primeira etapa, com base nas teorias de gênero.

Este livro traz os resultados finais do segundo estudo multicêntrico, intitulado *Investigating the Role of Men in Women's Reproductive & Sexual Health*, desta vez realizado em apenas cinco países, pois as equipes do Egito e dos Estados Unidos, por diferentes razões, não puderam envolver-se no projeto. No Brasil, o trabalho

foi desenvolvido entre 1999 e 2001, nos estados de Pernambuco, do Rio de Janeiro e de São Paulo, envolvendo homens e mulheres de populações de baixa renda, residentes em áreas urbanas da periferia do Rio de Janeiro e de São Paulo e em áreas rurais da Zona da Mata de Pernambuco. Participaram dessa pesquisa, quatro organizações não-governamentais — o **SOS Corpo Gênero e Cidadania** e o **Instituto Papai**, ambas do Recife; o **ProMundo**, do Rio de Janeiro e o **Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde**, de São Paulo — um centro universitário de pesquisa e ação social, o **EICOS/UERJ**, e um centro de pesquisa e educação sediado em São Paulo, a Fundação Carlos Chagas. No plano internacional, a coordenação esteve a cargo de Rashidah Abdullah, coordenadora da ONG feminista Arrows, sediada em Kuala Lumpur, Malásia. Rosalind Petchesky, cientista política e professora do Hunter College, de Nova York, e Radhika Rammasubban, socióloga e diretora do Centre for Social and Technological Change at Mumbai, Índia, foram consultoras permanentes e ativas do projeto, visitaram todas as equipes e áreas de pesquisa e, por isso, dedicamo-lhes nossos sinceros reconhecimentos e agradecimentos pela valiosa colaboração que trouxeram à nossa equipe.

Este livro está organizado em oito partes. Na primeira, apresentamos o contexto socioeconômico geral do Brasil, apontando para alguns contrastes importantes entre as nossas três áreas de pesquisa. Na segunda parte, está o marco conceitual que orientou a formulação das questões de pesquisa e a análise de nossos resultados e, na terceira, a apresentação do processo metodológico de pesquisa. As três seções seguintes trazem os principais resultados do estudo em cada uma das áreas investigadas, começando por Pernambuco, seguida do Rio de Janeiro e concluída por São Paulo. A sétima seção é dedicada às conclusões e apresenta uma síntese comparativa dos resultados nos três estados e algumas recomendações para a ação política e social no campo da saúde e dos direitos reprodutivos e sexuais. Na última seção, está a bibliografia utilizada neste trabalho.

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Estudos sobre relações de gênero e sexualidade têm enfatizado a necessidade de pesquisas sobre homens e masculinidades, impulsionados pelos empreendimentos políticos e acadêmicos acerca das mulheres e dos homossexuais que, questionando práticas, símbolos e valores tradicionais, impuseram uma reavaliação do lugar do homem no contexto da sexualidade e da reprodução.

Por um lado, é possível dizer que, até muito recentemente, esteve instalado um silêncio em torno da questão da sexualidade e da reprodução masculinas, que envolvia não só os indivíduos do sexo masculino, como também seus/suas parceiros/as, as instituições políticas e sociais e os sistemas de crenças e valores existentes na sociedade. Por outro, o homem e a masculinidade têm sido freqüentemente tratados como modelo, padrão, protótipo, enfim, referência normativa. “Durante séculos, quase todos os livros publicados eram sobre homens. Inclusive hoje em dia, se um texto não tem a palavra *mulheres* no título, provavelmente trate acerca dos homens” (Kimmel, 1992: 129).

Ainda que percebamos uma tendência nos estudos científicos a relacionar o conceito de homem ao genérico ser humano, um conjunto de pesquisadores/as

tem se dedicado a refletir sobre as especificidades do conceito de masculinidade, como uma questão pertinente aos estudos das Ciências Humanas e Sociais, tendo em vista que, como destaca Kimmel (1992), estudar os homens como atores sociais pertencentes a um dado gênero é algo “(...) essencial, se se busca examiná-los descentrando-os de sua situação inicial de território genericamente inexplorável (homens como seres humanos) para fazê-los regressar a sua condição de seres especificamente genéricos” (Kimmel, 1992a: 131).

Os estudos e as ações em torno de temas como sexualidade e reprodução têm por pressuposto a reflexão a respeito dos atributos de gênero e de sexo, o que implica refletir a respeito de como o gênero tem configurado a forma como homens e mulheres devem se relacionar com as questões voltadas à sexualidade e à saúde reprodutiva.

O silêncio em torno do lugar dos homens no contexto da sexualidade e reprodução, a partir do olhar de gênero, começou a ser rompido de forma mais explícita com a IV Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento realizada em 1994, no Cairo, bem como com a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Beijing, 1995, promovidas pela ONU, nas quais foi reconhecida a necessidade de promover uma maior participação dos homens nas decisões acerca da saúde sexual e reprodutiva. Passou-se, a partir daí, a um questionamento mais sistemático sobre a possibilidade de eficácia de políticas públicas voltadas às questões citadas poderem estar vinculadas a uma maior participação masculina. Isso significou o reconhecimento de que questões como planejamento familiar, contracepção e prevenção a *dst/aids* deveriam ser tratadas como sendo também de responsabilidade masculina.

Essa passagem, no entanto, não se dá de modo tranquilo e sequer podemos dizer que esteja concluída. O ciclo de conferências comemorativas dos 50 anos das Nações Unidas, do qual fazem parte as conferências do Cairo e Beijing, foi profundamente influenciado pelo desenvolvimento e pela ação das organizações não-governamentais, especialmente nos países do Sul. E, na definição das agendas no campo da sexualidade e da reprodução, as organizações de mulheres e o movimento feminista cumpriram um papel central. Desde a década de 60, as feministas chamam a atenção para a perigosa articulação entre mulher e reprodução, de um lado, e homem e produção, de outro. Articulação que tem por base os binômios socialmente construídos que associam as mulheres à natureza e os homens à cultura. Não é necessário enumerar aqui os muitos discursos que

justificam essas associações, alguns dos quais proliferaram mesmo no interior do próprio feminismo, embora de forma positivada.¹

Como destaca Badinter (1992), no final dos anos 60, paralelamente à reconciliação, pelas feministas, das identidades e dos papéis sexuais, alguns homossexuais norte-americanos, homens, em sua grande maioria, rompem o silêncio forçado para pôr termo a uma clandestinidade dolorosamente sentida como patológica. Em vez de “homossexuais’ (...) eles preferem a denominação de ‘gays’ (...), que designará uma cultura específica e positiva”. Atualmente, entretanto, o tema *homossexualidade masculina* (e mais recentemente a feminina) ocupa grande parte das preocupações nos estudos e políticas voltadas para questões sobre sexualidade.

Como destaca o sociólogo australiano Gary Dowsett (1996), os homossexuais ainda ocupam uma estranha posição quando se discute masculinidade: “não estão totalmente dentro nem estão totalmente fora da mesma” (p. 19). Segundo ele, é necessária uma confluência entre os estudos das feministas e dos homens heterossexuais com as reflexões sobre homossexualidade e homofobia, como parte integral do processo de tentar compreender a prática heterossexual masculina, a masculinidade e as políticas sexuais.

Sendo assim, é de fundamental importância considerar que a história política e acadêmica acerca da mulher e dos homossexuais têm uma influência direta na forma como as idéias sobre masculinidade se constituíram, ao longo das últimas décadas, na definição do conceito contemporâneo de masculinidade e no incentivo aos estudos e às políticas sobre a condição masculina (Medrado, 1997).

No Brasil, também, a produção teórica e política tem acompanhado a movimentação de feministas, que se iniciou, porém, mais tardiamente que a europeia e a norte-americana. Tem sido tradicional situar o ponto de partida do movimento feminista brasileiro contemporâneo na segunda metade dos anos 70, particularmente com a declaração do Ano Internacional da Mulher pela ONU, em 1975 (Goldberg, 1989; Rosemberg, 1993; Sarti, 1988).

Como destaca Lyra (1997), uma tendência marcante da produção acadêmica e política do feminismo brasileiro dessa época foi a de aproximar-se ou procurar

¹ Este é o caso do ecofeminismo que, ao associar as mulheres à natureza, lhes confere as qualidades de cuidadora e protetora que, nesta concepção, seriam elementos fundamentais para a construção de um mundo mais solidário e pacífico.

o diálogo com o marxismo, privilegiando a mulher trabalhadora como tema (Sarti, 1985). A condição feminina foi descrita, discutida, denunciada e a ela foram propostas alternativas nos diferentes campos da vida social. Dessa reflexão, os homens, ou a masculinidade, estavam excluídos — e se excluía — ou então serviam apenas como contraponto para os estudos sobre a mulher.

Na ação militante, organizavam-se grupos de mulheres autônomos ou ligados a espaços institucionais mais amplos. Foram criados grupos de reflexão de mulheres (Costa, 1988), organizações de mulheres nos partidos, nos sindicatos (Moraes, 1985), nas associações de pós-graduação (Costa, Barroso & Sarti, 1985). Naquele momento, problematizou-se a maternidade compulsória da mulher adulta nos campos da saúde (Barroso, 1987) e da vida psíquica e social (Moraes, 1985). Selar o destino sexual, afetivo e criativo das mulheres à maternidade foi intensamente questionado com palavras de ordem como direito ao próprio corpo, ao trabalho extradoméstico, a equipamentos sociais para coletivizar atividades domésticas e à criação do filho (Moraes, 1985), em especial o direito a creches (Rosemberg, 1987). No contexto do diálogo teórico e político com o marxismo, ou com as esquerdas brasileiras, a reivindicação e as propostas orientavam-se mais para as políticas de Estado. Por exemplo, a imprensa feminista dos anos 80 postulou como alternativa à maternidade compulsória na criação dos filhos a reivindicação por creches e, muito menos ou quase nada, pela participação do pai no cuidado e na educação da criança (Campos, Rosemberg & Cavasin, 1988). Naquele momento, a paternidade, por exemplo, não foi tematizada pelas feministas (Lyra, 1997).

No final dos anos 80, já estão por demais divulgadas algumas das consequências negativas das concepções que compreendem as mulheres como seres eminentemente voltados para a reprodução e para a sexualidade. Naquele período, as feministas já somavam pelo menos duas décadas de estudos, pesquisas e intervenções sociopolíticas sistemáticas, que confirmam não apenas o modo como a iniquidade de gênero produz morbidade e mortalidade femininas — em sua grande parte associadas à vida reprodutiva e sexual — como também demonstram a ineficácia de políticas sociais que não tomem por base, na sua elaboração e implementação, as desigualdades presentes na sociedade. Nos anos 80, a despeito de todo o desenvolvimento científico e tecnológico, o quadro geral da condição e da situação das mulheres no mundo é ainda desalentador.

Entram em campo, naquele momento, muitos elementos explicativos para a persistência das desigualdades de gênero e para o fracasso das políticas que, em

alguma medida, tentaram revertê-las.² A chamada “ausência” masculina dos campos da reprodução e da sexualidade é um desses elementos, mas não é o único. A pobreza, os diferentes fundamentalismos religiosos, as estruturas de poder político e econômico que permanecem intactas — fatores que também colaboram para essa configuração indesejável — estão ao lado dessa “ausência” masculina.

Há, aqui, um curioso movimento que aproxima a denúncia feminista sobre como a reprodução é vivida solitária e dolorosamente pelas mulheres e o discurso de alguns setores da cooperação internacional defensores de políticas de gênero que incluam os homens, sobretudo porque a raiz da desigualdade de gênero estaria na pobreza. A convergência, no entanto, é apenas ilusória — ou superficial. Ao falar em solidão e dor, as feministas estão se referindo, sobretudo, à invisibilidade pública dos temas da reprodução e da sexualidade, à ausência de problematização política dos mesmos e à falta de suporte social e político para um exercício tranqüilo e saudável (em seu sentido mais amplo) da sexualidade e da reprodução. É essa dicotomia radical, que associa, de um lado, mulheres/sexualidade/reprodução/vida privada e, de outro, homens/produção/vida pública, que é denunciada pelas feministas, e não o apartamento individual entre mulheres e homens. O foco não está nos indivíduos, nem sequer nas famílias, mas no modo como as sociedades se organizam para dar conta do que é vivido, criado e produzido nas esferas privada e pública. A decorrência prática desses discursos feministas são intervenções voltadas para o fortalecimento das mulheres enquanto indivíduos e enquanto grupos, de modo que possam construir projetos próprios e autônomos.

Nada nos impede de supor que aí, nesses primórdios da discussão a respeito dos homens na reprodução e na sexualidade, tenha acontecido um reordenamento da disputa por recursos públicos nacionais e internacionais. A perspectiva do empoderamento das mulheres teve como consequência a elaboração de políticas e projetos voltados especificamente para as mulheres que, evidentemente, disputavam recursos com políticas e projetos voltados para as comunidades como um todo. Não é por outra razão que, até hoje, algumas feministas acreditam que a entrada dos homens nos debates sobre direitos sexuais e reprodutivos pode ser um modo de reduzir os recursos — e, conseqüentemente, os impactos — para

² Evidentemente que nem todas as tentativas foram fracassadas. Da Conferência da *Década da Mulher*, em Nairóbi, 1975, à do Cairo, pode-se contabilizar avanços em muitos países, entre eles o Brasil. Mas é pouco provável encontrar, sobretudo nos países do Sul, exemplos de políticas estruturadoras que instauraram de modo efetivo a igualdade de gênero.

os projetos com mulheres. É bastante provável que isso venha acontecendo em algumas situações, mas nos parece demasiado afirmar que o surgimento e a manutenção dessa discussão no campo político e acadêmico deva-se apenas às estratégias de financiamento para o desenvolvimento.

Lembraríamos apenas mais dois elementos que complexificam o debate. A década de 80 é também o momento de divulgação da descoberta da aids e do surgimento dos primeiros grupos de reflexão sobre a condição masculina nos Estados Unidos que, numa trajetória similar à do feminismo, vieram acompanhados de uma produção acadêmica consistente e sistemática. A aids recoloca o tema das doenças sexualmente transmissíveis em um outro patamar. Até então, as respostas da medicina para o tratamento das Doenças Sexualmente Transmissíveis (dst) eram consideradas satisfatórias e o ciclo “infinito” de reinfecção produzido por relações sexuais desprotegidas era minimizado pela possibilidade de cura, de tal modo que, exceto nos casos em que se associavam à pobreza e à miséria, as dst dificilmente eram tratadas como um problema grave, a não ser pelas feministas, que as associavam ao quadro mais geral da saúde da mulher. Naquele momento, a aids colocou-se em cena como a dst incurável, podendo estar associada a outras dst, que criariam um ambiente favorável para a infecção pelo HIV. A aids traz o problema para o âmbito da prevenção e não do tratamento e da cura e, com isso, recoloca as dst como algo que acontece entre duas pessoas e que, como tal, deve ser pelas duas enfrentado. Com isso, a aids traz o homem para a cena da saúde sexual que, obviamente, está articulada à reprodução e à sexualidade.

Particularmente com o advento da aids que, em seu surgimento, foi identificada como *peste gay*, os limites entre essa subcultura sexual e a sociedade como um todo foram sendo rompidos. Através do investimento acadêmico nos estudos sobre sexualidade,³ foi-se ampliando o leque de repertórios nesse campo, identificando-se valores, costumes e arranjos afetivos entre homens *same sex oriented*, para além dos guetos e das comunidades (Medrado, 1997).

Ao exigir o uso de um método comportamental como principal modo de prevenção, a epidemia da aids termina por solicitar de homens e mulheres que

³ Para maiores detalhes sobre o impacto da aids nas pesquisas sobre sexualidade, ler Vance (1995).

dialoguem, que mudem suas formas de se relacionar, seja no contexto de relações homossexuais ou heterossexuais. No caso dos/as heterossexuais, essa situação tornou imensamente mais clara a desigualdade de poder no interior dos casais, com desvantagens concretas para as mulheres, ao mesmo tempo em que trouxe, para profissionais e ativistas do campo da saúde, a necessidade de voltar-se para os homens, até porque o método de prevenção mais recomendável é o preservativo masculino.

Na área da saúde sexual e reprodutiva, portanto, constitui-se um novo sujeito: o homem. Com ele, esboça-se um novo discurso que, assim como o discurso feminista, é múltiplo e diverso e se constrói na tentativa de compreender e explicar a nova condição de um sujeito que, por ter sempre estado em situação de poder, raramente foi colocado na posição de objeto de reflexão e problematização, tal como o foram as mulheres. No máximo, os homens foram pensados e debatidos enquanto seres humanos, representantes da humanidade, e não se levando em conta as suas especificidades em relação às mulheres. São os/as acadêmicos/as e ativistas do campo da(s) masculinidade(s) que dão forma a essa discussão e a visibilizam, complexificando-a e re-problematizando o debate sobre o gênero. É no passo dessas considerações que a pesquisa que realizamos encontra seu sentido.

Ao procurar definir, de modo amplo, seu espaço na política, na economia, nas questões relativas à sexualidade, nos âmbitos público e privado, as mulheres e os homossexuais, particularmente masculinos, contestaram a dominação que sofriam, propondo uma nova mentalidade, novos comportamentos e novas perspectivas para as relações de gênero, questionando diretamente a masculinidade hegemônica: branca, heterossexual e dominante (Medrado, 1997).

As questões que orientaram essa investigação referem-se diretamente a questões mais gerais que têm orientado as discussões no nível acadêmico e no nível político no que se refere aos avanços dos estudos de gênero e de suas inflexões no campo dos direitos reprodutivos e dos direitos sexuais. Refletir sobre essas questões implica em considerar o esforço que estudiosos das mais diversas áreas têm feito nas últimas décadas para demonstrar que aquilo que aparece como óbvio, “homem é homem e mulher é mulher”, é resultado de uma elaboração cultural engenhosa que investe de significados corpos biológicos diferenciados, inclusive reivindicando a dimensão biológica para configurar essa diferenciação. Em vez de crermos que estamos diante de um reflexo inevitável, inescapável, onde o sexo biológico está informando as codificações culturais,

compreendemos que estes mesmos corpos estão engendrados pela necessidade de classificação que a vida social exige para adquirir sentido.

A problematização desses níveis implica em mais do que apenas reafirmar que o gênero se constitui numa construção histórica e culturalmente datada. Não que isso seja uma questão menor. Suas implicações são fundamentais para que seja possível avançar, e muitos autores já se propuseram a traçar seu histórico sob vários prismas (Barbieri, 1991; Heilborn, 1992; Scott, 1993; Vale de Almeida, 1995; Gomáriz, 1995; Corrêa, 1996; Fonseca, 1996, para citar apenas alguns). Referimo-nos à necessidade de incorporarmos a percepção de que, por ser constituído dessa forma, o gênero ultrapassa os sujeitos específicos que orienta e, para ser satisfatoriamente utilizado, precisa romper com a associação inequívoca entre o masculino e o feminino e os sujeitos associados a um ou a outro. Um dos efeitos mais marcantes para análises dessa natureza foi o retardamento da incorporação dos estudos sobre homens e masculinidades no âmbito dos estudos de gênero, desde sua gênese marcada pela reificação no feminino.

Sendo assim, quando destacamos a ausência ou a dificuldade da incorporação dos homens à discussão do gênero, estamos preocupados/as em abordar a necessidade de incorporar a discussão sobre masculinidade não apenas como um contraponto à feminilidade. Se é legítimo reconhecer essa contraposição enquanto decorrência da gênese desses estudos assentados na luta feminista, o mesmo não se pode dizer de sua manutenção hoje. A realização desse propósito implica em repensar o conceito de gênero, desprendendo-o da oposição homem–mulher, com o intuito de torná-lo mais abrangente e operacional.

O conceito de gênero é, para nós, um ponto de partida fundamental, não apenas pelas implicações mencionadas, mas por estar relacionado às dimensões da sexualidade e da reprodução; *gênero*, aqui, sendo compreendido como a base das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, bem como um modo de dar significado às relações de poder (Scott, 1993).

Algumas contribuições serão importantes para aprofundar a discussão, enfatizando a necessidade de ampliar as pesquisas de gênero numa perspectiva relacional (Barbieri, 1991), contribuindo fortemente para a ampliação dos estudos sobre homens e masculinidades. A discussão sobre masculinidades, por sua vez, não vem substituir ou questionar a importância do conceito de gênero. Connell (1987, 1995, 1997), um dos mais importantes representantes desse esforço, ao chamar a atenção para o fato de que não existe uma só masculinidade,

mas sim uma masculinidade hegemônica, que seria a masculinidade-padrão considerada normal, “branca, heterossexual, dominante”, concebe gênero na perspectiva que queremos assumir:

“Em vez de tentarmos definir a masculinidade como um objeto (um caráter de tipo natural, uma conduta-padrão, uma norma), necessitamos nos centrar nos processos e relações por meio dos quais homens e mulheres levam vidas envolvidas no gênero. A masculinidade (...) é, ao mesmo tempo, a posição nas relações de gênero, as práticas pelas quais os homens e as mulheres se comprometem com essa posição de gênero e os efeitos destas práticas na experiência corporal, na personalidade e na cultura” (Connell, 1997: 35).

Desse modo, os significados relacionados ao gênero acabam por se constituir numa dicotomia fundamental e num princípio classificatório a partir de uma simbólica de divisão do mundo em masculino e feminino (Vale de Almeida, 1996: 163; Bourdieu, 1995), sendo o gênero, portanto, “muito mais do que as interações face a face entre homens e mulheres” (Connell, 1995: 189).

Afirmar a importância do gênero por suas conexões com as outras temáticas por nós investigadas tampouco significará obscurecer suas especificidades. O desafio é perceber essas relações sem abrir mão do que pode ser importante em cada um dos níveis do gênero, da sexualidade e da reprodução, uma vez que:

“Tomar a sexualidade como subsumida ao gênero poderia ser insuficiente para dar conta dos diversos aspectos da sexualidade, em particular na oposição entre o sistema como um todo e a experiência individual. Sendo o corpo um *locus* de significados sexuais, práticas históricas e sensações físicas, simultaneamente sujeito e objeto de construções sociais, e estando a sexualidade referida a este complexo, o gênero seria apenas uma das dimensões a serem consideradas na sua abordagem” (Villela e Barbosa, 1996: 190).

Comentando as hipóteses explicativas sobre o modo como as relações entre os sexos se organizam no campo da teoria feminista e de gênero nos anos 70 e 80, Corrêa (1996) afirma que este era bastante influenciado pelo modo como a teoria marxista pensava o sexo e a sexualidade, segundo a qual o sexo seria uma força natural que preexistiria, que precederia a vida social, modelando as instituições. Marx e Engels identificaram a sexualidade feminina aos meios de

produção naturais. Os patriarcas controlariam a sexualidade das mulheres para assegurar o domínio sobre a economia, sendo a sexualidade feminina direcionada para a reprodução, a fim de assegurar a passagem dos bens (“o nome do pai”).

Desse modo, naquela época, o conceito de patriarcado era a categoria explicativa para a subordinação das mulheres. Esse conceito, apesar de mobilizador de ação política, segundo Corrêa (1996), carece de precisão, tendo sido aplicado como categoria fixa “quando distinções significativas podem ser identificadas nos mecanismos de subordinação das mulheres e na construção de representações e práticas sexuais.” Assim, para essa autora: “As mulheres eram concebidas como objetos e vítimas que não tinham nenhuma possibilidade de agenciamento. Os limites e dilemas da identidade masculina eram naturalmente obscurecidos” (op. cit., 1996: 151).

Refletindo a partir de G. Rubin, Corrêa (1996) propõe que o feminismo, enquanto teoria da opressão sexual, não distingue gênero e desejo erótico, levando, pela fusão entre gênero e sexualidade, à noção de que a teoria da sexualidade poderia derivar da teoria de gênero, o que não se aplica, apesar do fato já mencionado de a operação de ambos os sistemas se influenciarem. Ainda segundo Corrêa, ao constatar essa falha teórica nas concepções de sexo e de sexualidade, será em Foucault que serão buscados instrumentos para o avanço nessa questão, considerando-se, a partir daí, as especificidades de cada cultura e das várias subculturas em seus vários dispositivos com relação ao exercício das práticas sexuais e às formas de controle dessas práticas institucionalmente estabelecidas, bem como a organização social da sexualidade.

Assim, além dos sistemas de sexo e gênero, Richard Parker (1991) propõe o sistema erótico como elemento para a compreensão da vida sexual brasileira, na qual a ideologia e hierarquia de gênero focalizariam menos o eu sexual e a lógica da reprodução e mais as noções de passividade/atividade. Esse sistema articularia um conjunto de categorias que estruturariam a vida sexual brasileira. Nele, os significados da vida sexual são mais imediatos e difundidos, construindo noções de masculinidade e feminilidade e ordenando-as hierarquicamente.

A importância dos significados da sexualidade ou das práticas sexuais para a formação da identidade masculina deve, portanto, ser destacada. Considerando-se os valores e as expectativas dos homens, as noções de cuidado e responsabilidade aparecem permeadas por questões identitárias que estão ligadas ao provimento do lar (Scott, 1990; Quadros, 1996; Sarti, 1996; Nascimento, 1999, 2001), a uma sexualidade enquanto força incontrolável, impulsionada biologicamente,

na qual a ereção e a penetração são fatos fundamentais para criação de valores e expectativas (Leal e Boff, 1996). Tais noções estão ligadas a uma constante reafirmação da masculinidade, por meio de repetidas provas que enfatizam a diferença do que é ser homem em relação à mulher, à criança e ao homossexual (Leal e Boff, 1996; Jardim, 1995).

Essas dimensões devem ser igualmente consideradas junto à condição de pobreza, categoria fundamental para caracterizar a população investigada, ao mesmo tempo em que a mesma se relaciona com diferentes níveis.

Nas pesquisas em torno dos homens e das masculinidades, torna-se imprescindível contextualizar o debate em torno das condições socioeconômicas das populações investigadas como uma forma de evidenciar de que modos as prescrições de gênero se realizam em situações de pobreza.

Sarti (1996), ao se referir ao modo como os pobres foram tratados nas ciências sociais brasileiras, aponta para uma “identificação por contrastes”, na qual o pobre é um “outro” visto sempre a partir do pressuposto da falta, seja com uma ênfase na economia, onde se definiu a condição do pobre a partir da exploração do trabalho pelo capital; ou na política, a partir da ausência de reconhecimento de seus direitos de cidadania (Sarti, 1996: 17-18). Segundo ela, é preciso voltar a atenção para a vida social e simbólica dos pobres, permitindo-se percebê-la enquanto positividade concreta. Isso permitirá romper com a idéia dos pobres como o *homo oeconomicus*, porém sem pensá-los como formando uma cultura inteiramente autônoma (idem: 25).

No caso específico da identidade masculina, Sarti ainda será importante nesta investigação para pensar como aquela está diretamente ligada ao trabalho: “O trabalho é muito mais do que o instrumento da sobrevivência material, mas constitui o substrato da identidade masculina, forjando um jeito de ser homem. É condição de sua autonomia moral, ou seja, da afirmação positiva de si, que lhe permite dizer: eu sou” (idem: 66). Considerando que os pobres investigados por Sarti guardam diferenças dos por nós estudados, como perceber o papel desse domínio em suas vidas? Associadas a essas questões, decorre a importância de remeter os dispositivos de masculinidade que investigamos à discussão da honra enquanto direito ao orgulho de si mesmo, como bem definiu Pitt-Rivers (1971:13), associando-a à pobreza, onde a honra vincula-se à virtude moral e não à posição social, como seria para os aristocratas (Sarti, 1998: 119). Nessa direção, Fonseca (2000) advoga a validade do conceito de honra, pois esta “figura

como elemento simbólico chave que, ao mesmo tempo, regula o comportamento e define a identidade dos membros do grupo” e permite dar ênfase aos aspectos não-materiais da organização social.

É importante reconhecer que há um déficit significativo nos estudos sobre os homens em relação aos estudos sobre as mulheres, no contexto das relações de gênero. Esse é um campo em construção, e esta pesquisa pretende-se uma contribuição para o mesmo.

Ao mesmo tempo, é importante reconhecer neste estudo o “gênero dos homens”, ou seja, é fundamental explicitar o enfoque de gênero que adotamos ao tratar sobre o tema das masculinidades e ao abordar homens em situação de pobreza. Em outras palavras, é imprescindível reconhecer a dimensão relacional do gênero que possibilita desconstruir, principalmente, argumentos culpabilizantes sobre o masculino que demarcam o discurso de parte das discussões em torno das relações de gênero e que ainda se faz presente, direta ou indiretamente, nas produções acadêmicas contemporâneas. Em vez de procurar os culpados, é necessário identificar como se constroem e se mantêm relações de subordinação, gerando menos desigualdade social e possibilitando, efetivamente, transformações no âmbito das relações sociais “generificadas”, ou seja, orientadas pelas desigualdades de gênero (Medrado, 1996).

CONTEXTOS DA INVESTIGAÇÃO

Os dados do censo de 2000 mostram que o Brasil possui uma população de 169.799.170 pessoas, das quais 50,77% são mulheres (86.223.155). Seguindo uma tendência de urbanização crescente, a área urbana concentra mais de 80% da população, cerca de 137.953.000 pessoas, enquanto a área rural fica apenas com 18,7% da população total. É no Sul e Sudeste que existem os maiores percentuais de concentração da população nas cidades, 80% e 90% respectivamente, enquanto essa taxa cai para cerca de 70% no Nordeste e Norte do país.

Nos últimos vinte anos, além da crescente urbanização, os dados sobre população no Brasil apontam para a diminuição da taxa de natalidade e o aumento das taxas de escolarização. Vistos de maneira global, os dados mostram uma evolução do país rumo aos critérios de um determinado tipo de desenvolvimento que não prioriza a justiça social. De fato, uma análise mais detalhada dos dados mostra um país com graves problemas de desigualdade social, já que o Brasil possui uma das maiores concentrações de renda do mundo, apresentando também disparidades internas importantes entre as regiões geográficas, entre cidade e campo e ainda no interior dos próprios aglomerados urbanos.

Olhando apenas a renda *per capita* do Brasil, podemos considerá-lo um país relativamente rico, já que, se observarmos a sua renda *per capita* nacional, ele se situa entre os 23% da população mundial que auferem os rendimentos mais elevados. Mas a apropriação dessa renda é feita de maneira extremamente desigual (Kernstenetzky, in *Relatório 2001 do Observatório da Cidadania*). Podemos ilustrar essa situação com base nos dados do *Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas* – PNUD, de 2001, que mostra o país na 69ª posição no IDH,¹ com 0,757, 12 pontos abaixo do *ranking* de renda *per capita*. O índice de 0,75 coloca o Brasil no *ranking* de países com médio desenvolvimento humano. Ao mesmo tempo, em 2000, 574 municípios alcançaram alto desenvolvimento humano (índice acima de 0,800), sendo que apenas um deles localiza-se na região Nordeste, que é o arquipélago de Fernando Noronha, em Pernambuco. No Rio de Janeiro, há oito municípios nessa mesma classificação, entre os quais encontra-se a capital. São Paulo, por sua vez, concentra 30,48% de todos os municípios com alto desenvolvimento humano, num total de 175, entre os quais também se encontra a capital. Em toda a região Nordeste, apenas dois municípios, o já citado Fernando de Noronha² e Salvador, apresentam IDH acima de 0,8 e 19 municípios ainda apresentam índices abaixo de 0,5. Na região Sudeste, contrariamente, nenhum município situou-se abaixo de 0,5 e há 224 municípios com IDH acima de 0,8.

Em relação às cidades por nós estudadas, podemos notar que há entre elas uma profunda desigualdade, já que as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo são as duas maiores do Brasil, situadas, respectivamente, no 5º e no 2º lugar no *ranking* do desenvolvimento humano do país, e estão localizadas na sua região mais rica, o Sudeste, enquanto que o município de Tamandaré encontra-se na área rural do Estado de Pernambuco (22º no *ranking* do IDH, tendo caído duas posições de 1991 a 2000), no Nordeste, uma das duas regiões mais pobres. Abaixo, baseados no *Atlas de Desenvolvimento Humano* do PNUD, apresentamos uma tabela com alguns indicadores sociais dos municípios estudados.

¹ Índice de Desenvolvimento Humano, criado pelo PNUD para comparar a qualidade de vida que os países proporcionam às suas populações. São analisadas estatísticas sobre acesso à educação, expectativa de vida e renda *per capita*. O índice varia de 0 a 1, quanto mais próxima do 1, melhor a situação do país com relação aos indicadores estudados.

² Fernando de Noronha é um distrito estadual, mas é tratado como município para efeito das análises sobre desenvolvimento e qualidade de vida.

Tabela 1 Indicadores sociais: Brasil, Rio de Janeiro, São Paulo, Tamandaré, 2000

Indicadores	Brasil	Rio de Janeiro	São Paulo	Tamandaré
IDH	0,757	0,842	0,841	0,596
Esperança de vida ao nascer	67,7	70,26	70,66	62,6
Renda familiar <i>per capita</i> (2000*, exceto Brasil)	1,31 SM (1999)	2,48 SM	2,50 SM	0,35 SM
Taxa de alfabetização de adultos/as	85,2	95,59	95,11	63,12
Abastecimento de água inadequado (Domicílios)	23,9%	1%	0,7%	29,8%
Esgotamento sanitário inadequado (Domicílios)	47,2%	0,5%	0,2%	32,35%

Fonte: Pnud, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000 e IBGE, Censo 2000 - resultados do Universo

* Convertida para o valor do salário mínimo de agosto de 2003 (R\$ 240,00).

É de se pensar que o plano de estabilidade monetária de 1995 tenha trazido algumas melhorias nos índices de pobreza do Brasil, pois, com o fim do imposto inflacionário, houve um aumento da renda dos mais pobres, havendo, por isso, uma diminuição da taxa de pobreza de 41,7% para 34% entre 1995 e 1999. Por outro lado, ao priorizar a estabilidade econômica e o conseqüente apoio às importações, o ajuste macroeconômico fragilizou a economia local e impôs pesados sacrifícios à população, com a perda de 1,3 milhões de postos de trabalho, precarização das relações de trabalho e informalização do mercado. Num país onde boa parte do acesso aos benefícios é conseguida através do vínculo de trabalho, a política econômica escolhida tem um custo social muito alto, que impacta fortemente sobre as parcelas da sociedade das quais nossos sujeitos de pesquisa fazem parte — homens e mulheres pobres que se enfrentam com o subemprego ou com o desemprego.

O relatório PNUD do ano 2000 salienta a persistência das disparidades regionais, da concentração de renda e da desigualdade nos gastos sociais como uma das causas da pobreza no país. Cerca de 15% da população ainda vivem em situação de extrema pobreza, ou seja, com cerca de US\$ 1,00 por dia. A incidência de pobreza extrema é maior entre a população negra e mais ainda entre a população rural. Segundo sua avaliação, a região Nordeste, que concentra 30% da população do país, contribui com 62% dos pobres brasileiros.

A maior parte dos gastos públicos nas áreas sociais — Educação, Saúde, Previdência e Assistência Social — é apropriada pelas camadas médias e alta da sociedade. Dois terços do orçamento, ou 1/5 do PIB, é destinado a esses gastos que beneficiam uma camada restrita da população. No item Educação, mais de 90% dos pobres não atingem o nível secundário e um percentual ainda maior não chega à universidade. Na Saúde, apenas os pobres utilizam a rede pública

que, em geral, oferece serviços de baixa qualidade. Onde há serviços de alta qualidade no setor público, os pobres sofrem a concorrência dos mais ricos, que se apropriam desses serviços através de sua maior informação e rede de contatos.

Apenas a assistência social é majoritariamente voltada para os pobres e tem sido graças a ela, e também à Previdência Social, que boa parte das populações rurais do Nordeste tem conseguido sobreviver, como é o caso da nossa área de pesquisa em Pernambuco. Mesmo políticas sociais como o seguro-desemprego só atingem as pessoas que já foram inseridas no mercado formal de trabalho, fatia cada vez menor da população economicamente ativa brasileira, dada a flexibilização das relações de trabalho vista acima. O mesmo se dá no tocante às aposentadorias: dois terços das pensões pagas pelo governo destinam-se ao quinto mais rico da população.

Mas a desigualdade social no Brasil tem cor e sexo. Quando aplicado aos cortes de gênero e raça, o IDH do Brasil varia de forma alarmante. Tomando o ano de 1999, quando a posição do Brasil no IDH mundial era a 64^a: ao se considerar apenas a população branca, o Brasil subia para a 43^a posição, enquanto que, ao se considerar apenas a população negra e parda, o Brasil descia para a 108^a posição. Em relação às desigualdades de gênero, desde 1995 o PNUD utiliza o Índice de Desenvolvimento Ajustado ao Gênero – IDG. No *ranking* do IDG, o Brasil ficou na 67^a posição (caindo três pontos no *ranking* do IDH), e ao cruzarmos os recortes gênero e raça, temos a tabela abaixo:

Tabela 2 Índice de Desenvolvimento Ajustado ao Gênero. Posição do Brasil Segundo o IDH Afro-descendente e Branco 1999

País	Grupo étnico	Posição IDG	Valor do IDG	Posição IDH	Diferença *
Brasil		67	0,773	64	- 3
Brasil	Afro-descendentes	91	0,663	64	- 27
Brasil	Branco	48	0,784	64	16

Fonte: PNUD, Relatório de Desenvolvimento Humano - 1999. Transcrito do texto: Mulheres Negras, um retrato da discriminação racial no Brasil, Articulação de Mulheres Brasileiras, maio de 2001.

* O valor negativo revela que o país obteve um desempenho pior na igualdade de gênero do que na média das realizações básicas.

Na Educação, evidencia-se um maior número de anos de estudo, uma média de dois, da população branca em relação à população de negros e pardos. Segundo dados do Ministério da Educação, apenas 2,2% dos formandos em universidades eram de cor preta, enquanto que os de cor branca representavam 80%. Ao

trabalharmos com percentuais populacionais, cerca de 45,2% da população brasileira é de pardos e pretos, com apenas 15,7% de participação no contingente de formandos em 2000 (MEC, Provão 2000).

A defasagem educacional reflete-se no mercado de trabalho em todos os níveis salariais. Na hierarquia de salários no Brasil, as mulheres negras ocupam o nível mais baixo, sofrendo uma dupla discriminação, de gênero e raça. Desde o final da década de 80 que os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, apontam para um aumento da escolaridade feminina, com destaque para o aumento de mulheres no nível superior e na pós-graduação. Nesse mesmo período, registrou-se um aumento na participação das mulheres na população economicamente ativa, passando de 32,9%, em 1981, para cerca de 45%, em 1999 (PNAD – IBGE). No entanto, a vantagem na escolarização não repercutiu no nível salarial, pois as mulheres continuam recebendo rendimento inferior quando desempenham as mesmas funções, mesmo tendo níveis mais elevados de escolaridade. As diferenças salariais entre homens e mulheres são verificadas em todas as categorias ocupacionais, aumentando à medida que sobe o nível de escolaridade. Apesar dessa realidade de desigualdade, o acesso ao trabalho e à renda é um dos maiores fatores de empoderamento das mulheres no Brasil, mas temos que reconhecer que não há políticas públicas que tratem dessa questão de forma consistente.

Apesar de representar 51% da população e 49,99% do eleitorado, a participação das mulheres nas três esferas do poder é ainda muito restrita e vai se estreitando ao subirmos na hierarquia. No último pleito, elas conseguiram, no Legislativo, 11,2% nas câmaras municipais, 10% nas câmaras estaduais, 5,6% na Câmara Federal e 2,4% no Senado. No Executivo, elas são 5,5% nas prefeituras, 3,7% nos governos estaduais (apenas 01) e nunca houve uma presidente da República. No Judiciário, existem apenas três mulheres nos tribunais superiores (Cfemea, 2000). Existem duas leis instituindo cotas nas listas eleitorais dos partidos, o que fez aumentar o número de candidatas, mas não o número de eleitas, mostrando claramente a dificuldade que as mulheres ainda têm de se dedicar exclusivamente à esfera política. De animador, uma proporção significativa de mulheres que entram na política através de suas participações nos movimentos sociais e não através de relações familiares, o que pode apontar para uma renovação da forma tradicional e patriarcal de fazer política no país e também para uma maior visibilidade que os temas relacionados às mulheres adquirem com o exercício do mandato parlamentar.

A Constituição Federal de 1988 e as leis nº 8.080 e nº 8.142 de 1990 dão as bases para a construção de um sistema universal e único de saúde, financiado por recursos da seguridade social e dos orçamentos federal, estaduais e municipais. Cabe ao município a provisão direta dos serviços de atenção básica financiados por recursos públicos; as esferas estadual e federal, por sua vez, assumem, monitoram e avaliam o sistema e prestam serviços de maior complexidade e que servem de referência para populações de mais de um município. O processo de municipalização do sistema não se deu sem conflitos entre as esferas estadual e municipal, relacionados, sobretudo, com a amplitude dos repasses de serviços e o acordo financeiro que os viabilizaria (Cortes, 2000). Além disso, a questão do financiamento do sistema de saúde permanece como premente, a alocação dos recursos da CPMF³ sendo contrabalançada com a redução efetiva de recursos orçamentários. Apesar de previstas nas leis citadas acima, as verbas têm sido sistematicamente desviadas e o gasto *per capita* é baixo, dado o PIB *per capita* brasileiro (AMB in *Observatório da Cidadania*, 2000).

Nesse contexto, as políticas de saúde voltadas para as mulheres — que concentram praticamente toda a assistência voltada para a saúde reprodutiva e sexual — sistematizadas desde 1984 no Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher – PAISM, passam por um processo de fragmentação na execução das ações, que repercute na qualidade dos serviços prestados. Dada a desigualdade existente entre os municípios, alguns exemplos de implantação bem-sucedida do PAISM não escondem o fato de que o programa ainda não é uma realidade para toda a rede pública do país.

A não implementação do PAISM tem consequências negativas para a situação da saúde sexual e reprodutiva das mulheres brasileiras. Nas conferências do Cairo e Pequim, o Brasil reassumiu o compromisso feito na 23ª Conferência Sanitária Pan-americana, de reduzir o índice de mortalidade materna em 50% até o fim da década. Em 1995, o índice era de 49,9 mortes por cem mil nascidos vivos, mas, ao se aplicar um fator de correção que leva em conta a lentidão do sistema de informação, o registro insuficiente dos óbitos e a dificuldade das famílias em reconhecer o óbito materno, essa taxa sobe para 134 por cem mil nascidos vivos, o que nos aproxima dos países mais pobres da América Latina. Esse índice cai

³ Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, que institui um percentual aplicado a todas as movimentações realizadas no sistema financeiro.

para 30/100 mil em 1996 e 1997, mas volta a subir para 40/100 mil em 1998, indicando uma tendência de crescimento e inviabilizando a meta de redução da mortalidade em 50% até 2000.

O câncer de colo de útero é a terceira doença que mais atinge a população feminina, representando 15% dos tumores malignos em mulheres. Dados do Instituto Nacional do Câncer, de 1998, mostram que 5,7 milhões de mulheres na faixa etária de maior prevalência — 35 a 49 anos — nunca tinham feito o exame preventivo do câncer de colo uterino. Apesar da ampliação do número de exames através de campanhas nacionais, o encaminhamento e tratamento das mulheres diagnosticadas com câncer ainda não são sistemáticos. Sobretudo em áreas rurais e afastadas, o acesso aos serviços é bastante dificultado, com problemas que vão desde a qualidade da coleta à demora na entrega dos resultados. No caso do câncer de mama, a oferta de serviço é ainda mais precária, tendo como única medida de impacto uma campanha de motivação para o auto-exame, realizada em 1996.

O número de mulheres infectadas com aids cresce no Brasil. Da razão de 1 mulher para cada 16 homens infectados em 1986, passou-se para 1 mulher para cada homem em 2000 (Correa & Piola, 2003). Nesse período, também foi detectado o processo de interiorização e pauperização das pessoas atingidas pela doença. De acordo com Correa e Piola (2003), os dados disponíveis também informam que são diferenciados os perfis de homens e mulheres infectados pelo HIV no país, observando-se em ambos os casos a baixa escolaridade, mas tendo a mulher soropositiva menos anos de estudo que o homem, o que indica um nível socioeconômico mais baixo entre as mulheres. Apesar do sucesso do programa brasileiro de distribuição de medicamento, persistem problemas na prevenção da doença, como a insuficiência de oferta de preservativos na rede pública e a falta de integração com as ações de planejamento familiar.

A partir dos dados de hospitalizações decorrentes de abortamento, estima-se entre 750 mil a 1 milhão e 400 mil o número de abortos clandestinos no país em 2000 (*Dossiê Aborto Inseguro*, RedeSaúde, 2001). No Brasil, o aborto legal só é permitido nos casos em que a gravidez resulta de estupro ou quando há risco de vida para a gestante. Apesar de previsto há mais de cinquenta anos, o acesso a esse direito só começa efetivamente no final da década de 80, com a implantação do primeiro serviço em São Paulo. Atualmente, há apenas 48 serviços em todo o país, concentrados nas regiões Sul e Sudeste, pouco divulgados e com resistência de setores religiosos, o que dificulta o acesso das mulheres e a oferta de serviços

por parte dos profissionais. Por outro lado, o acesso à anticoncepção reversível é, na prática, dificultado pela crônica insuficiência de insumos na rede pública, pela desinformação dos profissionais de saúde sobre os métodos, pela baixa cobertura das ações educativas e pela desresponsabilização dos parceiros no planejamento familiar, o que leva as mulheres a “optarem” pela esterilização voluntária como principal método de contracepção. Atualmente, cerca de mais de 40% das mulheres brasileiras entre 15 e 49 anos de idade estão esterilizadas, sendo esse índice maior nas regiões Nordeste e Centro-Oeste.

Foi nesse contexto de intensas desigualdades socioeconômicas, cuja distribuição regional também é dramaticamente desigual, que fomos encontrar nossos sujeitos de pesquisa, todos/as, sem exceção, pertencentes às camadas mais pobres — e, no caso de Pernambuco, miseráveis — da sociedade. Os temas que trataremos a seguir referem-se, portanto, ao universo de homens e mulheres muito pobres que, em grande medida, corporificam em si mesmos muitos dos indicadores negativos que elencamos acima.

A CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PROCESSO DE PESQUISA

Esta é uma pesquisa qualitativa cuja metodologia foi desenvolvida coletivamente, tanto no plano internacional quanto nos nacionais. Este processo envolveu reuniões de trabalho com a equipe nacional e com as equipes locais, debates através de correio eletrônico e uma oficina de trabalho com a consultora internacional da pesquisa, Dra. Radhika Rammasuban. A seguir, descrevemos as etapas do processo que nos levaram à definição das questões de pesquisa, dos instrumentos e dos procedimentos metodológicos.

O primeiro encontro nacional da equipe de pesquisa foi realizado em 1999, em São Paulo, com o objetivo de integrar as equipes locais, estabelecer as atribuições de cada um/a de seus/suas integrantes, elaborar as questões de pesquisa e definir o desenho final do projeto. A partir de então, foram organizados debates em cada uma das áreas de pesquisa, com o objetivo de contribuir para seu desenho final e sua metodologia. As questões de pesquisa, inicialmente formuladas pela coordenação internacional, foram adaptadas ao contexto nacional e, na sua versão final, ficamos com as seguintes questões principais:

- a) Como os homens definem e vivenciam a sexualidade e a reprodução e que significados atribuem a estes aspectos de suas vidas?

- b) Que representações e práticas sociais expressam o “senso de direito” dos homens com relação à sexualidade e à reprodução?

Nessa segunda questão, trabalhamos com o conceito de *entitlement*, palavra inglesa para a qual não encontramos uma tradução satisfatória em português, que significa sentir-se autorizado ou com direito a algo ou, ainda, sentir-se social e culturalmente legitimado a algo. No nosso caso, pretendemos investigar em que situações ou aspectos da sexualidade e da reprodução os homens apresentariam o senso de *entitlement*, em contraposição aos sentimentos de dever, imposição, obrigação ou, simplesmente, de ausência.

Para responder a essas questões, a pesquisa tomou como eixos orientadores da investigação os contextos culturais, a socialização de gênero, as continuidades e as transformações ocorridas no campo da sexualidade e da reprodução ao longo do ciclo de vida de cada um dos indivíduos pesquisados e as questões relativas ao prazer e à responsabilidade nesses campos. Seguindo a orientação do grupo internacional, as principais categorias de análise foram sexo/gênero, raça/etnia, grupo etário e classe socioeconômica. Finalmente, foram definidas cinco áreas centrais de investigação: as relações afetivas e sexuais, o corpo e seus processos, paternidade, violência e trabalho/lazer.

No plano internacional, algumas orientações a respeito dos instrumentos já haviam sido previamente acordadas, tais como a importância de, assim como no primeiro estudo, realizarmos entrevistas em profundidade ou histórias de vida e de também realizarmos discussões em grupo ou grupos focais. As informações obtidas através desses instrumentos formariam o núcleo básico da investigação, mas as equipes nacionais seriam livres para acrescentar outros instrumentos de pesquisa, caso considerassem necessário, bem como para proceder a adaptações locais nos instrumentos propostos.

No caso do Brasil, foram realizadas algumas mudanças no desenho do campo relacionadas à composição do universo de pesquisa, ou amostra, e à definição dos instrumentos. No que se refere à amostra, a orientação inicial do grupo internacional era de que mantivéssemos os mesmos grupos populacionais e as mesmas áreas de pesquisa da primeira fase da investigação que, no Brasil, eram: o Sertão Central, em Pernambuco; a Zona Leste do município de São Paulo; e, no Rio de Janeiro, bairros populares da periferia da capital do Estado. Naquela primeira pesquisa, tão importante quanto a área de residência dos sujeitos da pesquisa era o fato de terem algum tipo de relação com organizações políticas

específicas. No caso de Pernambuco, trabalhamos com o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste – MMTR-NE; no Rio de Janeiro, com o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas e, em São Paulo, com o Movimento de Saúde da Zona Leste.

Na segunda pesquisa, uma primeira mudança importante esteve relacionada à articulação com essas organizações políticas. Decidimos que esse não seria um critério de elegibilidade dos sujeitos, em primeiro lugar porque nossos sujeitos centrais seriam homens e essas organizações são femininas e, em seguida, porque, diferentemente daquele primeiro momento, quando tínhamos uma relação política estabelecida com as organizações envolvidas na pesquisa, não tínhamos qualquer relação política mais sólida com organizações predominantemente masculinas. A exceção foi Pernambuco, onde, justamente pelo fato de o SOS Corpo ser parceiro do MMTR-NE, havia já uma relação com o Sindicato de Trabalhadores/as Rurais de Tamandaré, que nos auxiliou na montagem do trabalho de campo. Na seleção dos sujeitos de pesquisa, porém, não utilizamos como critério o fato de os homens serem sindicalizados. Mantivemos, no entanto, a idéia de residência na área de atuação dessas organizações como um critério importante para a seleção dos sujeitos de pesquisa e, com isso, pretendemos manter a continuidade com a primeira pesquisa. Uma outra mudança relacionou-se às áreas geográficas, que também foram ligeiramente alteradas e cujas justificativas são explicitadas adiante, na descrição do processo de pesquisa em cada estado.

No que se refere aos instrumentos de pesquisa, decidimos utilizar um questionário sociodemográfico,¹ a ser respondido por todos/as os/as participantes da pesquisa, com o objetivo de não apenas obter o perfil socioeconômico de homens e mulheres, como também de produzir informações sobre suas experiências sexuais e reprodutivas e sobre o seu conhecimento a respeito de questões de saúde reprodutiva. Na sua versão final, o questionário apresentou seis seções sobre os seguintes temas: identificação, caracterização dos sujeitos, trabalho e atividades remuneradas, história reprodutiva e contraceptiva, características do domicílio e conhecimento sobre saúde reprodutiva. No total, o questionário apresentou 87 questões.

¹ A elaboração do questionário foi baseada principalmente naquele utilizado na pesquisa *Sterilization for Votes in the Brazilian Northeast: the Case of Pernambuco* (Caetano: 2000), mas também introduzimos questões dos questionários utilizados pela *Demographic Health Survey* no Nordeste.

Fizemos uma análise descritiva dos dados que, aqui, foi associada aos dados qualitativos. Para os dados do questionário, utilizamos o teste não-paramétrico de Fischer e o coeficiente de correlação de Spearman para comprovar as associações e diferenças entre grupos de variáveis. Todos os testes foram calculados e analisados com um nível de 95% de confiabilidade. O programa utilizado para a realização do teste não-paramétrico de Fischer e do coeficiente de correlação de Spearman foi o SPSS, e o EPIINFO foi utilizado para a manipulação dos dados.

Nos grupos focais com os homens, os roteiros das sessões procuravam obter informações sobre a percepção de homens e mulheres a respeito das relações de gênero, sexualidade e reprodução. As três sessões de discussão foram orientadas, cada uma, pelas seguintes questões:

- a) A vida é melhor com mulher ou sem mulher?
- b) É preciso amor para ter sexo?
- c) Dizem que uma mulher sem filhos é como uma árvore seca. E um homem sem filhos, o que é?

Com as mulheres, decidimos realizar apenas as duas primeiras sessões, já que a primeira pesquisa do IRRRAG havia produzido bastante informação sobre reprodução. Na composição dos grupos focais, no entanto, não foi possível manter os mesmos critérios etários da primeira fase da pesquisa em função de problemas de disponibilidade das pessoas em algumas áreas da pesquisa, com prejuízo para a faixa mediana (de 26 a 45 anos de idade) que, em alguns casos, teve que receber pessoas de outros grupos etários.

As entrevistas em profundidade seguiram um roteiro com os seguintes temas: infância, iniciação sexual, atividade sexual atual, parcerias amorosas atuais, paternidade e cuidados com as crianças, saúde, violência, trabalho, tempo livre e lazer. As entrevistas foram realizadas apenas com homens, em três subgrupos etários: de 19 a 25 anos, de 26 a 45 anos e com mais de 45 anos.

Em Pernambuco, a pesquisa foi realizada na área rural do município de Tamandaré, localizado na Zona da Mata Sul do Estado. A aplicação do questionário e as entrevistas foram conduzidas nos engenhos, em lugares próximos às residências dos sujeitos. Apenas uma entrevista foi realizada em uma única sessão, por conta da saúde frágil do respondente; para todas as outras, realizamos de duas a cinco sessões. A equipe permaneceu no campo por quinze dias e durante esse período

também realizou observações dos locais de moradia e das situações de trabalho e lazer. As sessões de grupos focais foram realizadas na área urbana do município, na casa de uma das pesquisadoras e na sede da associação de pescadores da comunidade. Uma pesquisadora e uma observadora conduziram as sessões com as mulheres, e as sessões com os homens foram conduzidas por pesquisadores e observadores do sexo masculino, que também realizaram todas as entrevistas.

Em São Paulo, o trabalho de campo foi realizado em um bairro próximo à área central da cidade, afastando-se, portanto, da região investigada na primeira pesquisa, que foi a Zona Leste. Foram mantidos, no entanto, critérios socioeconômicos comuns às duas áreas: população de baixa renda e baixa escolaridade. Antes de iniciar o trabalho de campo propriamente dito, foram feitas algumas visitas ao bairro do Brás e a algumas áreas vizinhas, na Zona Leste da capital, com o objetivo de mapear as possibilidades de realização do trabalho. A primeira visita ao campo foi feita no final de outubro de 1999, através do contato com uma fundação filantrópica espírita que oferece diferentes serviços a populações carentes e, em especial, para mulheres grávidas e suas famílias. Essa instituição, no entanto, atendia a um número muito reduzido de homens. De acordo com a direção da Fundação, o fato de oferecerem apenas uma cesta básica fez com que muitos homens deixassem de procurar os seus serviços. “Eles se sentem humilhados e não vêm aqui!”, disse a coordenadora do serviço, enquanto as mulheres, mesmo as mais velhas e sem filhos pequenos, formam a maior parte do público da Fundação. Em função disso, não foi possível encontrar informantes através dessa instituição. A tentativa seguinte foi um dormitório masculino, próximo à estação do metrô do bairro de Belém. Esse dormitório abriga cerca de 1.000 homens a cada noite e nele foram feitas entrevistas-piloto, mas, levando em consideração a necessidade de comparar os achados com os de Pernambuco e do Rio de Janeiro, entendemos que não seria adequado compor o universo de pesquisa com um grupo cujas características domiciliares eram singulares (dormitório coletivo) e completamente diferentes das outras áreas. Além disso, a maior parte dos homens ali abrigados são migrantes de outras regiões do país e, por isso, estão distantes de seus contextos familiares, em uma situação de vida muito particular. Por essas razões, foi escolhida uma escola pública para adultos e uma unidade de saúde, ambas no bairro de Belém, como os pontos a partir dos quais seriam iniciados os contatos para a composição do universo de pesquisa em São Paulo.

O trabalho de campo foi realizado em abril e maio de 2000, iniciando-se na escola, a partir da aplicação de um pequeno questionário com os alunos dos turnos da manhã e da tarde, com o objetivo de selecionar os sujeitos da pesquisa. Nessa escola, identificamos mulheres de todos os grupos etários, mas havia poucos homens com mais de 60 anos, o que nos impossibilitava a formação de todos os grupos focais. Por essa razão, fomos à unidade de saúde. Nas duas instituições, os procedimentos metodológicos foram os mesmos. Inicialmente fizemos os grupos focais, depois as entrevistas e, finalmente, os questionários.

No Rio de Janeiro, a coordenação local treinou três pesquisadores do sexo masculino, que fizeram várias visitas à comunidade para identificar e entrevistar informantes-chaves e preparar o trabalho com os homens. Três pesquisadoras se dedicaram a identificar e a recrutar as mulheres que seriam parte da pesquisa, todas trabalhadoras domésticas residentes em áreas de periferia da cidade. A continuidade desse trabalho na comunidade foi vital para os bons resultados do trabalho de campo. Para a realização das sessões de grupos focais, contamos com a assistência do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas do Rio de Janeiro.

Em todas as áreas de trabalho, os/as participantes da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de acordo com as normas do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa. Do mesmo modo, os grupos foram compostos e as entrevistas realizadas em locais que garantiam a privacidade dos sujeitos, embora nem sempre fosse possível garantir o silêncio ou um processo contínuo, sem interrupções.

As informações finais com relação à composição da amostra e aos instrumentos de pesquisa estão no quadro a seguir.

Tabela 3 Amostra Brasileira por Sexo, Idade e Instrumento de Pesquisa

Sexo	Grupo Etário	Questionário Sociodemográfico			Grupo Focal			Entrevistas		
		PE	SP	SP	PE	SP	SP	PE	SP	SP
Homens	19-25	10	15	10	4	13	8	6	5	5
Homens	26-45	11	11	10	3	8	8	5	7	5
Homens	+45	11	8	10	9	5	7	6	5	5
Mulheres	19-25	11	8	10	5	10	5	0	0	0
Mulheres	26-45	10	8	10	7	8	10	0	0	0
Mulheres	+45	9	8	10	7	7	10	0	0	0
Total		62	58	60	35	51	48	17	17	15

Fonte: dados da pesquisa

No total, 96 homens e 84 mulheres responderam ao questionário, o que nos dá uma amostra total nacional de 180 pessoas; 65 homens e 69 mulheres participaram das sessões de grupos focais, num total de 134 pessoas; e 49 homens foram entrevistados, como pode ser observado no quadro-síntese abaixo:

Tabela 4 Síntese da Amostra Brasileira

Sexo	Questionário Sociodemográfico	Grupo Focal	Entrevistas
Homens	84	69	0
Mulheres	96	65	49
Total	180	134	49

Fonte: dados da pesquisa

Durante o primeiro semestre de 2000, a equipe brasileira também dedicou parte de seu tempo a outras intervenções comunitárias relacionadas a esse projeto de pesquisa. No Rio de Janeiro, a revelação do impacto e do significado do desemprego na vida dos homens levou os pesquisadores a organizarem um conjunto de atividades na comunidade que procuravam atender às demandas masculinas. Assim, foram realizadas oficinas sobre redação de currículos, divulgação de informações sobre capacitação profissional e recursos para a obtenção de empregos disponíveis na cidade e, finalmente, formou-se uma rede de homens na comunidade com o objetivo de facilitar a oferta e a obtenção de trabalho, cujos planos futuros incluem uma página eletrônica na Internet para divulgar os seus serviços.

O segundo componente de intervenção no Rio de Janeiro consistiu na realização de sete oficinas de gênero, saúde e direitos sexuais e reprodutivos para professores/as de uma escola municipal, lideranças comunitárias e agentes comunitárias de saúde. As oficinas procuraram discutir a prevenção de alguns dos problemas identificados na pesquisa como, por exemplo, a violência, dst, gravidez precoce, desigualdade de gênero e falta de informação sobre sexualidade e reprodução. Na escola, foram formados dois grupos, cada um deles com 20 participantes. Em São Paulo e Pernambuco, as equipes locais organizaram debates sobre o projeto IRRRAG, voltados para pesquisadores/as e ativistas de universidades e de ONGs.

A análise que se segue toma como base especialmente as entrevistas e, em menor medida, os grupos focais com os homens, que são o foco de nossa pesquisa.

Análises dos discursos femininos, no entanto, serão trazidas à cena sempre que nos parecer necessário para ampliar a nossa compreensão sobre determinados tópicos. Todos os nomes citados são fictícios, de modo a preservar a identidade dos sujeitos. Os dados dos questionários, por sua vez, oferecem-nos as informações relacionadas ao perfil socioeconômico do grupo, elemento explicativo fundamental em nossa interpretação. Em outra ocasião, pretendemos realizar de fato uma análise relacional em que os discursos das mulheres são interpretados *vis a vis* com os dos homens e vice-versa.

ZONA DA MATA PERNAMBUCANA

Tensões e Desafios de um Contexto em Transição

Tamandaré é uma cidade de cerca de 17.281 mil habitantes (IBGE, Censo 2000), situada no litoral de Pernambuco e formada por um pequeno núcleo urbano, voltado para o turismo, a pesca e o comércio, e por um conjunto de engenhos de cana-de-açúcar, boa parte deles falidos e em processo de ocupação pelos/as trabalhadores/as rurais da área. A produção de cana-de-açúcar declinou consideravelmente nos últimos anos e a agricultura familiar, proposta como principal atividade econômica para as áreas de assentamento, ainda não está satisfatoriamente instalada. Praticamente toda a população rural do município está operando a passagem entre o regime de trabalho assalariado nos engenhos e nas usinas e o regime de trabalho autônomo nos lotes individuais ou comunitários dos assentamentos. Em termos de atividades produtivas, isso significa um imenso contingente de pessoas que trabalham na tentativa de aprender uma nova atividade que envolve novos conhecimentos, mas que tiveram seus rendimentos, que já não eram altos, drasticamente reduzidos em função da falência dos engenhos. De acordo com a classificação do PNUD — que identifica como miseráveis as famílias que têm renda *per capita* de até US\$ 1.00 por dia, e como pobres aquelas com renda *per capita* de até US\$ 2.00 por dia —, 85,4% de nossos/as entrevistados/

das fazem parte de famílias miseráveis, e apenas 14,6%, entre os quais só 25% são mulheres, estariam em famílias pobres. Nenhuma das famílias tem renda *per capita* maior que US\$ 60.00 ao mês.

Dos quatro engenhos que investigamos, dois estão desativados e suas terras encontram-se em processo de desapropriação pelo Governo Federal. A passagem da condição de trabalhador assalariado para a condição de proprietário produz uma situação de profundas mudanças nas vidas desses homens e nas suas concepções de masculinidade. Ao longo de nossa investigação, foi comum encontrar vários homens em suas casas durante o dia e acompanhar suas lamentações pela falência das usinas e a incerteza frente à nova condição, exaltando as vantagens do tempo em que eram assalariados. O mesmo não é verdade para as mulheres que, historicamente, têm sido as responsáveis por um vasto conjunto de atividades que envolvem desde o trabalho doméstico até os cuidados com pequenos animais, passando pelas atividades de horta, pomar e roça, além do beneficiamento de produtos. O fim do trabalho no canavial não poderia, portanto, significar o fim do trabalho das mulheres, mas apenas — o que não é de modo algum irrelevante — o fim do emprego ou da atividade formal remunerada desenvolvida no ambiente público da terra do patrão. Em torno dos homens, que aguardam semiparalisados a reordenação do espaço produtivo dos engenhos, movimenta-se uma miríade de mulheres em constante atividade — cuidando de crianças, pescando camarão em riachos, escolhendo frutas, fazendo doce, plantando mandioca —, de modo a manter viva a família nesse momento em que os rendimentos são raros e escassos.

Na verdade, a grande maioria das famílias sobrevive de poucos benefícios sociais. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, que concede bolsas às famílias que mantêm seus filhos na escola, tem sido a principal ou única fonte de renda de várias famílias. A aposentadoria rural é outra prestigiada fonte de recursos. O paradoxo dessa situação é que justamente as famílias compostas de adultos em melhores condições de trabalhar — aquelas com filhos maiores de 15 anos, sem direito à bolsa-escola, e com adultos com menos de 60 anos, ainda não aposentados — são as que vivem em pior situação econômica.

As condições de vida são bastante precárias. Mesmo estando em processo de transição para a legalização dos assentamentos, os engenhos preservam um desenho originário ainda do período escravocrata. A casa-grande permanece, mesmo quando desocupada, como o foco central do engenho. À sua volta, trabalhadores/as vivem

em pequenos conjuntos habitacionais, os arruados, que nada mais são do que pequenas casas unidas umas às outras pelas paredes laterais, a maioria delas de taipa e com três cômodos, um dos quais dividido ao meio por cortinas, de modo a formar um outro quarto. As cozinhas ficam nos fundos da casa e são abertas para o quintal. Nenhuma das casas possui banheiro interno, e, entre os nossos informantes, apenas nove disseram ter banheiro, mas localizado no quintal e sem fossa séptica. Os demais usam o mato ou o rio para suas necessidades e para o banho. Também não há água encanada; as famílias utilizam-se da água de poços ou cacimbas fora do terreno, consumida sem nenhum tratamento sanitário.

A Naturalização das Diferenças

Boa parte de nossos/as informantes tem origem em famílias numerosas. Na infância, moravam em sítios isolados e brincavam apenas com os irmãos e as irmãs, remetendo-se com frequência a uma separação explícita entre brincadeiras de meninos e meninas como um modo de controle exercido por pais e professoras. Implícito nas falas que procuram imprimir uma “naturalidade” a essa separação, está o temor dos mais velhos pelo envolvimento sexual que as brincadeiras favoreceriam. Mesmo aparecendo uma imagem que depois reaparecerá nas demais fases da vida, sobre a falta de controle do homem sobre o sexo ou sua “necessidade” — enunciado no jargão “*menino macho é um bode*” —, que poria a menina em perigo, os homens também fazem referências à possibilidade de iniciativa feminina — “*as meninas também atacam*” — ou ainda a um certo perigo enunciado pela “natureza” feminina.

Um entrevistado, referindo-se à forma diferenciada como os pais criam meninos e meninas, argumenta que o fato de o menino poder andar com pouca roupa e a menina ter que estar vestida relaciona-se com essa sexualidade infantil que os adultos tentam controlar. Gilberto, de 49 anos, relembra a liberdade que lhe era dada pelo fato de ser do sexo masculino:

Mamãe confiava muito em mim (...) “Vá pra várzea direitinho”, pronto, eu ia tranqüilo, até hoje não dei trabalho a ela. Todo canto que eu queria andar, eu ia sem problema. Às vezes eu morava aqui, ia pra rua de noite, pro cinema com minha tia lá tal, eu ia, ia pra festa e tal, eu ia só (...) Ah, com certeza, o homem é mais solto (...) Você vê uma coisa, né?, menino fica nu e menina não fica, né? Menino é a maioria nu e menina ninguém vê, né? Não pode.

Essa fala contrasta imensamente — sendo ao mesmo tempo confirmadora — com os achados da primeira pesquisa do IRRRAG em Pernambuco, na qual eram recorrentes, nas falas das mulheres, a constatação e a queixa sobre a pouca ou nenhuma liberdade de que gozavam (Petchesky & Judd: 1998).

Quase sempre apresentadas como decorrente de uma natureza que definiria homens e mulheres, no que toca à realização de atividades domésticas, encontra-se também uma compreensão pautada nas diferenças naturais entre homens e mulheres. Seria da natureza das mulheres realizar com perfeição as atividades domésticas, como nos diz Samuel, de 61 anos:

A mulher nasce pra aquilo mesmo, né? O homem é todo desmantelado (...) O homem ficou pro campo mesmo, né? (...) O homem até que faz, agora não consegue fazer bem-feito como a mulher faz, né? Eu mesmo faço, eu cozinho meu feijão, né? Mas eu sei que eu não sei temperar um comê como a mulher, às vezes, o camarada faz e come de todo jeito, que é pra ele mesmo, né? Do jeito que for o comê tá bom.

Mesmo entendendo que habilidades domésticas podem ser aprendidas, Samuel acredita que há um princípio que levaria as mulheres a serem as naturais detentoras da prerrogativa de realizar as tarefas domésticas:

Tem tanto hotel que tem cozinheiro, casa de família, né? Porque aprendeu, né? E agora que cozinheiro não é pra homem, né? Deve ser pra mulher, cozinheiro assenta mais pra mulher do que pra homem. (...) Não queria. Não pegaria [este serviço]. Não é bom, não, cuidar em cozinha, de casa, que foi feito pra mulher. Arrumar foi feito pra mulher, até hoje, na minha opinião, quem é homem mesmo não procure, nem dou conselho que procure pra trabalhar de cozinheiro, nessas coisa.

Essa compreensão não significa necessariamente que os homens nunca façam trabalhos domésticos. Algumas atividades domésticas aparecem em todas as trajetórias masculinas; o que os diferencia é o fato de serem pensadas como acidentais, contingentes, quase sempre pelo fato de não haver uma mulher que as realize. Em outros casos, alguns homens perderam pais, especialmente o pai, ainda na infância, o que os levou a trabalhar mais e a assumir mais responsabilidades na família. Nessa situação, alguns tiveram que aprender a fazer atividades domésticas e a cuidar dos mais jovens, seja para ajudar a mãe, que ficara sobrecarregada, seja para substituí-la, porque não havia irmãs e a mãe tinha que

sair para trabalhar. Nesse contexto, o trabalho doméstico é visto como legítimo, porque é pautado pela necessidade, pela ausência de mulheres e pelo dever nobre de auxiliar a mãe. Alguns homens relatam que, graças a essa experiência, são capazes de dar conta de si em qualquer situação e desempenham muito bem algumas dessas atividades. Mas é perceptível uma certa tristeza ou um ressentimento na fala de alguns deles pelo peso da responsabilidade e pelo excesso de trabalho que tiveram que assumir ainda muito cedo.

As Mulheres: de Casa, da Rua, do Engenho

Na percepção da passagem da infância para a vida adulta, o trabalho é uma presença constante, mas também está presente a percepção das mudanças corporais e a descoberta da sexualidade. Essas mudanças correspondem ao tempo em que grupos de meninos e meninas começam a se aproximar, surgindo aí também as primeiras experiências sexuais. Porém, contrariando o senso comum que afirma que, em áreas rurais, a iniciação sexual masculina ocorreria precocemente, nossos informantes iniciaram-se no sexo entre 15 e 18 anos. Outra informação que também contraria o senso comum diz respeito à parceira da iniciação: apenas um terço iniciou-se com prostitutas. Os demais começaram sua vida sexual em relações não comerciais: amigas ou conhecidas e, em número menor, com as namoradas e esposas.

Contudo, mesmo que nem todos tenham tido relações sexuais com prostitutas, essa é uma imagem bastante presente em suas referências, e alguns deles procuraram a zona de prostituição acompanhados de amigos mais velhos como um modo de estabelecer socialmente a virilidade. Essa incursão à zona de prostituição se apresenta como uma iniciação, senão à prática do sexo, mas aos ambientes masculinos e ao aprendizado de um certo código de masculinidade. Acompanhar-se de homens mais velhos e participar de seus ambientes de sociabilidade contribuiria decisivamente para a saída da infância. Manoel, de 42 anos, foi um dos que freqüentaram os bordéis, mais com o intuito da vida social do que da experiência sexual:

Eu não vou dizer, eu tive não. Só ia andar só, conhecer os lugares, como era, qual era a entrada, a saída. (...) [A gente não fazia] Nada. A gente só vivia só se divertindo. Na época eu bebia, eu gostava de beber. (...) Só curtindo, observando, né?

Independentemente da forma de iniciação, o aprendizado junto com os amigos, através de estímulo ou pressão, é freqüente nesse momento da juventude. Quando não acontece na zona de prostituição, a primeira vez está muitas vezes associada à figura da *mulher de engenho* ou *mulher sozinha*, categorias que remetem sempre a mulheres que não viviam em companhia de um homem. O sexo com essas mulheres não era necessariamente pago, mas podia basear-se em outras trocas, o que as diferenciava das prostitutas. A noção de mulher sozinha está diretamente ligada ao fato de que essas mulheres não têm um homem que lhe guarde e garanta a honra. Uma vez que não são virgens, essas mulheres tornam-se parceiras possíveis de homens que não querem ou não podem freqüentar correntemente a zona de prostituição ou que não tinham vida sexual com suas namoradas. Na definição de Gilberto, 49 anos, a mulher de engenho

(...) pode ser a moça que virou mulher e que não teve marido e os pais botou pra fora de casa, e elas continuam vivendo junto com os pais, com os pais, não sai; também pode ser aquela que o marido abandonou ou até aquela que botou o marido pra fora de casa, também acontece, separada. E aí, no caso, quer dizer, é (...) é, vai quando ela tá com vontade (...) No bordel você tá lá, tudo pronto e você vai lá (...) No caso da mulher sozinha (...) nem sempre você paga (...) você vai entrando, você paga se ela tiver precisando de alguma coisa, se ela pedir uma ajuda, um agrado. Não é uma coisa que não (...) eu (...) eu quero transar com ela e eu vou chegar lá e vou já oferecendo dinheiro.

Com muita freqüência, os homens referiram-se a “uma conhecida” como primeira parceira sexual. Essa “conhecida” podia ser a “mulher de engenho” ou a “mulher sozinha”, mas jamais seria aquela que viria a “cuidar” desses homens no futuro. Há uma gradação moral entre essas diferentes figuras femininas. A “conhecida” — mulher de engenho ou mulher sozinha — é alguém com quem o homem pode vir a constituir algum tipo de relação afetiva, notadamente a amizade, mas raramente o casamento ou a união. O mesmo não acontece com as prostitutas, com as quais o caráter comercial da relação está completamente estabelecido.

A Liberdade do Sexo

Na maioria dos casos, o sexo com a namorada, resultando ou não em gravidez, leva ao casamento, o que torna esse evento — o sexo com namoradas

— menos corriqueiro. Independentemente da parceira, essa experiência aguardada, desejada e cobrada é relatada pelos homens como um momento de nervosismo e vergonha ou medo. Nervosismo pela inexperiência, geradora de dúvidas acerca de seu desempenho. O medo muitas vezes relaciona-se à possibilidade de contração de alguma doença quando do sexo com prostitutas. Fred tem 25 anos, e ao relatar a sua primeira vez, descreve o nervosismo, mas também a iniciativa feminina e o seu modo de lidar com ela:

Foi normal, deu logo uma tremedeira em mim danada, foi a primeira vez, aí eu (...). Ela falou: “Eu tô a fim de me entregar a uma pessoa virgem”. Ela falava pra mim: “Tô doidinha pra pegar um rapaz virgem”. Mas eu com vergonha de falar que eu era, eu dizia: “Ah, já usei¹ umas duas”, mentindo pra ela. E ela falou: “Ah, então não dá pra mim, eu quero uma pessoa virgem (...) Eu disse: “Então transa comigo assim mesmo?”. Ela disse: “Então vamos”. Aí eu fui, a primeira vez foi essa mesmo, me deu uma tremedeira da porra, eu fiquei com um medo da poxa dela. Aí quando a gente começou ela disse: “Sim, é desse jeito que eu queria”. Mas eu com um medo do caramba, tremendo mais do que a poxa (...) Tinha medo mais de doença, porque eu escutava pelos colegas. Eu tinha medo de doença. Eu até falei pra ela assim (...). Ela disse: “Você tá com medo, por quê?” Eu disse: “Eu não vou transar com você não, pode ser que eu pegue uma doença”. Ela disse: “O que é isso, você acha que se eu tivesse doente, eu ia chamar você pra ajeitar você?” Eu, com um medo arretado, falei: “Então vamos”. A gente fez, mas eu fiquei com um medo arretado. Todo dia que eu me acordava, eu tomava um banho e ficava logo olhando pra ver se eu tava doente mesmo ou não, mas graças a Deus não aconteceu nada, não.

¹ Aqui, como no Sertão, o verbo *usar* é utilizado como um sinônimo de atividade sexual e, como tal, é empregado por homens e mulheres em diferentes contextos para referir-se às práticas sexuais. Na primeira pesquisa do IRRRAG, este tema foi exaustivamente explorado e foi possível registrar a amplitude de situações nas quais o termo é empregado. O sociólogo mexicano Roberto Castro, por sua vez, encontrou o mesmo termo com a mesma utilização ao realizar pesquisa com grupos populares do México, mas sua análise difere da nossa ao interpretar o termo *usar* como uma expressão direta e imediata da dominação masculina sobre as mulheres. Não nos parece que, em Pernambuco, malgrado a subordinação das mulheres ser semelhante ou maior do que no México, expresse-se da mesma maneira.

Wagner, de 34 anos, também pelo medo de dst, ia desconfiado aos prostíbulos:

De vez em quando eu ia, mas dizer assim que era lugar de ir, não era não, eu ia assim (...) Os amigos, os mais velhos dizia: “Bora, rapaz, bora dar uma volta lá”, eu ia, mas cismado (...) Para não pegar doença, né?

A expressão utilizada inicialmente e largamente difundida “*menino macho é um bode*” perpassa as distintas fases da vida desses homens. A noção de liberdade masculina, presente desde a infância, em oposição a uma necessidade de controle sobre a vida das mulheres, aparece com mais força quando se trata da iniciação sexual. Alguns homens argumentam que essa necessidade de controle e regramento reverteria em vantagens para as próprias mulheres, pois evitaria que ficassem “malvistas” ou desonradas na comunidade, sem que apareça qualquer compreensão que indique a injustiça deste “mau olhar” da comunidade. A idéia de um suposto e inquestionável benefício futuro para as mulheres, que justifica esse controle externo sobre suas vidas, enraíza-se na concepção de que a autonomia e a condição de sujeito são prerrogativas masculinas, estando as mulheres permanentemente imersas em relações heterônomas. Uma expressão dessa heteronomia, que irá se repetir em muitos outros momentos desta pesquisa, é justamente a base do argumento justificador do controle dos homens sobre as mulheres: eles sabem o que é bom para elas, são capazes de predizer o que lhes irá acontecer no futuro e, baseados na premissa de que são bons e que, por isso, suas escolhas também serão boas, sentem-se autorizados a definir como devem agir sobre elas de modo a lhes garantir o bem. Os homens são os sujeitos; as mulheres, não, e isso terá, obviamente, conseqüências importantes para o tema dos direitos que devem ser exercidos por sujeitos.

Mais uma vez, Gilberto, 49 anos, nos explica por que não é necessário controlar a sexualidade masculina, evidenciando a mudança de posição das mulheres a partir da iniciação sexual, em contraste com os homens, cuja posição na comunidade não é negativamente afetada pela sexualidade:

Homem não tem o que perder; mulher tem o que perder, né? Moça vira pra mulher aí (...) mas o homem, a honra de homem é barata demais.

Mesmo que se diga que o homem também estaria obrigado a assumir os potenciais desdobramentos de uma relação sexual (casamento ou gravidez), a

sua sexualidade está marcadamente vinculada ao prazer e à descoberta do próprio corpo, ao passo que, para as mulheres, a perda da virgindade implicaria a necessidade de inserção numa outra rede formada a partir do casamento. Noções como *honra* e *propriedade* estruturam a compreensão da iniciação sexual feminina como voltada para a formação da família e da procriação. Manoel, de 42 anos, referindo-se à época em que se deu sua iniciação sexual, traça um panorama bastante esclarecedor das compreensões acerca das alternativas para as mulheres que tinham e têm vida sexual antes do casamento:

Antigamente, quando uma menina se perdia,² o pai levava logo pra vistoria, corria logo o boato que ela não era mais de nada. Aí levava pro médico fazer vistoria, se fosse e tivesse do jeito que nasceu o médico dizia, também se não tivesse o médico também dizia (...) Se ela fosse de menor ainda, ele [o homem] ficava com ela até ela ficar de maior, quando ela ficasse de maior, ele mandava ela vim pra casa dele (...) Tinha que aceitar, que o pai do rapaz e a mãe autorizava: “Traga ela, você num buliu com ela? Traga ela pra dentro de casa, se não der certo viver você deixa (...)” (...) Às vezes o velho ficava satisfeito, quando a filha saía de dentro de casa, pegava, arrumava um dono de casa (...) Eu acho que tinha [que morar], né? Que era obrigação dele. Ainda hoje em dia umas moças feita, ela se perde, a família só manda ela procurar o dono dela porque ela se perdeu, mas não quer ela dentro de casa (...) Ela tinha que achar logo que fosse ou se empregar pra manter ela mesmo, mas, dentro de casa, o velho não queria mais não. Hoje em dia [também] não quer não. Ou ia trabalhar pra manter a si própria (...) E muitas não queria voltar pra dentro de casa, ia lá pra gandaia, lá pro gamba, muitas achavam bonito, muitas tinha o pé de se perder pra ir lá pra dentro, ser de um e de outro (...) Hoje em dia, a maior parte das moça, elas transam e não emprenham, tão tomando comprimido pra evitar, muitas não se dá com o comprimido, fica maga, maga, maga, comprimido, aquele comprimido brabo.

² Expressão utilizada em todo o Nordeste para se referir à primeira relação sexual das mulheres ou à *perda* da virgindade e que, de uma maneira muito clara, sintetiza algumas das compreensões mais comuns sobre a sexualidade das mulheres na região: ao manter relações sexuais, a mulher necessariamente *perderia* algo e essa perda é imediatamente associada à totalidade de sua pessoa, perde a si mesma ou perde-se para o mundo a mulher que se inicia sexualmente.

Por essa compreensão, percebe-se um conjunto de elementos constituidores da forma como a sexualidade será diferentemente definida para homens e mulheres e como esta se associa com os demais níveis da vida dos sujeitos. Mais do que isso, o uso das expressões “procurar o dono dela”, “o pai não quer”, “a família não quer ela” evidenciam com uma clareza desconcertante o modo como, em um passado recente, as mulheres eram propriedade masculina e de como a sua sexualidade era o principal elemento definidor de seu valor. Manoel identifica a mudança no mesmo ponto em que a literatura e muitos de nós também identificamos: na disseminação do uso de contraceptivos que, dissociando sexo e reprodução, permitiu às mulheres a liberdade sexual que, por sua vez, propicia maior liberdade nas relações familiares. Curiosamente, se antes era a barriga o que denunciava o “mal passo”, agora, para Manoel, é o seu contrário, a magreza, o sinal inequívoco de que as mulheres têm vida sexual.

Na maioria dos relatos masculinos, o sexo com uma mulher que não é prostituta ou *sozinha* resultaria em casamento. O sexo com as namoradas, quando não acarreta gravidez, é um elemento sinalizador de mudança de um estágio para outro; uma forma de tornar pública uma relação. Alguns homens narraram que se casaram porque suas parceiras engravidaram e pelo menos três deles referiram a *fuga com a noiva*³ como uma estratégia — combinada entre o casal — para o casamento.

Em todos esses casos, o que parece se anunciar é uma forma específica, comum às camadas populares em geral, de constituição das parcerias e definição do ciclo doméstico pelas consequências da iniciação sexual e da vivência da sexualidade. A elaboração das vantagens do casamento — como veremos adiante —, mesmo que construídas *a posteriori*, recoloca a oposição entre a vida de solteiro e casado, em que o sexo, mesmo não sendo o único, será um dos elementos marcantes.

Do Casamento como Contingência

Existe uma noção disseminada de que o homem não pode viver sozinho. Se essa impossibilidade se dá pela sexualidade, está posto também que elementos ligados ao autocuidado e ao desenvolvimento das tarefas no cotidiano marcam

³ Estratégia muito utilizada no interior do Estado, em comum acordo com a noiva e, em muitos casos, com as famílias do casal, como um modo de não realizar despesas com o casamento.

essa dependência. Apenas um sujeito falou explicitamente sobre dimensões da estética influenciando na escolha da parceira, dizendo que “*ela era gordinha, cheinha*” (Wagner, 34 anos). De qualquer forma, o mesmo sujeito, na sequência, diz que escolheu sua parceira também porque era uma mulher “*trabalhadeira e animada*”. Em outras vezes, ainda aparece a idéia de que nem sempre a escolha corresponderá à expectativa criada um dia. Argemiro, de 72 anos, após falar sobre as vantagens de casar com uma mulher virgem, fala para o entrevistador que lhe perguntara por que casou com uma mulher que já tinha cinco filhos: “*E o cara com fome não come feijão puro?*”. Assim, o casamento muitas vezes aparece como uma contingência do sexo, mas, em muito maior grau, associa-se a uma compreensão da impossibilidade de o homem poder viver só. Relaciona-se ao ideário de que o homem não sabe se cuidar, não sabe desenvolver as atividades domésticas e, por isso, precisa de uma mulher. Essa mulher precisa ser, antes de uma parceira romanticamente idealizada por quaisquer características de beleza ou relacionadas à sexualidade,⁴ uma boa dona de casa.

Nas definições acerca do que seria uma boa esposa/dona de casa, os homens se referiram, mais uma vez, às supostas habilidades naturais das mulheres para o trabalho doméstico e, ao mesmo tempo, disseram que este é um trabalho mais leve que o trabalho fora de casa. Aqui, misturam-se as explicações naturalizantes com a suposta ausência de habilidades nos homens. Muito significativa é a forma de alguns homens solteiros ou separados referirem-se ao fato de estarem procurando uma mulher para sua companhia: “*Pergunta a ela se ela não quer tomar conta de uma casa*”, corroborando a relação entre esposa e dona de casa. Ismael, de 32 anos, indica o sexo como uma das qualidades de uma boa esposa:

Dando vontade do cara fazer sexo, é fazer sexo, né? Também. Imagina só uma pessoa que tá com uma mulher dentro de casa pra fazer essas coisas, e tendo compromisso com ela, a não ser que aquela pessoa é uma pessoa que faz as coisas pra pessoa e a pessoa não tenha compromisso com ela, aí é independente, não é? (...) Não tenha o

⁴ Não estamos negando a importância dessas dimensões na vida dos sujeitos, tampouco dizendo que elas não estejam presentes na definição das parcerias. O que ressaltamos é que, em suas formulações discursivas acerca dessas questões, o que se destaca são os atributos de disposição para o trabalho, dedicação ao lar e aos filhos e habilidade para o trato com eles, e respeito ao homem.

compromisso com ela, tá dentro de casa nem tá fazendo sexo, é livre
(...) Taí a pessoa que era casada não, né? (...) Feito tem empregada, né?

Com essa fala, Ismael afirma claramente que a diferença entre uma esposa e uma empregada doméstica é o sexo, obrigação da primeira.

Se por um lado, o casamento é apontado como o momento de emancipação dos pais, indicando liberdade e autonomia, o seu reverso — ter que prover o próprio sustento e o da família — coloca desafios cotidianos aos homens. A base da definição da masculinidade é bênção e fardo. Ter a própria casa onde se tem autoridade implica uma vigilante necessidade de “*não deixar faltar as coisas em casa*”. Isso constituiria uma espécie de núcleo no qual esses homens definem um certo jeito de *ser homem*. Se considerarmos as dificuldades narradas por todos para encontrar trabalho e sustentar financeiramente a casa, estaremos diante de um dado que acentua os desafios citados.

Antes de ser fardo, porém, o casamento apresentará, para muitos sujeitos, vantagens também em relação à sexualidade. Num primeiro momento, o casamento destitui o homem da necessidade de “procurar” mulher fora de casa. Isso tem uma dupla vantagem: é seguro do ponto de vista da possibilidade de contração de alguma doença — o que remete ao medo já anunciado por alguns homens na iniciação sexual — e, ao mesmo tempo, é vantajoso do ponto de vista econômico: não se gasta dinheiro, seja com pagamento de profissionais, seja com bebidas e “farras”. Mais uma vez, Wagner (34 anos) nos diz:

Tá com uma mulher livra de tá com de fora, com uma mulher em casa.
Já com a mulher, com uma mulher em casa o cara já não paga pra arrumar fora. Já é casado, tem obrigação com a mulher de casa, o dinheiro que pega é pra casa mesmo.

○ Provedor: Importância e Fardo

Entre todas as atribuições masculinas, a mais explícita e mais imediata, inegavelmente, refere-se à sustentação econômica do lar. Dizer que, para essa população, ser homem é ser provedor, certamente não seria um exagero. Isso se expande para todas as dimensões de sua vida, marcando profundamente seus sentimentos e suas compreensões em relação à paternidade. Conversando com Ismael, de 32 anos, sobre a gravidez e o parto de sua esposa, bem como suas

reações em relação a esse processo, quando perguntado sobre o que fez quando a criança nasceu, automaticamente, respondeu: *“Já fui trabalhar pra manter ele”*.

O pano de fundo de gênero que organiza a vida desses homens, ao perpassar os mais diferenciados níveis da existência cotidiana, servirá como justificativa para suas ações, das quais os mesmos tirarão maiores ou menores vantagens. A perspectiva de ser quem capitaneia a sobrevivência econômica da família permanece enquanto recurso para essa diferenciação, mesmo quando esses homens não mais trabalham ou dependem de vários outros atores para tal exercício. Do mesmo modo, pode-se dizer que uma certa compreensão da sexualidade como lugar da atividade, ao mesmo tempo que os aprisiona e define uma forma específica de sexualidade, em oposição à sexualidade feminina, será usada em vários momentos como um recurso dessa diferenciação, mesmo quando vários relatos evidenciam o temor de alguns homens de não virem a encontrar uma mulher, bem como sua fragilidade, construída pela perspectiva da honra feminina, ao mesmo tempo ameaçadora da sua.

A Legitimidade da Violência

Um outro elemento corrente na definição dessa diferenciação, igualmente legitimado, é a compreensão da violência como um mecanismo que recoloca a oposição [ou a desigualdade] quando esta se apresenta de algum modo “ameaçada”. Vários relatos dos sujeitos apresentam contextos ou atitudes passíveis de serem marcadas pelo uso da violência.⁵ O uso da violência é pautado por uma compreensão de que são eles os detentores do poder de definir o que é certo e o que é errado e que cada um deles saberia identificar claramente quando e como as mulheres errariam. No conjunto desse conhecimento, há casos em que eles dizem que as mulheres merecem a violência. Em outros, conhecimento e merecimento seriam insuficientes para justificar a violência. Há casos em que dizem ser inevitável o uso da violência, mas essa compreensão não é linear. Muitas vezes, há controvérsias na construção do argumento, mas sobressai a idéia da possibilidade da violência, definida algumas vezes por características do

⁵ Não se trata de uma compreensão maniqueísta em que, uma vez não eficazes os elementos iniciais, seria legítimo o uso da violência, numa espécie de “recurso a mais” para o controle dos homens sobre as mulheres. Trata-se de uma correlação desses fatores na qual não é possível definir qual antecede.

próprio homem e, em outras, pelas circunstâncias criadas na relação com as mulheres. A diferença entre um homem “calmo” e um homem “estourado” não se define pelo simples uso ou não da violência, mas pelo reconhecimento desses códigos. A naturalização das condutas também está presente nesse campo, e é isso que faz com que Samuel, de 61 anos, percebendo-se diferente de boa parte dos homens da comunidade, que são violentos, diga que não aprendeu a ser calmo, pois *“parece que foi de nascença mesmo”*.

O uso da violência contra as mulheres insere-se numa compreensão mais ampla da violência, como estando presente no cotidiano desses homens, como um modo legítimo e culturalmente aceito de resolução de conflitos, como método educativo com o objetivo de produzir adaptações às normas locais e, finalmente, como um elemento definidor de virilidade e, portanto, de masculinidade. Assim como em outros contextos, o uso da violência é prerrogativa de quem detém o poder em uma determinada relação, sendo legítimo, portanto, em vários casos como, por exemplo, de pais e mães contra filhos, nos casos de homens contra mulheres e nos casos de homens contra homens.

Vários são os relatos de homens que sofreram violência dos pais na infância. A legitimidade do uso da violência contra os filhos pauta-se numa sofisticada tecnologia que, segundo nossos informantes, deveria preservar as crianças, segundo seu próprio juízo, de ferimentos graves e risco de vida, ao mesmo tempo que as levaria à integração sociocultural, livrando-as futuramente da violência ilegítima da polícia ou de estranhos. Adelino tem 61 anos e sua história de vida está permeada por relatos de situações de violência contra outros homens e contra mulheres, algumas das quais chegaram mesmo a levá-lo à prisão. Foi ele quem nos explicou, condensando, com uma enorme riqueza de detalhes, as razões e o modo como se deve bater em crianças:

Ele [a criança] faz outra traquinagem, a gente reclama. Aí ele não quer obedecer, aí o jeito que tem é a gente dá umas lapadinha nele, pra ele saber o que é o pai, né? É melhor o pai dar do que os outros (...) Porque a polícia não tem jeito de dar, dar por cima da cabeça, pelo olho, por todo o canto, e o pai procura o canto pra bater, e a polícia não procura.

E ele nos explica como e onde se deve bater:

É do espinhaço pra baixo, livra a cabeça, livra os olhos (...) livra a canela pra não quebrar, livra os braços, livra a costela. O camarada

vai dando na polpa da bunda, naqueles negócio mais mole, porque não aleija (...) Sendo o pai e a mãe (...) tem outro jeito de dar (...) porque pode dar, dá lapada no bicho dele ficar lá deitado, mas não tirou sangue e nem matou, e não quebrou um braço nem nada (...) só fez dá lapada (...) a lapada com um cipozinho ou um chicotezinho tá certo. E a polícia não, a polícia não quer saber disso.

A violência contra as crianças, portanto, é entendida como um fator de proteção contra a violência na vida adulta e, dessa forma, é parte da responsabilidade e dos cuidados que pais e mães têm que ter com os filhos. Essa compreensão é comum tanto aos homens que sofreram violência na infância quanto àqueles que bateram ou batem nos seus filhos. No caso da violência contra as mulheres, o argumento corretivo-pedagógico, embora também esteja presente, perde força diante do argumento que a justifica como uma necessidade de manutenção da autoridade masculina na família, especialmente no que se refere ao poder de fazer as mulheres desempenharem — como eles desejam — os papéis de esposa e dona de casa.

Há, no entanto, uma forte tendência de reprovação da violência como modo de resolução de conflitos, mesmo entre aqueles que a utilizam ou já a utilizaram. Nesses casos, a violência é associada a uma atitude impensada dos homens ou ainda à presença de fatores externos, como a bebida, por exemplo. Não necessariamente o uso da violência vincula-se à manutenção do casamento e, nos casos em que a relação está insustentável, a grande maioria diz que seria preferível a separação, e muitos mencionam que, em sua experiência, as separações se deram de forma amigável. Considerando o grande número de parcerias citadas pelos homens ao longo de suas vidas, este se torna um argumento verossímil, embora não possamos deixar de fazer referência à real possibilidade de que o discurso raramente traduza-se de modo literal na vida prática desses homens, haja vista os altos índices de violência doméstica na região. Pesquisa recente da Organização Mundial de Saúde, que incluiu o município de Tamandaré, encontrou cerca de 34% de mulheres entre 15 e 49 anos que, ao longo de suas vidas, haviam sofrido pelo menos um episódio de violência física perpetrada por parceiro íntimo (Schraiber *et al.* 2001).

Os argumentos que condenam a violência podem ser identificados nesta fala de Gilberto, 49 anos, que também revela a presença da violência na área:

O cara também que bebe, né? Tem cara que não tem paciência, né?, mete o pau. Aqui mesmo já mataram duas, né? (...) Uma buchuda e

outra mataram enforcada. Aí o caba não tem (...) paciência, aí perde a cabeça (...) Mas o cara que tem cabeça boa não faz isso, né? Deixa, né? Arruma outra, mas não mata, né? Matar é o derradeiro lado.

Perguntado se ele achava isso errado, Gilberto afirma que sim, mas podemos perceber que ganham força nessa condenação, mais do que a injustiça da violência, as consequências negativas da violência para o agressor:

[é errado,] Claro. O cara matar uma mulher, tem coragem até de arrumar outra, né? Porque esse menino que matou essa menina aqui, passou uns tempo, quase vinte anos preso, foi muito difícil pra ele, né? Matou ela buchuda, aí, ciúme.⁶

Indicando que essa compreensão não é tão linear, entre a reprovação e a perplexidade, cabe para esse mesmo sujeito o questionamento sobre a participação da mulher nesse episódio, apontando o que ele consideraria as razões para eclodir uma situação de violência. As razões apontadas são as mesmas que ele reprovou um instante antes. Os argumentos indicam claramente o lugar de autoridade que o homem deve ocupar diante da mulher e de como a submissão feminina às suas vontades é um imperativo para a manutenção do casal. Uma vez isso não acontecendo, a legitimidade para o uso da violência estaria instituída.

Tem [motivo para bater], tem, tem sim. O caba diz: “Mulher, faça isso”. Por exemplo, eu mesmo tenho muito, eu digo a minha mulher: “Você não ande nem de bigu [carona] e nem dance”. É duas coisa que eu tenho raiva. Andar de bigu e dança (...) Você vai, chega e dança, vai, anda de bigu, aí quer briga, né? O caba não avisou (...) Se ela faz é porque tá atrás de problema, né? “Não faça isso”, ela faz. Não tá fazendo, tá desfazendo da pessoa?

A situação de violência é a que melhor representa a condição de não-sujeito das mulheres na relação com os homens. Na fala acima, é claro o modo como

⁶ O argumento das consequências negativas da violência é o mesmo utilizado pelas Delegacias de Mulheres de Pernambuco nas oficinas que realizam com homens agressores. Segundo uma das delegadas, a idéia é fazer com que os homens pensem *dez* vezes antes de agredir uma mulher, já que a punição traria consequências muito negativas para as suas próprias vidas. Nesse argumento, a idéia de crime sobrepõe-se à de direito e o centro do argumento está no homem e não na mulher.

Gilberto se coloca como aquele que tem a *autoridade para* e que, de fato, define como as coisas devem ser, cabendo à mulher apenas obedecer-lhe. Em nenhum momento, Gilberto sugere que a mulher teria participado dessas definições, pelo contrário, seu discurso está inteiramente construído em torno da figura de um homem que ordena e que, portanto, sabe o que deve ser feito e por quem deve ser feito, e de uma mulher que lhe obedece. O recurso à violência é parte das regras que ele mesmo criou e que ela, como boa mulher obediente, deveria conhecer e teria a responsabilidade de evitar, obedecendo-lhe. O raciocínio legitimador da violência transfere do agressor para a vítima a responsabilidade e a culpa pelo ato violento.

Num claro exemplo de como o gênero estrutura essas compreensões, ao imaginar uma situação em que seria legítimo um homem “apanhar” de uma mulher, Gilberto se reporta a razões completamente distintas em seu conteúdo, que se coadunam com as prescrições tradicionais para homens e mulheres e também com a sua posição de sujeito, já que às mulheres não cabe o recurso da raiva por razões ligadas à infidelidade. Como era de se esperar, entre as mulheres esse foi um dos principais motivos citados para os conflitos conjugais, mas, como a elas não é dado o direito de opinar sobre condutas sexuais masculinas, legitima-se apenas a sua raiva ligada à ausência de provisão:

Gasta o dinheiro da feira, vai jogar, vai beber, chega em casa bêbado, sem nada, dinheiro de feira, sem nada, dinheiro de feira, bebo, do trabalho, merece castigo um homem desse, né? Se o cara trabalhou bem, fez tudo certinho, deu uma puladinha fora, uma coisinha fora, não tem nada da mulher fica brava com ele.

Após negar por várias vezes ter batido em sua esposa, Manoel, 42 anos, vai dizer que o fez, mais uma vez transferindo a responsabilidade do seu ato para ela. Na sua fala, percebe-se como ele acredita que há uma inevitabilidade para o uso da violência:

Muitas vezes era o jeito dar uns esfregão nela (...) Muitas vezes era obrigado fazer ela chorar.

Perguntado sobre o sentido dessa obrigação, lista um conjunto de argumentos, também presentes para outros sujeitos, segundo os quais a violência seria uma reação às provocações da mulher. Assim, a resposta para a pergunta

sobre as razões de bater na mulher é também mais um exemplo do desvalor das mulheres que, ao fim e ao cabo, justifica os excessos masculinos:

(...) porque ela dizia coisa que não era pra dizer ao homem. Um homem não quer agüentar conversa de outro homem, imagina de uma mulher (...)

Reprodução: Conhecimento e Experiência

Como outras pesquisas também indicam (Caetano, 2000; Portella *et al.* 1996), o conhecimento sobre processos reprodutivos e métodos contraceptivos é aqui muito baixo. Apenas um terço dos homens, quando perguntados a respeito da existência de período fértil no ciclo menstrual, referiu conhecê-lo. Mas, destes, apenas um quarto indicou o período corretamente. Da mesma forma, quando perguntados sobre a possibilidade do homem ter um período fértil, mais da metade deles se dividiu entre afirmar que existiria esse período ou não soube responder. Dos que afirmaram existir, a absoluta maioria não soube responder qual seria e os que o fizeram apresentaram as mais diversas respostas. Diante disso, não causa espanto verificar que apenas dois homens utilizaram métodos contraceptivos na sua primeira relação sexual.

O baixo nível de uso de contraceptivos vem acompanhado de igual nível de informação sobre sua existência. Os métodos masculinos são, obviamente, os mais conhecidos: quase a totalidade dos homens conhece o coito interrompido e quase dois terços conhecem a camisinha. Destes, o preservativo masculino é o mais usado, mas o é apenas por sete homens. O coito interrompido foi apenas referido como tendo sido usado no passado; nenhum homem, atualmente, estaria fazendo uso dele. Mas, mesmo nos mantendo no passado, não é o coito interrompido o método mais usado, mas sim a pílula, usada por suas companheiras. Métodos como o Norplant, o DIU e a tabela constaram como desconhecidos para a maioria dos informantes, enquanto que nenhum deles disse conhecer o diafragma.

Uma leitura apressada dessas informações nos levaria a afirmar que esse quadro deve-se ao fato dos nossos sujeitos serem homens e estarem, por isso, afastados do “mundo da reprodução”, voltado para as mulheres e composto quase que exclusivamente delas. Sem negar ou minimizar o afastamento masculino ou, melhor

dizendo, o posicionamento diferenciado dos homens com relação às mulheres no campo da sexualidade e da reprodução, acreditamos que, no caso desse tipo de desconhecimento e desinformação, as razões ultrapassam as relações de gênero. Entre as mulheres, encontramos um grau de informação sobre o assunto semelhante ao dos homens, o que nos leva a procurar suas causas em explicações de outra ordem.

Vale a pena lembrar que a Zona da Mata, embora possua uma infra-estrutura de saúde relativamente adequada e montada, padece de graves problemas de financiamento e funcionamento dos serviços, que vão desde a ausência de materiais básicos de trabalho até a falta de profissionais de saúde. Os serviços de planejamento familiar praticamente não funcionam e quando o fazem é apenas com base em palestras, distribuição de pílulas e (poucos) preservativos e orientação a mulheres que buscam a laqueadura.⁷ Colabora ainda para esse desconhecimento o padrão contraceptivo do Estado, onde predomina a esterilização entre as mulheres, de 15 e 49 anos, unidas e que, portanto, passaram a prescindir do uso de outros contraceptivos, que deixam de fazer parte do universo de preocupações do casal. Nunca é demais enfatizar, além disso, o baixíssimo nível de escolaridade e o grau de isolamento em que vive essa população. No nosso caso, metade dos homens tem até um ano de estudo e apenas cinco têm cinco anos de estudo. Em suas casas, nenhum dos homens tem telefone — também não há telefones públicos —, apenas quinze têm eletricidade⁸ e só um terço possui rádio ou TV.

O conhecimento sobre dst/aids, no entanto, é um pouco maior. Quase a totalidade já ouviu falar de dst, e um terço dos homens já teve alguma dessas enfermidades. O fato de acontecer no corpo masculino e de ser tema demarcador de virilidade, conferindo valor social ao homem por demonstrar que ele tem vida sexual ativa, talvez seja um componente que atue na elevação do grau de conhecimento dos homens nesse campo. Conhecem as doenças e conhecem as curas, tanto as curas tradicionais — com chás de plantas medicinais — como os tratamentos médicos à base de antibióticos.

⁷ Informações obtidas junto a profissionais de saúde do município, quando da realização da pesquisa *Sterilization for Votes in the Brazilian Northeast: The Case of Pernambuco* (Caetano, 2000).

⁸ Todas as casas-grandes e todos os armazéns possuem ligação elétrica e alguns dos arruados ficam apenas a poucos metros da casa-grande, o que é apenas mais um elemento demonstrativo das desigualdades encontradas na área.

As referências que fizeram à aids, no entanto, exemplificam bem os efeitos da disseminação massiva de informações sobre a doença que vem ocorrendo nos últimos anos. Todos, com uma única exceção, já ouviram falar de aids, e dois terços referiram-se ao sexo como forma de transmissão e ao uso do preservativo como meio de proteção. Nada disso, no entanto, traduz-se em comportamento preventivo: apenas dois homens disseram usar preservativo com todas as parceiras. Os demais, mesmo aqueles com múltiplas parceiras no último ano, nunca o usaram. E as razões para isso são as mesmas já referidas em muitos estudos: conheciam as parceiras, estavam saudáveis, não havia risco de gravidez e, finalmente, mas em número muito reduzido, porque não gostam.

A Paternidade como Exercício de Provisão

A história conjugal desses homens é marcada por múltiplas uniões, muitas delas de curtíssima duração. Nem sempre essas uniões resultaram em filhos, mas foi comum encontrar homens que se uniram com mulheres que já tinham filhos e deles cuidaram como se fossem seus. É importante salientar, no entanto, que a idéia de paternidade está completamente informada pela função de provedor, tal como a descrevemos anteriormente. Assim, nas poucas vezes em que encontramos referências a um possível projeto de paternidade, ele esteve sempre ligado ao projeto maior de constituição de uma família como um modo de tornar-se adulto, garantir independência diante da família de origem, obter respeitabilidade diante da comunidade e, no limite, realizar o projeto de tornar-se um “homem de verdade”, ou seja, trabalhador e chefe de família provedor. Dois homens jovens revelaram claramente o desejo de não ter filhos, utilizando-se de argumentos ligados ao papel de provedor como justificativa para isso. Ronário, de 19 anos, explica por que não quer ter filhos:

Não, não [quero ter filhos]. Porque o tempo que tá agora, o caba não tá dando de comer nem ao cara mesmo, que dirá aos filho. Não adianta o cara ter filho pra olhar pra trás, não poder comprar uma bolsa de leite (...) Fazer e deixar pra lá também, é melhor não fazer.

Esta parece ser uma decisão muito clara para Ronário e foi ele o único homem que disse estar atento e agir no sentido de evitar uma gravidez indesejada:

Compro remédio, comprimido, quando falta remédio, sempre eu tenho uma camisinha. (...) [Eu sou] de não vacilar, é, sempre eu nunca esqueço da camisinha.

Um terço dos homens não tem filhos e, embora esse grupo inclua boa parte dos jovens, encontramos alguns homens mais velhos que não tiveram filhos e que, quando perguntados se um dia desejaram ser pais ou se hoje sentiam falta de filhos, disseram-nos ou que o desejo nunca esteve presente ou que esteve, mas que rapidamente eles haviam entendido que devia haver alguma razão — de saúde ou divina — para que a vida não lhes desse filhos. Entre os homens que têm filhos, quase um terço os tem de mais de uma mulher, boa parte dos quais vive distante ou sem notícias de alguns desses filhos. Essas compreensões a respeito da paternidade são parte do entendimento mais amplo sobre as configurações de gênero no interior da família, onde o contato mais direto com as crianças, para educar ou para simplesmente conviver cotidianamente, é função da mãe e/ou de outras mulheres da família. Como decorrência, os temas da reprodução em geral — com raríssimas exceções, como é o caso da contracepção e das dst para alguns poucos homens — são entendidos como pertencentes ao domínio das mulheres, muitas vezes vistos como parte da própria natureza feminina.

Alguns Aspectos Comparativos Entre as Duas Pesquisas do IRRRAG

É neste último ponto que o nosso universo de pesquisa apresenta as diferenças mais marcantes com relação ao que investigamos na primeira pesquisa do IRRRAG. Muito do que apresentamos até este momento deixa ver com clareza diferentes elementos da masculinidade, tal como são discutidos pela literatura especializada. As trajetórias de nossos informantes nos revelam claramente:

- a) A centralidade do trabalho como valor e como eixo orientador de suas vidas.
- b) A noção de honra como estruturadora da masculinidade.
- c) A idéia de uma sexualidade urgente e “descontrolada” que tem que ser cotidianamente exercitada, sob pena de pôr em risco a sua virilidade e causar prejuízos à saúde.
- d) A noção de “importância” social dos homens diante das mulheres.
- e) A idéia de que detêm mais poder que as mulheres na estrutura social.

Nesta pesquisa, esses elementos se revelaram de modo homogêneo, estando claramente informados por uma matriz cultural de tipo tradicional, que não apenas se pauta por diferentes tipos de hierarquia como também se baseia fortemente nas idéias de reciprocidade e complementaridade.

Na primeira pesquisa do IRRRAG, embora esses elementos também estivessem presentes e também fosse possível identificar características tradicionais no discurso de nossos informantes, a homogeneidade do conjunto das experiências e narrativas era notavelmente menor. O fato de, na primeira pesquisa, termos entrevistado homens que eram lideranças sindicais e políticas definiu esta diferença, introduzindo inúmeros elementos de uma matriz discursiva igualitária, cuja origem estava no pensamento socialista e na Teologia da Libertação. Evidentemente, neste caso, as idéias de igualdade, justiça e direito provocaram rupturas importantes nos argumentos utilizados pelos sujeitos para explicar — e sobretudo criticar — as relações de gênero e as relações sociais em geral. Foi possível entrever ali possibilidades de reflexão e exercício de direitos, mais especificamente os reprodutivos e os sexuais, que não se revelaram nesta pesquisa atual.

Em nenhum momento, por exemplo, revelou-se na fala dos homens de Tamandaré algo que pudesse demonstrar injustiça nas desigualdades de gênero. Apenas em raros momentos foi possível perceber uma certa compreensão a respeito das mulheres que lhes davam algum estatuto de sujeito, mas sempre referida às mulheres que, por alguma razão, não realizaram o projeto que lhes era designado. Estamos falando das mulheres sozinhas ou mulheres de engenho que, como dissemos anteriormente, são mulheres que não casaram, mas têm vida sexual ou foram casadas e já não o são, sendo sexualmente ativas. Só nesses casos pudemos encontrar as idéias de que seria direito das mulheres levar uma vida diferente, mas ainda assim, essas são mulheres que se situam na base da hierarquia social local, e não foram poucos os relatos de que elas costumam ser francamente desrespeitadas justamente por isso.

A pouca exposição desses homens aos discursos da igualdade e da justiça pode explicar as diferenças com relação aos homens entrevistados na primeira pesquisa do IRRRAG. De fato, seu envolvimento com o sindicato rural local limita-se ao campo da mera participação nas grandes decisões coletivas, notadamente as salariais e as referentes à implantação da reforma agrária. Nenhum deles ocupava posição de liderança. Não podemos esquecer que as características culturais da região — que ainda retém muito da ordem escravocrata, com sua

rígida hierarquia e seu altíssimo teor de violência — também definem fortemente o conteúdo dos discursos e das experiências que ali recolhemos.

Do ponto de vista dos direitos reprodutivos e dos direitos sexuais, e pensando na necessidade de compreender as questões de gênero de modo relacional e não apenas a partir da perspectiva das mulheres, nossos resultados nos trazem mais desafios e menos vislumbres de respostas. Um contexto que associa cultura tradicional, intensas desigualdades socioeconômicas, organizações políticas populares de tipo burocrático e conservador e uma baixíssima quantidade de organizações de mulheres certamente não facilita a introdução das questões tratadas pelo IRRRAG. Por outro lado, por essas mesmas razões, essas mesmas questões tornam-se urgentes, já que é possível dizer que as desigualdades e a injustiça de gênero nessa área do país são das mais brutais, o que traz consequências dramáticas para a vida de mulheres e homens, reveladas não apenas nas falas de nossos informantes, como também nos indicadores socioeconômicos da região.

RIO DE JANEIRO

A Comunidade de Vila Leopoldina IV em Duque de Caxias

Como boa parte dos trabalhadores de baixa renda, incluindo as trabalhadoras domésticas, residem na Baixada Fluminense, escolhemos a comunidade de Vila Leopoldina IV, em Duque de Caxias, para a pesquisa de campo, por causa da facilidade de projetos anteriores no município. O município de Duque de Caxias ocupa 6,8% da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, limitando-se ao leste com a capital.

Associada à colonização da Baía de Guanabara, os primeiros povoados da cidade surgiram em 1516. Durante os séculos XVII e XVIII, a economia se baseou na cana-de-açúcar e outros cultivos. Mais tarde, no século XIX, o café substituiu a cana-de-açúcar e, no princípio do século XX, a agricultura diversificou-se. Com a industrialização do Brasil, tornou-se importante centro industrial, concentrando 5% das indústrias do Estado e 27% da produção regional. Entre estas, a REDUC, refinaria da Petrobras, construída em 1961, é a mais importante. Assim, o município atraiu a população de baixa renda, que se deslocou do município do Rio de Janeiro, em função da especulação imobiliária, e de grupos do interior do Estado e de outras regiões (principalmente do Nordeste) à procura de trabalho. Suas taxas de crescimento atingiram o pico nos anos 40 (226%, superando a

taxa de crescimento de toda a periferia do Rio) e nos anos 50 (161%). Além dos migrantes, sua população também inclui afro-descendentes dos quilombos da região e uma pequena classe média.

Como o próprio nome da Baixada Fluminense indica, o município é primordialmente formado por planícies ao sul da Baía de Guanabara, sujeitas a enchentes no verão chuvoso. A região oeste do município é basicamente rural, incluindo o importante ecossistema da Mata Atlântica e muitos vales e rios pertencentes à Reserva Biológica Nacional do Tinguá e à Área de Proteção Ambiental Estadual de Petrópolis, ambas situadas na Serra dos Órgãos.

Tornando-se oficialmente um município em 1943, sua área é de aproximadamente 447 km² e sua população no censo de 2000 foi de 775,456 habitantes, com uma densidade demográfica de 1.488 hab./km². O município é o segundo maior do Estado em área e o quarto em população, possui a segunda maior arrecadação de ICMS e, como oferece áreas abertas com infraestrutura perto do centro do Rio, é procurado para a instalação de novas indústrias, tal como a expansão da REDUC e de uma planta gás-química adjacente. A Firjan estima que R\$ 2 bilhões estão sendo investidos no município para tais projetos. No entanto, esse crescimento econômico não traz melhorias para a qualidade de vida da população, criando crescimento urbano desordenado, aumentando problemas de saneamento e acesso aos serviços básicos.

A Ausência Paterna na Infância

Com poucas exceções, as infâncias dos homens entrevistados foram marcadas pela ausência paterna ou de qualquer substituto. Nos poucos casos em que falaram de seus pais, estes eram autoritários e conservadores, como vemos abaixo:

Ele era perverso. Ele gostava de fazer infelicidade com as pessoas. Ele gostava de ver as pessoas sofrerem, entendeu? Não sei, não sei (...) Se você me perguntar assim (...) é, é, é (...). faça um (...) tipo (...) uma caricatura de seu pai, eu não sei dizer pra você se eu vou fazer dele uma besta (...) uma besta do tipo um diabo, entendeu? Eu não sei se eu vou fazer um burro (...) apesar dele ser um cara inteligente pra caramba, ter os seus méritos, trabalhador, sempre foi cumpridor dos seus deveres, entendeu? Nunca deixou faltar nada dentro da minha casa, mas, em

compensação, faltava o principal, o primordial que era (...) que faz você superar qualquer coisa em qualquer momento que era o amor, o afeto, o respeito. E ele nunca teve respeito por filho, até hoje ele não tem (...) (Edmilson, 39 anos, casado e representante comercial)

Eu não tive infância, eu não tive infância, minha vida foi vida de trabalho mesmo (...) (Waldemar, 39 anos, casado, vendedor)

Entre os homens mais jovens, os pais foram idealizados e aparecem como amigos, até entre os que tiveram pais ausentes. Homens lamentam a ausência paterna em muitas ocasiões e por vários motivos: a falta de ter com quem falar de assuntos masculinos; a vergonha nas situações em que a presença paterna foi solicitada, tais como em eventos escolares; o vazio que freqüentemente foi preenchido pelas drogas, perante a falta de modelo masculino; e as dificuldades financeiras na família.

A pobreza é evidentemente relacionada ao tamanho da família, à escolaridade e à entrada precoce no mercado de trabalho. Os homens mais velhos têm significativamente menos escolaridade, famílias maiores e ingressaram no mercado de trabalho informal mais cedo, mas os homens da faixa etária intermediária tiveram escolaridade melhor que os jovens. De todos os homens entrevistados, somente um não relatou instabilidade emocional e econômica (relacionada ao trabalho) na infância.

As dificuldades financeiras são ligadas à ausência do pai provedor, devido a divórcio ou morte. A descrição do Romualdo (62 anos) se aplica aos outros homens: “*Não tive infância. Minha vida foi de trabalho*”. As privações se configuram, nas palavras de Luiz, como violência:

L: Minha infância foi meia violenta.

E: Em que sentido? Violência física?

L: Não, ...violenta em termos de necessidade. (Luiz, 33 anos, casado, motorista desempregado)

Os homens mais velhos tinham famílias com muitos filhos. Em geral, idade correlaciona-se com tamanho de família. Entre os mais jovens, as famílias de origem são menores. Os homens do grupo intermediário de idade relataram também conflitos entre os irmãos e pais, e, nesse contexto, freqüentemente sofreram abusos verbais e físicos, apesar de não apontarem a violência como

característica familiar. Irmãos mais velhos cumpriram o papel importante de dar conselhos que os pais não davam. A admiração e o vínculo com a mãe são muito significativos, como Murilo (42 anos, casado, militar) apontou:

Minha mãe, ela atentava contornar de várias formas as situações desagradáveis que aconteciam por conta da ignorância dele ou da bebida. Minha mãe sempre foi nota 10.

Nas famílias menores dos homens jovens, as relações entre irmãos são amigáveis e afetivas. Entre os mais jovens, três sofreram violência física na família.

Homens como Provedores e Chefes de Família

Entre os homens, identificamos três significados atribuídos ao trabalho. Em primeiro lugar, o trabalho oferece-lhes a possibilidade de cumprir o papel de provedor em suas famílias. Tal papel é vital para os homens de todas as faixas etárias. Foi o item mais lembrado e era o que todos admiravam nos pais, até aqueles que perderam o pai cedo ou rejeitavam todas as outras características paternas.

Em segundo lugar, a satisfação resultante do trabalho também é significativa. Finalmente, apontamos a motivação do consumo e dos projetos de vida como especialmente importante para os homens jovens. O trabalho garante a honra masculina. Nessa visão, homens que não trabalham não podem reivindicar seus direitos.

(...) trabalho dignifica o homem, então, o homem que não gosta do trabalho é um homem sem moral. (*Divino, 26 anos, casado, marceneiro*)

E: O senhor gostava de trabalhar?

J: Muito. Não perdia um dia de trabalho. Eu saía de casa cinco horas da manhã e chegava sete, oito horas da noite em casa. Todo santo dia. Chovia ou fazia sol. Às vezes, sábado era dia de eu ficar em casa, eu ia fazer serão (...), tanto é que eu trabalhei trinta anos, eu me aposentei com trinta anos de serviço (*Joaquim, 70 anos, casado, aposentado*)

Homens mais velhos se orgulham de ter saúde para continuar a trabalhar e, principalmente, do sustento que oferecem para os filhos e netos em residências de famílias extensas.

O trabalho é compreendido como a obrigação masculina — uma obrigação que nunca deve ser evitada, enquanto o trabalho fora de casa para as mulheres é sempre opcional. Assim, os homens insistem que, mesmo quando elas trabalham (pela necessidade ou satisfação pessoal), sua contribuição financeira nunca deve interferir com seu papel de provedor. No entanto, para os mais jovens, o consumo é cada vez mais importante, inclusive nas suas relações com as mulheres. Como adolescentes, procuravam trabalho para poder sair com as namoradas, se vestir bem e procurar se adequar à imagem de economicamente autônomo e competente no mercado sexual, como vemos:

(...) quando eu saio, eu fico bem arrumado. Cabelo ajeitado, essas coisas assim (...) porque quando você sai pra (...) sai com a garota, você tem que tá bem arrumado, tem que tá bem (...) tem que marcar uma presença (...) *(Jorge, 24 anos, solteiro, desempregado)*

O ideal de consumo leva os homens ou ao trabalho, como no caso dos entrevistados, ou ao crime, como em diversas histórias relatadas. Televisão e aceitação social são apontadas por alguns como responsáveis pelo desejo e pela necessidade de consumir:

(...) nosso povo mesmo [quer] é a igualdade social, é uma escola pra seus filhos, uma saúde melhor pra tua família, é um jeito melhor pra viver, entendeu? É você ter, você chegar na tua casa e ter o que comer, não é só você ter o feijão e o arroz, feijão e arroz sustenta e não alimenta, nem sustenta porra nenhuma, só enche barriga, entendeu? Mas o povo quer uma coisa melhor para comer, o povo quer uma coisa melhor para oferecer aos seus filhos, até pra você mesmo, porra! O povo quer vestir uma coisa melhor. Você vê um cara andando com uma bermuda e um chinelo, aquilo não tem condições de botar uma calça jeans e botar um tênis, entendeu? Aí entra um lance, porra, aí nego fala: “Um menor que rouba, um menor que faz isso, um menor que faz aquilo”, porra! Mas aí tu vê o lance, o menor que rouba simplesmente pra ter aquilo que ele, trabalhando, ou melhor, mesmo trabalhando, ele não conseguiria ter, bicho. Você vê um boyzinho aí com um Nike de (...) ou um Mizuno aí, de R\$ 130, R\$ 140 no pé, morô? Aí tu vê um menor, quinze, dezesseis anos, também queria ter aquilo, mas não pode porque teu pai ganha um salário mínimo, tá ligado? Como é que ele vai conseguir aquilo, porra?, e a porra, é uma desgraça, né, maluco? A televisão aliena pra caralho, porque você liga

a televisão, você tá vendo: “Beba Coca-Cola”, você liga a televisão, você tá vendo “Compre Nike”, você tá vendo “Vista isso”, vista o caralho a quatro, que não sei o que, porra, você tem, porra, infelizmente hoje em dia todo mundo tem uma televisão dentro de casa e a televisão passa essas coisas pra você, essas coisas inúteis. Então o menor, ele vai crescendo que pra ele ser legal, pra ele ser considerado na galera que ele anda, ele tem que ter um tênis de marca, ele tem que tá bonitinho, ele tem que tá arrumadinho, entendeu? Ele não pode ser simplesmente um trabalhador que corre atrás, simplesmente se veste, simplesmente supre as necessidades de seu corpo, de não sentir frio, de não sentir calor, não, porque, porque a televisão implanta isso na cabeça das pessoas. *(Carlos, 23 anos, solteiro, desempregado)*.

Quando casam, os homens aspiram a condições de vida mais confortáveis que aquelas oferecidas por sua família de origem. Carlos continua:

Com a situação que tá hoje, ou os dois trabalham para poder conseguir um mínimo de conforto ou senão afoga, porque hoje, com esse salário que tá tendo aí, com tudo que vem acontecendo, só uma pessoa segurando a casa é impossível, é impossível mesmo.

Apesar da consistência entre as faixas etárias sobre a importância do trabalho, os contextos socioeconômicos são bem distintos. Todos os homens idosos começaram a trabalhar antes dos treze anos de idade para ajudar a família e se sustentar:

Eu não tive infância, eu não tive infância, minha vida foi vida de trabalho mesmo (...) Eu comecei a trabalhar com (...) de oito para nove anos (...) primeiro serviço assim lá no norte foi carregando saco de carvão, trabalhando em pedreira (...) e depois eu fui cobrador de ônibus (...) Não só pra ajudar a família como pra se manter, ou você trabalhava ou morria de fome, era a luta pela sobrevivência. *(Romualdo, 62, divorciado)*

Na faixa etária intermediária, a contribuição para as despesas familiares era importante, mas os homens começaram a trabalhar entre 13 e 16 anos e podiam ficar com parte de seus rendimentos para sair com as meninas, fato de que se orgulhavam muito:

Eu comecei a trabalhar com quinze anos de idade. Meu pai não queria que eu fosse trabalhar, mas (...) eu queria porque eu queria ganhar o meu dinheiro (...) tinha as minhas saídas, tinha as minhas menininhas

pra dar um bons beijos, coisa e tal (...). e eu não queria ficar muito pedindo dinheiro a meu pai porque meu pai nunca foi de dar dinheiro tranqüilo. Meu pai era o seguinte: “Casa, comida e roupa e colégio. Mas não me peça mais nada”. Esse era o tipo de meu pai, esse negócio de mesada, essas coisas é tudo coisa de rico, não é? Também a dificuldade que a gente vivia (...) Meu pai tinha três empregos, quer dizer, não tinha como também ficar dando mesada, mas também você chegar pra ele num bate-papo: “Pô, pai, quero sair com uma menina” (...) se eu falasse isso, eu ia tomar um tapa na venta tão grande que eu nunca mais (...) não tinha isso com ele não. *(Waldemar, 39 anos, casado, vendedor)*

Todos os homens entrevistados trabalharam numa diversidade de ocupações ao longo de suas vidas. O trabalho levou-os a abandonarem os estudos. Assim, não possuem qualificação profissional e precisam se submeter a várias ocupações que não requerem especialização.

Porra, trabalhava num trailerzinho, fritando hamburguers, essas paradas. Depois comecei a trabalhar em máquina de xerox, essas coisas, depois peguei trabalho em obras, depois comecei a trabalhar numa vidraçaria que era dos meus primos, depois trabalhei em mercado, depois trabalhei numa distribuidora de remédios e daí por diante, fiz a porra toda. *(Carlos, 23 anos, solteiro, desempregado)*

Além disso, os homens entrevistados raramente encontram trabalho com vínculos formais e carteira de trabalho assinada. Identificam o desemprego como um dos problemas mais sérios para os homens da comunidade, como vemos abaixo:

Acho que é desemprego. (...) Desemprego, tá difícil porque, hoje em dia, trabalha hoje e não sabe se o emprego dele continua no mesmo lugar, entendeu? (...) Você não sabe se seu emprego amanhã seu emprego é o mesmo, aí vai levar a vida como é, é um pouco difícil, é meio preocupante. *(Cristiano, 21 anos, solteiro, auxiliar de enfermagem)*

Entre os jovens entrevistados, só dois homens formaram famílias próprias (um mora com sua companheira) e ambos têm uma filha na creche. Suas esposas não trabalham. Entre os de meia-idade, todos são casados e apenas um não tem filhos. Apenas um homem idoso é divorciado. Relatam terem bons casamentos e se referem à esposa como a parceira ideal para a vida, caracterizada como boa

dona de casa e mãe, além de afetuosa, carinhosa, atenciosa e como a que satisfaz o parceiro sexualmente. Homens mais velhos relacionam as qualidades da esposa com as da mãe. Todos os idosos têm filhos e mais filhos que os mais jovens. Dois destes tinham mais de dez filhos. Nenhuma esposa trabalhava fora de casa.

Sexualidade como Parte Integrante da Natureza Masculina

O Lugar da Sexualidade na Vida dos Homens

A sexualidade, junto com o trabalho, é uma das fontes primordiais da identidade masculina. A diferença entre fazer amor e fazer sexo é reconhecida por todos os homens. Todos concordam que sexo com amor é melhor que sem amor. Sexo sem amor é biológico, parte dos instintos, resultando da necessidade. Sexo com amor depende de um vínculo afetivo. O sexo também aparece como “trabalho ou serviço” em que o prazer feminino aparece como um direito sexual ou como medo de ser “corneado” (traído).

Tem um sexo com amor e tem um sexo com vontade só. O com amor é diferente, o com vontade é taradice, é tara. Com amor é diferente, com amor tem conquista. Com a outra tu vai lá, tá pagando a ela, ela se prostitui, vai fazer o que você quer. (Luiz, 57 anos)

Para Romualdo (62 anos, divorciado, desempregado), sexo só faz sentido com amor, apesar de reconhecer a distinção para outros homens:

É, rapaz, para você chegar ao sexo tem que haver também amor e é tudo misturado. Porque eu acho, eu sempre achei, eu sou um cara bem diferente, viu? Eu acho, para você se entregar a uma pessoa, tanto a mulher como o homem, tem que haver amor, porque esse negócio de beira de estrada, vamos sair, vamos para um motel, ah, ah, transa, isso não é amor. Amor é aonde a gente se entrega mesmo um ao outro e (...) entendeu?, vai viver a vida até quando Deus nos separar, isso é o que eu considero o amor, muito embora que muitas das vezes a gente não chegamos até esse final, foi aonde nós se separamos e tal (...)

Homens jovens têm uma visão diferenciada de relacionamentos, especialmente os conjugais. O amor romântico aparece nessa faixa etária também,

mencionado referente a relações do passado, presente e futuro. Há um desejo de ficar junto “até que a morte nos separe”, casar e ser feliz. Homens revelam como ficaram emocionalmente arrasados quando relacionamentos se romperam, como nos disse Carlos (solteiro, 23 anos, desempregado):

(...) o primeiro amor foi com 22 anos, tá muito longe não, eu tenho 23, tinha 22 anos, cabou comigo, cabou. Ó meu estado aqui, eu tinha 85 quilos, eu malhava, eu era marombeiro, cabou comigo, cabou. Perdi tesão pra levantar peso, até porque ela falava: “Você tá ficando muito feio, tá muito forte, um caralho e tal, que não sei o que”, aí parei, primeiro amor foi cruel, caralho, não quero essa experiência pra ninguém (...) Já tive vários, vários, mas não foi uma coisa tão forte quanto foi (...)

O diálogo entre homens e mulheres é considerado o carro-chefe de relações afetivas e sexuais bem-sucedidas. Como Pedro (20 anos, casado, pintor) indica:

Um entender o outro, conversar bastante, tudo tem que ter uma conversa, senão não vai pra frente o casamento.

A Iniciação Sexual

A maioria dos homens jovens teve sua primeira relação sexual entre 13 e 16 anos de idade. Suas parceiras eram geralmente bem conhecidas e com idade próxima. Mas, entre os jovens, suas parceiras não eram virgens. Esses jovens contaram a pressão social que sofreram dos amigos para serem sexualmente ativos. A iniciação sexual é um marco para a identidade masculina, garantindo o reconhecimento social da masculinidade, como revelam abaixo:

(...) E quando é a primeira vez, né? A gente sempre tem que guardar como é que foi sua primeira vez, que é uma história pra contar. *(Roberto, 23 anos, casado)*

(...) se você não chegasse junto, se você não pegasse, a galera, tinha aquele negócio de botar pilha, ah! Qual é, não tô te entendendo e tal, que não sei o quê. O primeiro lance foi um lance assim meio, digamos assim, porra, sei, estranha pra caralho, pô, tem que pegar, tem que pegar é mulher, é tudo igual, que não sei o que, eu fui mais na influência (...) *(Carlos, 23 anos, solteiro)*

Minha primeira experiência sexual mesmo (...) eu acredito que foi com doze anos de idade. Foi quando (...) eu tava marcando uma paradinha com a Fátima e a gente namorava lá atrás do chiqueiro ou na lixeira, então não tinha essa, era num lugarzinho mais escondido que tinha, entendeu? Aí eu fui dar uma cantadinha com a Fátima e ela pegou e me [...]. Eu pensei que tinha arrancado o cabacinho dela, ela que arrancou o meu cabaço. Aí, meu amigo, naquela hora do desespero, o sangue correndo, eu não sabia se o sangue era meu, se o sangue era dela (...) Aí ela falou: “Meu não. Eu não sou moça há muito tempo”. (Waldemar, 39 anos, casado e vendedor)

Os homens aprenderam sobre sexualidade “na rua com os amigos e/ou na escola, nos livros e com professoras”. Nenhum recebeu orientação dos pais. Em alguns casos, irmãos mais velhos desempenharam papel importante na educação sexual dos mais jovens.

Na rua (...) com os outros colegas, entendeu? Campeonato de quem gozava mais rápido quando tava se masturbando, já viu isso? Fazia campeonato a gente via uma mulher bonita e (...) ficava espiando a meninada, a garotada lá no banheiro do colégio e fomos descobrindo um com o outro. (Waldemar, 39 anos, casado, vendedor)

Metade dos homens mais velhos não teve acesso à informação e aprenderam por conta própria. Acreditam que é desnecessário os pais conversarem com os filhos sobre sexualidade, ou porque devem aprender da mesma forma ou porque a televisão ensina tudo:

A educação sexual, hoje em dia, ela já nasce aprendido, hoje em dia os filhos pequenos está dando lição nos velhos, rapaz. Você vê essa criancinhas (...) tenho um de nove, um de dez, e a gente pára pra conversar e fala coisas que você fica assim embabacado, com um olhão assim. A televisão hoje está uma coisa, use preservativo e tal, eles estão (...) Outro dia ele foi lá na associação trouxe uma camisinha, esse maiorzinho, “Pai, olha aqui o que eu trouxe, só serve para o senhor, porque não cabe no meu”. Quer dizer, quem ensinou isso a ele? A televisão, os coleguinhas que ele escuta aí (...) (Romualdo, 62 anos, divorciado, desempregado)

Só um homem jovem acredita que, idealmente, a educação sexual deve começar em casa.

A educação sexual tem que começar de cedo, ainda mais com os tempos de hoje; porra, se você não começa em casa educando seu filho sexualmente da maneira, entre aspas, que os pais, que nós pais, vamos achar correta, você deixa ele aprender na rua. De repente ele aprende da maneira errada, ele vai chegar na rua, vai aprender que ele tem que meter, tem que comer, tem que meter um filho, e aí vai ficar uma criança jogada pelo mundo, vai pegar uma doença, sem se prevenir, sem porra nenhuma. A gente tem que orientar ele dentro da medida do possível, a gente passa a orientação, daí ele vai tirar as conclusões dele.

Metade dos homens mais velhos teve sua primeira experiência antes dos treze anos, com mulheres mais velhas e experientes. Um teve sua primeira experiência com animais, depois dos 16 anos — o que é comum nessa faixa etária para os que migraram de áreas rurais.

Prazer e Práticas Sexuais

Entre os jovens, o prazer aparece como um direito tanto para homens quanto para as mulheres.

O importante é que o prazer venha à mesma proporção, o mesmo nível, entendeu? Da mesma maneira que eu quero proporcionar prazer a ela eu quero que ela me proporcione prazer, eu acho que deve ser uma troca. *(Carlos, 23 anos, solteiro, desempregado)*

Roberto (23 anos, desempregado) dá outra razão para sua preocupação com o prazer feminino.

(...) porque ela tá me satisfazendo e se eu não satisfazer ela, ela daí já vai ter, vai rolar outro clima, ela já, praticamente ela vai ter me enjoado de mim, já vai começar a, a abrir asa pra outro, entendeu? E isso é o que eu num deixo acontecer, eu (...)

Alguns homens de meia-idade falam não apenas de direitos iguais em termos de prazer sexual, mas também do direito da mulher reivindicar o prazer de seu parceiro. A noção de homens como provedores sexuais aparece no contexto da infidelidade:

O homem tem que tá ali, bonitinho, ali o tempo todo, nunca desejar a mulher, o homem pula cerca pra caramba. Chega em casa tá bonitinho ali. Geralmente tem muito cara que fura nessa parte aí, arruma amante

na rua e tal e chega na hora de tá em casa, tá cansado pra mulher. Não pode ser assim, tem que tá bonitinho pra mulher dele, cumprir o dever como homem e como marido e pelos filhos também, ter uma boa impressão perante os filhos, não adianta nada os filhos verem discussão dos pais de ter outra mulher na rua, a situação fica meio conturbada. *(João, 42 anos, casado, agente de saúde)*

C: Acho que tem um dever, porque, se você não satisfaz a mulher, não adianta coisa nenhuma. Não adianta você ter uma relação com uma mulher, você se satisfazer e ela não. *(Toninho, 67 anos, casado, desempregado)*

Em termos de frequência sexual, todos admitem que diminui com a idade. Para alguns dos homens mais velhos, isso significa um intervalo de duas semanas, ou dois meses para aqueles que não se encontram em relações estáveis. Tal mudança também é atribuída ao desinteresse feminino, como vemos:

A minha mulher em casa para sexo é devagar. Aí eu tenho que dar o meu pulinho fora. Mas com pessoa que eu conheço. Que gosta de mim. Aí a gente dá uma saidinha, mas (...) minha mulher tá cansada, coitada, não quero mais coisa com ela, não. Tô com pena, ela trabalha muito. Eu tenho meus cambalachos por fora. *(Joaquim, 70 anos, casado, aposentado)*

Nossos resultados sobre as mulheres do primeiro projeto do IRRRAG também indicam o desinteresse pelo sexo nessa etapa do ciclo de vida feminino, especialmente para aquelas que se percebem como “frias”. As mulheres freqüentemente usam a menopausa e a laqueadura para justificar o desinteresse.

Entre os homens de meia-idade, a frequência sexual aparece determinada por fatores externos. Como a maioria desses homens se considera monógamo a maior parte do tempo (infidelidade esporádica), o interesse e a disponibilidade de suas parceiras não são tão regulares e freqüentes quanto os deles.

A maioria dos homens falou apenas em práticas heterossexuais. Mas a homossexualidade é parte da iniciação sexual para alguns deles, como Waldemar explicou:

Ah, rapaz! Tinha um cara chamado Anselmo que a gente comia ele, entendeu? [risos] Mas depois que o camarada cresceu, ele

casou, descobriu que não era aquilo que ele queria, entendeu? Teve época que eu trabalhava lá embaixo na cidade, o camarada pagava um boquete lá, gostava de chupar, cara, isso é uma sacanagem, aí dava um dinheirinho pra gente, entendeu? Mas os meus contatos maiores foi com mulheres, eu sempre tive contato com mulheres mais experientes do que eu, entendeu? (Waldemar, 39 anos, casado)

Práticas homoeróticas não afetam a masculinidade para os homens que assumem o papel de ativo na relação sexual.

Tem pessoa que gosta. Eu já peguei, até, um padre (...) Psiu! Psiu! Psiu! Falei: “Hiii!” O cara todo de preto, rapaz! Preto! Todo preto! Sem documento, já tarde da noite! (...) “Que é que você quer?” (Sussurrando) (...) “Num é? Olhe, jovem! Eu sou veado, mas quando eu tô assim, tenho que botar o negócio no meu ânus (...)” Eu falei: “Depende, né? Oh! Depende! (...)” Depois que eu vi que dava o dinheiro, eu fui. Ainda passei no restaurante do meu pai, tomei duas cana pra ficar doidão! E fui (...) Eu emburaquei. (Ivan, 63 anos, viúvo, comerciante, Grupo Focal)

Não houve relatos de práticas homoeróticas entre os jovens. Atitudes referentes ao homoerotismo variaram, como também as justificativas apresentadas. Alguns demonstraram intolerância profunda enquanto outros não apontavam nenhum problema, como vemos abaixo:

Quem anda com viado acaba virando (...). Mas isso foi trauma. (Diogo, 15 Anos, Grupo Focal)

Metia a porrada em todos eles. Sinceramente, cara! (...) Tinha que tentar, primeiro, matar todos eles (...) (Flávio, 25 anos, casado, autônomo, Grupo Focal)

Essa questão é de livre-arbítrio (...) É uma coisa que eu acho abominável, entendeu? Por quê? Deus fez o homem, fez a mulher. Claro! Aí vem o lance da opção. (...) Não tenho nem amizade. Eu, particularmente, não quero papo e (...) Entendeu? Não tem nem idéia! Porque eu acho uma coisa horrível, cara! (Cristovão, 31 anos, casado, operador de empilhadeira, Grupo Focal)

Eu (...) Não sou contra. Porque meu amigo (...) Eu tenho um amigo homossexual. Eu, me respeitando, eu respeito ele. Às vezes, andando na rua, o pessoal falava, mas não é por causa disso que eu vou deixar de falar com ele. *Você precisa conhecer a pessoa. (Marcelo, 22 anos, solteiro, desempregado, Grupo Focal).*

Explicações para a homossexualidade também variaram.

Antigamente, quando você via um joelho de uma mulher, você já ficava (...) hoje não, as mulheres andam pelada, os peito de fora aí (...) quase que você (...) hoje em dia já não tem mais aquela (...) porque o bonito era você obter aquilo que você não estava vendo, hoje é por isso que está tendo esses problema aí. Muita gente virando bicha, porque, porra, eu não concordo com essas paradas não, o cara virar bicha não (...) *(Romualdo, 62 anos, divorciado, desempregado)*

Entre os homens mais velhos, houve dois relatos de relações sexuais com animais:

Tinha uns negócio assim da rapaziada com uma garota, a molecada de noite, uns iam pro curral lá e pegavam a bezerra de sacanagem. A molecada, um bando de moleque, quinze, catorze, “Vamos, vamos no curral de fulano, pegar a bezerra de fulano”. Aqui no Rio é que eu fui conhecer mulher, sexo. Porque lá na roça era muito pobre, um interior muito, muito, sabe como é que é. Aqueles negócio de usina. Só trabalhava com negócio de cana, de açúcar. Só trabalhava na lavoura. Então quase não tinha esse negócio de mulher. *(Joaquim, 70 anos, casado, aposentado)*

E: Ah, os meninos faziam isso?

R: Ah, faziam, quantas vezes eu vi esse tipo de barato, e não era só os garotinhos assim de 10, 12 anos não, era (...) Não, eu nunca (...) Nunca foi meu fraco não (...) eu gostava muito era de “garozinha” [risos]. Você já pensou eu estar com uma porca, uma cabrita? (...) Eu via muito disso, nas garotadas a gente via muito essas coisas (...) Tinha vezes que tinha pessoa já quase que adulto, eu achava aquilo um troço horrível, né?, porque, porra, tinha, sempre teve, muita mulher, muita garota, muita, eu acho que não havia necessidade disso (...) *(Romualdo, 62 anos, divorciado, desempregado)*

A masturbação foi uma prática comum na infância e adolescência, em grupos e sozinhos. Para os homens, a masturbação foi importante para a descoberta da sexualidade e para a construção e afirmação da identidade masculina, como vemos:

R: Todo mundo junto, reunido, masturbando. Geral (...) então, virava um point (...) cada um tava lá no seu canto com a revista. Um no banco ali, outro sentado no chão, outro já deitado ali no chão mermo, e cada um com a revista na mão.

E: E você, ainda se masturba hoje em dia?

R: Eu num vô te enganar não, rapaz, o homem que falar que num faz isso é brincadeira não, que a, de vez em quando, dô três, dô quato, assim, com a mulher e depois, quando eu vô tomar aquele banho, e é mais uma no banheiro com a mão, fazer o quê? *(Roberto, 23 anos, casado, desempregado)*

Romualdo, 62 anos, contou que competições entre os meninos eram freqüentes:

Ia para beira do rio tomar banho e muitas das vezes até apostava quem ia. Era para ver quem (...) tocava mais punheta mesmo (...) [risos] quem tocasse mais era quem ganhava a aposta, aquilo ali era guaraná, pão com mortadela e era aquela coisa, né? (...)

Alguns homens, como Roberto, relatam que a masturbação continua como prática comum, enquanto outros disseram que práticas sexuais mudam e, assim, não se masturbam mais.

A potência sexual é associada a problemas e condições de vida, especialmente entre os homens mais velhos. Luiz, 57 anos, explica:

Até hoje, é um costume de todo o tempo, não tendo probrema a gente (...) mas é difícil, né? Eu hoje tenho probrema na vida, né? Quando você pensa na (...) você cai na depressão, um compromisso, né? Não é mais o homem-sexo, né? Nada. Naquele momento ele não é. Só basta ele ter na relação, se ele for pensar na vida, o que ele tá passando, ele esfria.

Dado que o trabalho e a sexualidade definem a masculinidade e diminuem gradativamente com a idade, não é de se espantar que homens mais velhos percebam sua atual fase de vida meramente como “esperando o fim”.

Infidelidade e a Natureza Sexual Masculina

Fidelidade e infidelidade são geralmente percebidas como parte da natureza e identidade masculinas. Todavia, homens jovens oferecem concepções mais elaboradas e complexas. Infidelidade é percebida como uma demanda social. Homens que não aproveitam oportunidades sexuais têm sua masculinidade questionada. Para um homem, infidelidade não é justo e revela falta de afeto pela parceira. A fidelidade é, portanto, importante para os dois. Outros dizem que depende do relacionamento. Em relações estáveis, a fidelidade é desejada; nas relações instáveis, não é necessária. No entanto, o ideal e o real dificilmente se encontram, pois a “tentação é muito grande”, a sexualidade masculina é incontrolável e expectativas sociais demandam o papel masculino de garanhão.

E: Você já foi infiel a essa sua última parceira?

L: Bastante, é porque (...) como eu vou dizer? Não é nem necessidade, entendeu? Porque eu (...) você (...) como é que vou te dizer? O homem hoje em dia tá sendo muito caçado, entendeu? Qualquer festa que você vai tá um excesso de mulheres, aí vai que você hoje não tá com sua parceira, você tá sozinho na festa, o que tiver que acontecer vai acontecer. *(Cristiano, 21 anos, solteiro, auxiliar de enfermagem)*

Para os homens mais velhos, a infidelidade aparece como parte da identidade masculina também.

Eu era um cara que eu tinha (...) quatro mulher. Entendeu? Na minha infância, eu tinha quatro mulher. Um cara novo, né? Jovem (...) Porque eu saía com uma hoje, amanhã saía com outra, depois com outra, mas eu não gostava de nenhuma, sabe? Era só pra ir pros bailes, pra dançar. Agora, a minha mesma de fé, que é a Jojô, é essa que eu continuo com ela, porque é trinta anos que eu tô casado com ela. Essa que é a minha verdadeira mulher. Eu morei com várias, mas não (...) Tive filho com várias mulheres por aí. Tudo espalhado por aí. *(Toninho, 67 anos, casado, desempregado)*

Homens mais velhos, no entanto, têm uma visão consistente de papéis de gênero complementares e uma moralidade sexual dupla. Homens jovens

valorizam a equidade de gênero e a maioria fala de direitos iguais, mas, quando falam sobre infidelidade e saídas, esperam um comportamento distinto para as mulheres. A necessidade biológica de um lado e a pressão social de outro justificam a procura por outras mulheres:

Um exemplo, a esposa vai ter nenê, óia 30 dias não pode ter relação sexual, vai ter que se segurar, criar hormônio dentro de você e descarregar de alguma forma, você trabalhando, capinando igual aquele moço ali tá capinando, ou você vai jogar uma bola ou você vai procurar botar uma camisinha e vai pará na termas. Eu acho que é assim, não é que você esteja traindo a sua esposa (...) (Murilo, 42 anos, casado e militar)

Parece que sexo descompromissado, sem afeto, tem uma avaliação moral distinta que um caso extraconjugal com laços afetivos. Nenhum dos entrevistados revelou um caso desse tipo.

Conhecimento sobre Sexualidade e Reprodução

O conhecimento dos homens sobre saúde sexual e reprodutiva é muito desigual. A prevenção de aids e HIV através do *condom* é conhecida por todos. Mas outras dst não foram identificadas, nem seus sintomas. O uso do *condom* é percebido como prevenção necessária nos relacionamentos novos e sem compromisso, sendo abandonado assim que o relacionamento se estabiliza. Para alguns homens, a espontaneidade e a natureza incontrolável da sexualidade são mais importantes que a prevenção. Por exemplo:

(...) mas, se tiver de acontecer, vai acontecer, entendeu? E se eu não tiver [uma camisinha] vai rolar de qualquer jeito. (Cristiano, 21 anos, solteiro).

A percepção da importância do uso do *condom* diminui com a idade. Entre os idosos, nenhum havia usado o *condom* e alguns dizem que se previnem na escolha de parceiras: mulheres conhecidas e que são “reservadas”. Assim, o *condom* é associado à promiscuidade para todos.

Em termos de conhecimento sobre a contracepção, os homens conhecem o *condom*. Muitos outros mencionam a pílula anticoncepcional e alguns o coito interrompido. Outros métodos são mencionados por poucos homens. Os

homens tendem a ter experiência com os métodos mencionados. A contracepção é percebida como responsabilidade feminina e, assim, os homens não conversam ou negociam com as parceiras. O uso da contracepção não reflete a preocupação masculina em prevenir a gravidez, mas é uma iniciativa da parceira. No único caso em que era uma preocupação masculina, foi atribuída a dificuldades econômicas.

Sempre me preocupei em evitar, sabe por quê? Porque a gente tava passando por uma fase muito difícil. Que a pessoa quando é pobre não pode ter muito filho, né? A gente tinha dois, e deixamos um outro vir. Aqui no Rio, pra criar filho é muito difícil. Aí ela começou a tomar comprimido. Todo dia tomava um comprimido, aí num pegamo (...)
(Joaquim, 70 anos, casado, aposentado)

É interessante apontar que a responsabilidade e a preocupação masculina são circunscritas à esposa e aos filhos do casamento.

Os homens têm reações diversas ao aborto. As parceiras de dois jovens fizeram um aborto por causa de dificuldades econômicas. Alguns são contra o aborto em função dos riscos de saúde para a parceira e porque é um crime. Outros são menos radicais e analisam os motivos e as circunstâncias que justificam o aborto:

(...) eu sou contra o aborto até certo ponto, entendeu? Eu acho que deve haver um nível de concordância entre as partes para se fazer um aborto, eu não acho legal se você tem uma condição, você deixar que essa criança não venha (...) já que veio, também aí tem um certo nível, o qual você não vá permitir um aborto, depois que está com três, quatro meses que é prejudicial, para a pessoa e prejudicial para criança em si e tal, de repente pode não abortar e a criança ficar com alguma seqüela, mas, quando existe uma certa necessidade e a garota não tem condição, o cara tem condição e tal (...) Não sou a favor de colocar ninguém no mundo pra ficar sofrendo, já chega o sofrimento que a gente tem, tá ligado? *(Carlos, 23 anos, solteiro, desempregado)*

Mais que a contracepção, o aborto aparece nas experiências dos jovens e no seu discurso como uma questão que é conversada e onde há maior percepção sobre a participação masculina.

A Vida Conjugal e da Família

A Divisão Sexual do Trabalho e o Orçamento Familiar

Nas suas famílias de origem, a maioria dos entrevistados colaborava nas tarefas domésticas tradicionalmente consideradas masculinas e femininas. Em apenas dois casos, a contribuição dos meninos era limitada ao jardim. Nas suas famílias atuais, como as esposas não trabalham, as mulheres são primordialmente responsáveis pelas tarefas domésticas. Mas muitos homens relatam que “ajudam” quando é necessário. Alguns jovens apontam que o ideal seria uma divisão igualitária do trabalho, como o Roberto (23 anos, casado, desempregado):

(...) porque a mulher faz em casa, homem também pode fazer, e o que o homem faz na rua a mulher também pode fazer. A mulher pode fazer o que o homem faz e o homem pode fazer o que a mulher faz também. Eu acho isso normal.

Não é porque o homem é homem que não pode fazer isso, não pode fazer aquilo, tem que ajudar dentro de casa. (*Cristiano, 21 anos, solteiro, auxiliar de enfermagem*)

Alguns homens acham que a ajuda deve ser dada primordialmente pelos filhos. É entre os homens mais velhos que os papéis de gênero são mais claramente diferenciados e complementares. Toninho (67 anos, casado, desempregado) aponta:

Olha, a divisão de casa, eu acho que cada um tem que seguir o seu, como se diz (...) em matéria de lavar a louça, ela tem que fazer, tem que fazer uma comida, ela tem que fazer. A não ser que seja necessário a gente fazer. Aí, a gente tem que fazer, né? Pra isso, a gente aprende de tudo.

A maioria dos homens jovens teve famílias de origem nas quais suas mães eram a chefe da família, sustentando a casa com a ajuda dos irmãos mais velhos. Um jovem ainda vive com seus pais. Seu pai é o provedor principal e ele contribui para a renda familiar. Os jovens trabalharam para se tornarem economicamente independentes. Apenas um teve que contribuir para a renda familiar. Entre os

idosos, no entanto, todos contribuíram para a renda familiar e, em algumas instâncias, eram o principal ou único provedor. Como Toninho disse:

Olha, meu pai era administrador de fazenda, entendeu? só que ele morreu eu ia fazer 7 anos (...) e com 7 anos eu fui preparado para sustentar minha mãe e três irmão menor. *(Toninho, 67 anos, casado, desempregado)*

Nas famílias que formaram, os jovens são os provedores e suas esposas estudam. Apesar das esposas dos adultos da faixa etária intermediária não trabalharem, os homens disseram que se trabalhassem contribuiriam para os “extras”, as “variedades” ou as “coisas para os filhos”, enquanto os homens se responsabilizariam pela manutenção da casa e a alimentação. Todos os homens compartilham da noção dos maridos enquanto provedores, e o trabalho feminino não deve interferir no papel masculino. A alimentação é a prioridade nas despesas familiares, seguida de roupa, contas e despesas com educação.

Paternidade

Os homens percebem o papel paternal como de provedor. Um bom pai é percebido como “amigo”, “herói”, “provedor”, “o que dá amor e carinho”, “o que motiva”, “o que pensa sempre nos filhos” e, acima de tudo, “o que tem uma boa esposa”. Uma boa esposa e mãe lhes libera da “paternagem”. Um bom pai assume a responsabilidade de educar, cuidar, prover, como também participar em suas vidas do ponto de vista material e afetivo.

Entre os jovens, nenhum cuidou dos irmãos. A percepção é de que os homens têm a capacidade de cuidar de crianças, mas as mulheres são mais adequadas. A maternidade e a maternagem são percebidas como sinônimo. A natureza feminina possibilita a maternagem, em contraste com os homens, que são “brutos” e “secos”.

Um dia vou ser pai. Só pego no filho depois de um ano. O homem é um ser bruto (...) Gente! Oh! Um filho! (...) Homem fica sem jeito. Homem é muito seco. Pô! (...) *(Cristiano, 25 anos, casado, autônomo, Grupo Focal)*

Os homens precisam aprender como “paternar” em caso de necessidade, no caso da mãe ter um “acidente”.

As mães já são preparadas. Nascer assim. Homens precisam aprender, caso precisem ajudar. *(Marcelo, 22 anos, desempregado, Grupo Focal)*

E: E pra você, como é que é pra homem cuidar de uma criança?

D: É um pouco mais atrapalhado e difícil que as mulheres [ri], porque a mãe em si tem mais jeito, é um dom, uma dádiva de Deus mesmo que a mulher tem, mas não é impossível, basta se querer, ter força de vontade, e também dá pra se fazer, dá pra orientar, dá pra educar, dá pra criar. Acabou aquele negócio de machismo “mãe tem que cuidar”, agora não, você também, se a esposa, a mãe não pode estar, o pai tem que assumir esse papel. *(Divino, 26 anos, casado, sem filhos, marceneiro)*

O papel materno é cuidar, educar e guiar os filhos.

A mulher tem que viver para os filhos, ser sincera e feliz também, compreenda as coisas ruins e boas da vida, uma boa orientadora. *(Roberto, 23 anos, desempregado)*

Violência e Álcool

Violência e álcool aparecem relacionados e de forma separada. O álcool é associado ao lazer e relaxamento. Nesse contexto, menciona-se a cerveja. Cerveja, futebol e mulheres são procurados no tempo livre:

Porra, bicho, cerveja, se deixar, eu bebo todo dia. Me amarro na cerveja, gosto muito, eu vou dizer que eu sou, porra, eu não sou um alcoólatra, entendeu? Mas é aquele lance, tô trocando as idéias com as parceiras e tal, a gente tá colocando o papo em dia, tá escutando um som, tudo, a gente toma essa cervejinha e tal, eu acho que isso é necessário na vida do cara, de repente é o momento ali, em que você tá se liberando um pouco dos problemas, do stress que está rolando lá fora, do outro lado da parede, entendeu? Daí você tá ali tranquilo, tá desenrolando, tá trocando idéia, tá relaxando, sei lá, muito legal. *(Carlos, 23 anos, solteiro, desempregado)*

Às vezes eu chego em casa meia-noite, uma hora da manhã (...) uma e meia da manhã (...) minha mulher tá dormindo, eu acordo ela, “Vamos pra praia tomar uma cerveja?”. Aí a gente vai lá pra São Conrado (...) *(Waldemar, 39 anos, casado, representante comercial)*

A cerveja é associada à sociabilidade, uma vez que é usada como justificativa para encontros sociais.

Enquanto a importância da cerveja não se limita à classe baixa, a pobreza cria um contexto particular para a bebida. As limitações econômicas para o lazer e a falta de espaço e oportunidades na comunidade são considerados grandes problemas. Nessas circunstâncias, beber cerveja é uma alternativa. Como explicou Waldemar:

Pobre hoje não pode se locomover com seis, oito crianças para procurar (...) para procurar alguma praia, para procurar uma cachoeira, isso tem que está munido, ter um dinheirinho (...) se não tiver vai ficar logo em casa.

Com exceção de um homem que é religioso, todos bebem e consideram a bebida seu lazer preferido. A bebida e o alcoolismo são diferenciados de acordo com a bebida. A cachaça é relacionada à dependência. A bebida é apontada como um dos maiores problemas na comunidade. Depressão, perdas e desemprego ou “não ter o que fazer” são associados ao alcoolismo. Estudos indicam que o alcoolismo é comum entre os aposentados.

Bebia. Eu bebia, assim, pra me esquecer, né? Tomava uma cervejinha, às vezes tomava uma pingazinha pra me esquecer. Aí eu vi que não tava tão certo, esse negócio de beber não era certo (...) Aí parei.
(Joaquim, 70 anos, aposentado, referindo-se à morte dos pais)

Os alcoólatras são percebidos como “desocupados”, “maus” e o sofrimento não é mencionado. O alcoolismo feminino recebe hostilidade maior. Os entrevistados relataram várias histórias de suas famílias sobre o alcoolismo de mulheres que eram espancadas pelos maridos e filhos.

As histórias associadas ao alcoolismo grave são muito comuns, muitas sobre seus pais ou filhos adultos casados, cujos problemas referentes a espancamento das esposas são associados à bebida. Entre os jovens, dois fumam maconha e cigarros e um esteve envolvido com o tráfico e, por isso, ficou preso por três meses.

Dados os altos índices de criminalidade na Baixada Fluminense e a correlação forte entre masculinidade e violência, na qual os homens aparecem mais como agressores e vítimas que as mulheres (Nolasco, 2000), os homens falaram relativamente pouco sobre violência. Em termos de violência urbana e violência

entre os homens, vários entrevistados apontavam o abuso da violência policial como suas piores experiências.

A violência contra a parceira é condenada pela maioria dos entrevistados, particularmente os mais jovens, que insistem no diálogo como meio de resolução de conflitos. No entanto, no grupo focal da mesma faixa etária, a violência foi uma questão mobilizadora, e os homens (de todas as faixas etárias, em diferentes grupos focais e entrevistas) relataram várias histórias de violência contra a mulher, insistindo muito nos casos em que as mulheres eram violentas e que os direitos iguais implicam na reciprocidade masculina. Para alguns, se as mulheres “abusam”, merecem a violência. Entre os homens das duas faixas etárias mais velhas, a violência é errada, mas sempre há exceções. Joaquim é um dos poucos que admitiram usar a violência física contra sua esposa:

Não, só em casa, teve uma vez que eu e minha mulher quase saímos no tapa, eu e ela. Mas na rua, com mulher, eu num bato em mulher, nem briguei com ela, foi só discussão, dei um tapa nela. Eu me arrependi pra caramba. Ela me falou uma palavra que me ofendeu, dei um tapa nela que ela não devia falar isso comigo. Me chamou de safado, mas também nunca mais, foi a única coisa que eu fiz. (Joaquim, 70 anos)

Muitos argumentam que é melhor separar que usar violência. “Quando a mulher não presta, se separa”, disse Joaquim. Mais tarde, no entanto, afirmou:

(...) o cara que bate em mulher, eu detesto cara que bate em mulher. Tem mulher que merece, mas tem mulher que apanha sem necessidade, porque o cara é ruim, chega em casa bêbado e fica batendo na mulher. Então a violência é muito, muito triste (...). (Joaquim, 70 anos, aposentado)

Todos os homens mais velhos entrevistados sofreram violência física de seus pais, responsáveis e até de patrões. Assim, não nos surpreende que acreditem que a violência seja necessária para a educação dos filhos. A violência é percebida como necessária para a educação moral da criança e é melhor receber essa educação em casa do que “na rua”.

A criança deve é apanhar, de outra forma não tem como se educar. É melhor se bater no filho do que os outros bater. A gente tem as justificativas, você (...) não é qualquer coisa e vai e pá na mão do

filho, e amostrar a ele porque que ele tá apanhando, pra ele não fazer mais. Num faz contigo nem faz com outras pessoa da rua e daí você tem também que travar de língua, porque se você também falar, pronunciar várias palavras, ele vai ficando viciado também. Pra você ver, aqui no quintal mermo as mulheres saem com cada uma da boca pra fora é tudo (...) os filhos são uma capa de imitação. [pausa] Na rua ninguém tolera o que pai e mãe tolera não. (Luiz, 57 anos, casado, aposentado, vigia)

A maioria dos homens acredita que a violência é necessária nas situações mais graves, como o uso de drogas. Para Waldemar e Murilo, que também sofreram violência física quando eram crianças, a violência é inadmissível. Numa briga, Murilo foi ameaçado pelo seu pai com uma faca, e, em outra oportunidade, com uma arma, o que “provavelmente foi por causa da cachaça”.

Em termos de violência entre os homens, não há consenso. Alguns acreditam que há situações que a justificam, tais como quando um homem está atrás de sua mulher ou, quando numa situação de dívida, alguém lhe “passa para trás” — situações que ameaçam a masculinidade. Outras justificativas incluem a ameaça à honra da família, para defender alguém ou autodefesa.

Os bailes *funk* são muito comuns nas comunidades empobrecidas do Rio e conhecidos por sua violência e sexualidade explícitas na pista de dança. Roberto descreveu esses rituais de violência:

Pô, eu num gostava muito desses baile, não. Porque eu praticamente só ia mermo pa escutar música, ia quando era etapa de rap, pa escutar as mulhé, cantar o rap deles, mas pa me envolver na briga assim, num dá pa mim não. Gostava dos baile de antigamente, que era só música, pa tu ficar dançando, arrumar uma namorada, agora, pa ir pa baile pa brigar (...) (Roberto, 23 anos, casado, desempregado)

A violência masculina no Rio é associada ao tráfico de drogas e ao crime organizado, que está presente em todo o território e até em espaços como o baile funk. Uma vez que um homem se envolve, geralmente morre ou é preso até a idade de 25 anos. O grupo só aceita sua saída pela conversão religiosa. Uma vez que os homens podem escolher entre o trabalho e o crime, se escolhem o trabalho, eles têm uma motivação forte para se manter a distância dos traficantes.

Percebendo que as brigas entre homens apresentam um risco para sua vida, um entrevistado disse que prefere passar por covarde:

Evitando é melhor. Evitando é melhor porque você tem a sua vida tranqüila. Você vai partir pra agressão, o cara lhe mata, como é que fica? Você perde a vida, a gente perde a vida e acabou. Então é melhor evitar. Você passa covarde, bancá covarde. Eu prefiro bancá covarde, (...), ser covarde do que ser violento. (*Joaquim, 70 anos*)

Outros acreditam que nada justifica a violência, pois o diálogo é sempre uma forma preferível e racional de resolução de conflitos. O discurso não-violento aparece com uma orientação de gênero. Isto é, os mesmos homens que apresentam uma posição de não-violência referente aos homens apontam para circunstâncias justificáveis para seu uso com as mulheres “que merecem”.

O Ciclo de Vida Masculino e os Projetos dos Homens

A maioria dos homens se refere à adolescência como sua fase preferida de vida. Alguns homens mais velhos, no entanto, identificam sua fase atual de vida como a melhor. Sua preferência se justifica por uma sensação de ter cumprido suas obrigações e terem se realizado. Também há uma sensação de não haver mais nada a ser feito por si ou para si, a não ser esperar pela morte, pelo que “Deus me reservou”. Nesse contexto, não nos surpreende que o lazer seja tão insignificante.

E: Qual foi a melhor época da sua vida?

L: Na época em que eu era jovem, no exército, e a atual, agora, no fim da minha vida.

E: E por que o senhor considera esses momentos os mais felizes?

L: Porque naquela época eu tinha que (...) paz e amor, bom emprego, de vez em quando eu ia pra partida, tinha campo de partida. E criança não tem aquela responsabilidade, tudo tava bom. E agora é acabar de concluir a vida, esperar a hora que Deus quiser vir, mas não desanimar ainda, né? (*Luiz, 57 anos*)

As idéias de conclusão da vida e expectativa pela morte na terceira idade revelam uma carência de projetos, como Sr. Toninho explica:

E: O senhor tem algum projeto, sonho pro futuro, assim, do senhor? Alguma coisa que o senhor deseja realizar?

T: Não, com a idade que eu tenho, não (...) O que eu tinha de realizar, já realizei. Criei a família, entendeu? Sou estabelecido, então. Rico eu não vou ficar mesmo. A não ser que acerte na loteria. Então, meu projeto é ter saúde pra até chegar o dia que o papai do céu chamar, né?

Entre os jovens, a fase mais feliz de suas vidas foi a infância e adolescência, em função da ausência de preocupações, responsabilidades e autonomia financeira. João, 42 anos, explica:

A melhor época da minha vida foi meus (...) entre 15 e 19 anos, assim, foi uma época boa. Trabalho, né? Namoro, muita farra, futebol.

Murilo, 42 anos, é o único que prefere a vida de casado às outras fases de sua vida.

Eu acho que meu casamento foi uma época maravilhosa (...) Eu me acordo, escovo os dentes, tomei meu cafezinho, lavei meu corpo, está bom (...)

Um entrevistado relatou que todas as fases de sua vida foram ótimas e outro, o nascimento de sua filha. A paternidade confere um novo status e indica um rito de passagem da adolescência para a fase adulta:

Ah! eu me senti mais adulto, mais maduro, senti muito alegre, foi um momento muito bom. (Pedro, 20 anos).

É importante notar que o casamento e a paternidade se configuraram como marcos de etapas da vida de felicidade para alguns homens, em contraste com os resultados do primeiro projeto, no qual a fase preferida era a anterior ao casamento e aos filhos.

Os homens pesquisados valorizam primordialmente a paternidade, a educação e o casamento. Outros valores apontados incluem a honestidade, a união familiar, o trabalho e o respeito, que são importantes para alcançar seus ideais, aspirações e projetos econômicos de vida, como comprar uma casa ou um carro.

As escolhas masculinas de seus modelos e heróis também foram significativas. Para os homens das duas faixas etárias mais velhas, os modelos identificados eram os amigos ou heróis da televisão. Os pais nunca foram

mencionados, com exceção dos seus exemplos como provedores. Os jovens, na sua maioria, apontam para o pai como modelo e herói, como Pedro (20 anos, casado, pintor):

Acho que eu sempre tava precisando do ombro dele, e tava lá e me ajudava, tava sempre me defendendo, sempre me ajudando em tudo que eu queria. Então ele, pra mim, foi um pai muito especial.

As mães são sempre apontadas como modelos femininos, seguidas das irmãs, uma avó, uma amiga, namorada ou esposa — sempre alguém dentro de seu círculo mais íntimo de relacionamentos.

Uma vez que a participação feminina nos movimentos sociais foi significativa no primeiro projeto do IRRRAG, é interessante notar o contraste com a participação masculina. A participação masculina, como a feminina, tem especificidades importantes, mas, em contraste, os homens acima de 50 anos são os menos interessados. Os mais velhos relatam afiliações sindicais nos anos 70 e princípio dos anos 80, que os deixaram muito decepcionados:

Eu não gosto disso, estou fora, movimento social. Para quê isso? Para escorrer mais dinheiro (...) o sindicato estragou com o trabalhador, acaba com o trabalhador, é porque é verdade (...) Hoje eu estou vendo que é isso. (Murilo, 42 anos, militar)

Na faixa etária intermediária, um entrevistado é liderança comunitária e outro é agente comunitário de saúde. Entre os jovens, dois são afiliados a partidos (PT e PC do B) e um destes também participou de greves e do movimento estudantil. Esses homens se envolvem com os problemas de sua comunidade e são sensíveis à importância de mobilização política. No entanto, o ativismo não lhes confere a abrangência de ganhos secundários que oferece às mulheres, pois seu gênero lhe garante o acesso à mobilidade, ao contato social, à informação e a outras coisas que as mulheres alcançam através do ativismo.

SER HOMEM EM SÃO PAULO

Configuração Familiar e Dinâmica da Vida Conjugal: a Presença Feminina ou “Amar é Encher o Saco”

Desde a primeira metade do século XX, a cidade de São Paulo foi um pólo de crescimento econômico e de atração para a migração interna de regiões mais pobres do país, de homens e mulheres que buscavam participar do seu progresso. A cidade cresceu de forma desordenada em direção à periferia, gerando uma grave crise de habitação, na mesma proporção, aliás, em que as regiões centrais se valorizaram, servindo à especulação imobiliária.

Nos anos 50, inicia-se o fenômeno de “desconcentração” do parque industrial de São Paulo, que começou a se transferir para outros municípios da Região Metropolitana (ABCD, Osasco, Guarulhos, Santo Amaro) e do interior do Estado (Campinas, São José dos Campos, Sorocaba). Esse declínio gradual da indústria paulistana insere-se num processo de “terciarização” do município, acentuado a partir da década de 70. Isso significa que as principais atividades econômicas da cidade estão intrinsecamente ligadas à prestação de serviços e aos centros empresariais de comércio (shopping centers, hipermercados, etc.). A população

da metrópole paulistana cresceu, na última década, de cerca de 10 para 16 milhões de habitantes. Esse crescimento populacional veio acompanhado do agravamento das questões sociais e urbanas (desemprego, precariedade do transporte coletivo, problemas ambientais e de habitação), que nos desafia como “uma boca de mil dentes” neste início de século (Prodam, 2003).

A maioria dos homens que respondeu aos questionários em São Paulo “enfrenta” essa cidade desde o nascimento: 21 dos 34 respondentes nasceram no município. Entre eles, nove estavam entre 15 e 25 anos; 12 entre 26 e 44; e 14 estavam com 45 anos ou mais. Eles se definiram, em sua maioria, como brancos (22/34), havendo ainda dez definidos como pardos e um negro.¹ Em São Paulo, 24 dos 34 homens que responderam ao questionário já estiveram unidos, sendo que quatro deles, duas vezes. Dos unidos, 22 continuavam casados. Não havia viúvos entre eles, em contraste com três viúvas entre as 29 respondentes.

Aqui também a idéia de casamento é fortemente associada a ter quem cuide dele e de suas coisas, quem regule seu comportamento e o mantenha nos eixos — como um contínuo do papel feminino que parte da mãe para a esposa. Aqui também a mãe é a que cobra porque ama. A “encheção de saco” propriamente é uma demonstração de amor que, se o homem souber seguir, estará no bom caminho. Como nesse diálogo do grupo:

Pesquisador: Mas vocês lembram que lá no comecinho eu perguntei quem reclamava mais: o pai ou a mãe? Quem foi que vocês disseram?

Grupo: A mãe, porque ela ama mais.

P: Quem ama mais reclama mais?

G: Com certeza. Ah, ela tá sempre reclamando, mas no intuito de te colocar numa condição em que você seja alguma coisa, no caminho certo. Isso é óbvio, tua mãe não vai botar um revólver na mão e dizer: vai lá, filho, roubar pra gente comer. Não vai fazer isso, ela vai querer que você estude, pra você poder desenvolver depois e ser alguma coisa (...) Minha mãe já vai me colocando, ela sempre quis que eu fizesse e, né?, a maioria das vezes eu nunca fiz o que ela pediu, né?, mas se eu tivesse seguido metade, eu estaria pelo menos, não sei, no terceiro colegial, eu podia ter terminado já. Já estaria na faculdade.

¹ Houve uma diferença importante entre auto e heteroclassificação, como no caso dos pardos (10 autoclassificados, 2 heteros, 1 negro autoclassificado e 4 heteroclassificados).

G: A mesma coisa. Se eu tivesse seguido os conselhos da minha mãe, hoje eu não estaria aqui.

G: Então, o fato dela amar faz com que ela cobre mais também, né?
(Grupo de homens mais jovens)

Esse é o amor incondicional: o amor de mãe. Um pai deve ter um papel essencial na família, mas, muitas vezes, ele está ausente, como vemos nas falas de muitos dos informantes. Isso é o que distingue o amor de mãe — previsível e, às vezes, opressor — do amor paterno — desejável, apesar de duvidoso, como descrito nesse grupo de homens mais velhos:

Pesquisador: Mas, no caso, pai pode encontrar em qualquer lugar, mas mãe só tem uma, né?

Grupo: Mãe só tem uma, porque a mãe do cara pode ser a maior prostituta do mundo, mas é mãe dele, ela criou ele, ela vai criar ele com o maior amor e carinho que qualquer mãe daria pra um filho.

P: Hã. E o pai?

G: Pai não, tem muito pai. Tem cara que é pai só biológico, né? É o pai, sim, tudo legal, é pai, tudo bem, e daí? Tá nem aí pros filhos, que eu conheço muitos assim, que o cara tem 15 filhos, tem 12 com uma mulher aqui, três com a outra lá, o cara paga mais de pensão. Porque ele nem sabe qual é a idade direito dos filhos, um tem dois, outro tem quatro, outro tem seis, outro tem oito, tá tudo jogado assim, ele não tá nem aí (...)

G: Muitos desses nem pagam.

G: Têm muitos que nem pensão pagam, porque, às vezes, é as mães que ficam trabalhando de lavadeira pra sustentar os filhos.

Nesse grupo de homens com idade acima de 45 anos, chamou-nos a atenção o grande investimento afetivo ao falar sobre a relação com os/as filhos/as. Em entrevistas, por exemplo, alguns deles mencionaram, entre lágrimas, a grande dificuldade e, ao mesmo tempo, um grande desejo de expressar seu “amor paterno”. Essa relação com os filhos também era investida de forte conflito, pois, em geral, acompanhava uma trajetória da própria ausência e um profundo arrependimento, em momentos de revisão da própria vida.

A mulher-mãe, ao mesmo tempo, ocupa um lugar central na vida desses homens. Por um lado, os homens entrevistados delegam a essa mulher a

responsabilidade pelo cuidado integral da família, incluindo o dele próprio. Esses relatos acompanham a descrição de uma extensa lista de atividades e funções consideradas por eles como femininas: cozinhar, passar, lavar, etc.

Por outro lado, esses homens depositam também, nas mulheres, a possibilidade de convivência pacífica da espécie humana. No grupo focal dos homens com idade entre 15 e 25 anos, por exemplo, mencionou-se um filme no qual existia um planeta em que habitavam apenas mulheres, em paz e harmonia. Com a chegada dos homens, essa paz foi bruscamente rompida, instalando-se o caos, a guerra e a desordem, que se extinguem com a expulsão desses homens, “naturalmente” violentos.

A cobrança, o aconselhamento, a regulação fariam, assim, parte desse cuidado mais amplo, que incluiria as tarefas domésticas, tais como alimentar e vestir. Mas essa idéia de que as mulheres, “enquanto gênero”, devem trabalho aos homens é constantemente tensionada pelos novos lugares que as mulheres vêm ocupando na sociedade, seja ela a mãe ou a esposa — é como se essa mulher cuidadora, quando trabalha fora, estaria *entitled* a demandar uma mudança na relação cuidadora—cuidado. Esse achado é coerente com o que encontramos na pesquisa desenvolvida pelo IRRRAG 1. Como descrito nesse grupo de homens mais jovens:

A vantagem é essa, né? Você não faz nada. Já encontra tudo pronto, não é, meu? Agora, quando era solteiro não. Minha mãe trabalha, né? Eu e meu irmão era que tomava conta da casa, fazia a comida, nunca fiz foi lavar a roupa, mas o restante fazia de tudo. Casando agora é que eu tô do lado da minha companheira, não é, meu? Tá vivendo o dia-a-dia ali com ela e sem precisar fazer nada, a partir do momento que ela não trabalha, a partir do momento que ela começar a trabalhar, aí você vai ter que ajudar nos deveres de casa também, né? (*Grupo de homens mais jovens*)

Ou ainda, como descrito por Raimundo, que sonha em ter filhos. Ele descreve sua esposa, explicando por que convive bem com uma mulher que é esterilizada e trouxe três filhos de outro casamento. Além de bonita, vaidosa e compreensiva com suas saídas, ela cuida de sua aparência e facilita seu autocuidado:

Entrevistador: E quem cuida da tua roupa?

Raimundo: Minha esposa.

E: É?

R: Chego em casa, tá tudo passadinha, arrumadinha. Ela cuida bem. Ela sabe que eu gosto assim (...) É, ela é muito boa. Tudo o que eu preciso tá em mãos. Eu chego no banheiro, a toalha tá lá, o sabonete, pasta de dente, escova, zorba, chinelo, chinelão. Eu não preciso fazer nada. Já vou pro banheiro, tá tudo lá.

Gênero: Quem Cuida e Quem Provê

Na cultura ocidental contemporânea, as atribuições de papéis parentais ainda apresentam uma clara distinção: ao pai, cabe a responsabilidade pelo provento material e moral da família; à mãe, a condição de provedora afetiva e “naturalmente” cuidadora da prole. À mãe, o coração. Ao pai, o bolso.

Como destaca Jorge Lyra (1997), “a constatação a que fomos chegando é que a concepção e criação de filhos constituem experiências humanas atribuídas culturalmente às mulheres, não incluindo o pai. A paternidade, quando tratada, é concebida, na maioria das vezes, sob a ótica feminina, reforçando a idéia de que são as mulheres que carregam a gravidez. Quase nunca se pergunta ao homem sobre sua participação, responsabilidade e desejo no processo de reprodução (...). Esta divisão de atribuições masculinas e femininas persiste mesmo quando se apontam vantagens para as crianças e para os homens adultos de uma participação mais intensiva do pai nos cuidados para com seus filhos” (p. 23).

A literatura sobre a presença de homens em ocupações tradicionalmente femininas, particularmente no cuidado infantil, foi exaustivamente trabalhada por Eliana Saparolli em sua dissertação de mestrado intitulada *Educador infantil: uma ocupação de gênero feminino*. Dentre os obstáculos que se impõem contra a maior presença de homens na educação infantil — atividade fortemente associada às mulheres e à feminilidade na cultura popular —, Saparolli (1997) destaca os mitos e as idéias arraigadas sobre masculinidade. Além disso, a introdução de homens nessa área tem gerado preocupações variadas, principalmente no que se refere à conduta dos homens cuidadores: “estudos estrangeiros (...) mostraram que a presença desses profissionais no interior das creches e pré-escolas gera preocupações e ansiedades quanto à hipótese de abuso contra a criança (onde as políticas de atendimento à criança são regidas por visões que podem associar homens a violência contra crianças)” (Saparolli, 1997: p. 33). Assim, parece que a figura do cuidador está sempre associada à imagem do efeminado ou do abusador.

Há um debate importante sobre o que é legítimo que as mulheres reivindiquem nessa nova e tensa configuração. Há aqueles homens que consideram que, quando as mulheres estão no papel de provedora, merecem que se inverta a direção do cuidado. Essa não é uma situação tranqüila, pois cuidar é ainda associado ao feminino, uma ameaça aos demais homens, que hostilizam o desviante, questionando sua masculinidade e sua lealdade ao grupo:

Tipo assim: ele arruma a casa, daí os caras que não arruma, tem a mãe pra arrumar, começa a discriminar ele, começa a zoar com ele (...) Coitado, tá lá, ele faz as coisas pra mãe dele, vai querer agradecer a mãe e o pai dele. Eles trabalham, dão de tudo pro moleque, ele só estuda, vai querer ajudar a mãe dele. Agora, vai ficar lá pra quando a mãe chegar do serviço cansada vai arrumar a casa? Daí ele pega e ajuda. Os malas ficam tirando barato. [Ele diz:] “Vocês falam isso porque vocês têm sua mãe pra mamar, agora no dia que sua mãe morrer, você vai tá sozinho, quero ver o que vocês vão fazer, vocês não sabe fazer um arroz, um feijão, não sabe fazer nada aí.” (Grupo de homens jovens)

O papel de cuidador/a seria associado ao feminino e, portanto, se flagrado pelo grupo dos pares homens, motivo de “desonra”. Há várias referências a meninos e rapazes fazendo o trabalho doméstico, mas desde que os amigos não saibam, pois isso evidenciaria seu baixo prestígio em casa, obrigado ao trabalho feminino, degradante. Por esse motivo, é considerado por alguns um trabalho que torna a vida feminina um fardo que eles reconhecem. Como nesse diálogo no grupo dos mais velhos:

Grupo: Eu não queria ser mulher nem meia hora.

Entrevistador: Não queria ser mulher nem meia hora?

G: Eu não.

G: Por que, Lauro?

G: Ôxe! A mulher se mata (...) o serviço da mulher não acaba nunca.

G: O que eu quero dizer é isso aí: o serviço da mulher não acaba nunca.

G: Sujou um prato aqui daqui a pouco ela lava, daqui a pouco tá sujo de novo.

G: É serviço que não acaba.

G: Se ela fosse sozinha, só sujaria um prato, mas numa casa (...) (Grupo dos homens mais velhos)

Para os homens de São Paulo, talvez refletindo um padrão de rendimentos um pouco melhor que o dos outros sítios, em muitas situações o homem terceiriza o trabalho para não encará-lo:

Grupo: Mas, normalmente, o homem tem esse negócio, o que é que ele vai fazer: na hora de lavar a roupa, fazer qualquer coisa: vou pagar pra lavadeira, pra passadeira, já vir pronto.

G: Quem tem condições de pagar paga mesmo. (*Grupo dos homens mais velhos*)

O papel da cuidadora, atributo feminino, que poderia ser tanto da mãe quanto da esposa/parceira, é exercido num contínuo já descrito. Sua substituição seria admissível em certas circunstâncias, como a ausência das mães pelo trabalho, ou das esposas por viagem ou por doença. Enfim, quando inevitável e como arranjo provisório:

Grupo: Mas aí tem um problema, a minha esposa viajou, ficou dois meses fora, eu fiquei dois meses sozinho, nesses dois meses eu lavava, passava, cozinava, limpava a casa, é minha casa.

Entrevistador: Mas foi fácil pra você? Ou como é que foi?

G: Pra mim foi fácil, foi normal, porque eu já tô acostumado, eu tenho 25 anos de casado.

E: E você já dividia as funções assim com ela.

G: Já dividia, já dividia.

E: Hã-hã! (...)

G: Sempre ajudei ela a fazer as coisas em casa.

G: Na minha casa não é a mesma coisa.

E: Mas ajudar é diferente de fazer, não é?

G: É, ajudar é diferente, agora, minha esposa ficou doente, ela ficou dois meses internada, depois que ela veio pra casa, ela ficou de repouso três meses e quem fazia tudo era eu.

Os diálogos nos grupos descrevem que é, sim, possível para os homens (provavelmente aqueles que não poderiam terceirizar o trabalho) substituir as mulheres, desde que seu retorno significasse também o retorno da divisão de trabalho “correta” de acordo com sua concepção. É importante notar que, embora o padrão, tanto nos grupos mais jovens como nos mais velhos, seja a reafirmação

do trabalho do cuidado cotidiano (cozinhar, passar, lavar, arrumar, cuidar de crianças, etc.) como pertencente à esfera do feminino, há uma considerável flexibilidade e variabilidade desses arranjos.

Com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, como co-provedoras, elas estariam autorizadas a esperar mais “ajuda” do homens. Esse ponto de vista aparece de forma mais tímida nas falas masculinas, porém, nos grupos focais de mulheres, existe um reconhecimento de que esse novo arranjo, embora não seja a regra, é o “normal”, desejável e justo:

Grupo: Mas isso daí são exceções, tá acontecendo a necessidade da mulher trabalhar fora, então o homem participa mais disso hoje. Então, hoje é normal um homem ir pro fogão fazer a janta, enquanto a mulher ainda não chegou do serviço; lavar a louça que ela deixou suja do café porque os dois foram trabalhar cedo, não deu tempo de lavar. É comum ver um homem pegar a roupa suja, pôr de molho, deixar de molho, porque a hora que ela chegar, ela pode (...) vamos dizer, enquanto ele vai fazer as crianças dormir, ela chega, ela bate aquela roupa. Isso é normal hoje. (*Grupo das mulheres mais jovens*)

O Papel da *Patroa*: Gênero e Autoridade na Administração da Casa

Outro papel importante que as mulheres cumprem, em termos do cuidado dos homens, é a regulação do dinheiro deles e a administração da renda familiar. Ao contrário do solteiro desregrado, que gasta com bobagens e não pensa no futuro, a mulher e o casamento exigem uma mudança de postura:

Grupo: Eu acho que devido à própria mulher também, né? Não sei, mas enquanto a mulher tá pensando em casar, ter filho, o cara tá pensando em sair com várias, né? Tem isso, também, né? A responsabilidade dela é maior do que a do homem.

Pesquisador: Responsáveis com o quê?

G: Dinheiro. Eu saía torrando, ela não, não, não, inclusive, meu dinheiro era contado direto por ela, porque senão (...)

Esse papel das parceiras como administradoras dos recursos familiares aparece tanto no discurso dos mais novos como no dos mais velhos. Embora possa não se constituir como um padrão, esse papel das mulheres, mães ou esposas como administradoras do dinheiro da família, aparece várias vezes descrito como um lugar de autoridade feminina.

Entrevistador: Mas você já trabalhava desde os nove anos.

R: Ah! Desde os nove.

E: E o dinheiro?

R: Era pra dentro de casa, botava pra minha mãe.

E: Pra sua mãe?

R: Pegava e dava pra ela, aí ela tirava o dinheiro, assim, pra gente comprar algum lanche. Comprar um doce, uma bolacha, um negócio.

Mas o meu dinheirinho todo na mão dela. (*Homem mais velho*)

Aparece também a figura da “patroa” do espaço doméstico, aquela para quem o marido provedor trabalha para sustentar. Como uma submissão de gênero invertida, esse papel ambíguo é às vezes descrito como um indicador da “união” e da confiança entre marido e mulher na sociedade conjugal. Como descrito de forma um tanto idealizada no grupo das mulheres mais velhas:

Eu tive sorte, ele foi companheiro, entendeu? (...) Então na mesma situação que ela tá falando, porque é normal na minha casa, meu marido era normal isso, chegar, antigamente era no envelope, depois que veio conta bancária. Entregava, você administra, tal. Nós trocávamos idéias, nós tínhamos (...) pra nós mesmos, tanto é que nós não pagávamos aluguel, nós pagava prestação de casa, então vamos comprar um carro, vamos fazer (...) nós fazíamos tudo. A pessoa falar casamento tem que ser “nós”.

No extremo, talvez excessivamente estereotipado, muitas vezes o papel da mulher, mãe ou esposa, é descrito como o da guardiã da própria responsabilidade masculina sobre seus atos — desde acordar na hora para trabalhar até o envolvimento em disputas violentas ou o controle da bebida, pois essa responsabilidade não seria necessariamente um atributo “natural” do gênero masculino, sendo assim delegado às mulheres.

O Lugar da Sexualidade e da Reprodução. Iniciação Sexual: Com Amor ou Sem Amor?

A maioria dos rapazes se iniciou sexualmente até os 16 anos, sendo que apenas cerca de um terço dos sujeitos (11) teve a primeira relação com 18 ou mais anos. A maioria dos homens entrevistados se inicia sexualmente vários anos mais cedo que as mulheres (apenas 11 mulheres se iniciaram sexualmente antes dos 18 anos), porém se casam vários anos mais tarde que elas, sugerindo que eles têm um intervalo entre o início da vida sexual e o da vida conjugal mais permeável à experimentação.

Muitas vezes, esse período de experimentação é descrito como o tempo do sexo sem compromisso (associado ao feminino), de “trepas e ir embora”. Mas, para muitos, há o componente romântico, do amor dando sentido ao sexo — o tema é polêmico:

Grupo: Você dá aquela trepada que você sai suado, você fala, nossa, essa foi. Nem olha pra cara da mulher, nem olha. Mas com uma mulher legal, que eu fiquei namorando quatro anos, fomos morar juntos depois de três anos, tava bem legal, né?

G: Acho que com amor é mais legal. Gostá da menina, entendeu?

G: Primeira vez sempre tem que ser com carinho. Primeira vez que você vai catar aquela menina tem que ser com carinho. Você dá a primeira, a menina gostou, vai embora. Depois que você deu a primeira, com carinho a primeira. A menina gamou, aí vai embora.

G: Você faz sexo com uma pessoa que você gosta é bem melhor, lógico. Quando você vai pra cama só por sexo com outra pessoa que você conhece numa festa aí, não é a mesma coisa. (*Grupo de homens mais jovens*)

Nos grupos e nas entrevistas, ainda aparece a polêmica entre a situação moral diferenciada entre rapazes e moças quando do início da vida sexual, como neste diálogo no grupo de rapazes mais jovens:

Grupo: Meu pai era mais grosso ainda, (dizia) “solto meu bode e prendo minha cabra”.

P: Mas se amarrasse o bode, o que acontecia?

G: Se amarrasse o bode? Vai comer a cabra. (*Grupo de homens mais jovens*)

Nas entrevistas e grupos, há muitas referências ao início da vida sexual com namoradas e amigas, inclusive mulheres mais velhas que oferecem favores. Há

também, principalmente entre os mais velhos, a figura da prostituta como iniciadora sexual, aquela que permite ao iniciando o sexo sem o namoro e a ansiedade da conquista:

(Tava com uns) 18 anos. Então, a gente juntava uma turminha, isso quando eu saí do colégio. A gente tinha uma turminha lá no Ipiranga, tudo molecão, hoje tá todo mundo casado, todo mundo com a sua vida, que é o normal, né? Lá tinha uma zona, lá no Glicério, então cada um ia pra uma casinha lá e aí comentava depois como é que foi e tal, não sei o que, aí a gente (...) É, pra mim foi tudo bom, porque eu já era tímido, eu já era tímido. (...) Nunca fui assim de chegar e tá tentando conquistar uma mulher, porque eu não tenho pique pra chegar e dar continuidade, começo gaguejar, começo me atrapalhar, então (...)

A iniciação sexual com namoradas é descrita com detalhes em suas várias etapas exploratórias, em que a moça concede um pouco mais de território enquanto o namoro prossegue, premiando o rapaz por sua paciência, no delicado equilíbrio entre conceder e abusar da paciência dele, que pode desistir da relação se as concessões são muito escassas ou muito lentas, como descrito no grupo dos mais jovens:

Entrevistador: É? Essa primeira nunca deixou?

R: Nunca.

E: Nem beijar na boca, nem (...)

R: Não. Nem pegar nas tetas. A segunda já deixava.

E: É? Mas deixou de cara ou você teve que (...)

R: Não. Eu tive que ir tentando devagarzinho: passando a mão aqui e ali, chegando perto, até chegar, depois que eu cheguei, aí ela acostumou. Ela não queria deixar também.

E: Pegar nas tetas?

R: É. Aí, depois que eu peguei, ficou normal.

E: E ela, o que fazia em você?

R: Ela acariciava. Só acariciava bastante.

E: Acariciava como?

R: Passando as mãos no meu corpo inteiro, pescoço (...)

E: Pescoço?

R: Pescoço, abdome, coxa, onde ela queria eu deixava.

A figura da amiga, que aparece nos outros sítios, também é forte em São Paulo, inclusive entre os mais jovens, às vezes até com uma certa respeitabilidade, como uma pessoa que faz parte da turma, respeitável, apesar de ter concedido sexo sem envolvimento amoroso, como conta Rodrigo, 20 anos:

Pesquisador: E a primeira transa?

R: Com 16 (...) com uma menina que mora até na minha rua, Carolina, até hoje. A gente era o maior amigo, daí começou num clima e tal; ela tinha 15 acho que na época (...)

P: Quem é que tomou a iniciativa?

R: Ah, fui eu, todo dia ficava na casa dela, só ficava a avó dela lá, né? Daí eu sempre ficava na casa dela, daí um dia, a gente ficou conversando, tomando um vinho, aí rolou, do nada, daí, também, continuou normal, fiquei mais um pouquinho com ela, daí teve um cara, depois que eu acabei com ela, teve um cara que é namorado até hoje. Cara gente boa pra caramba. Ele mora por aqui, ele sempre passa, cumprimenta, eu digo “oi”. Tomou linha aquela lá.

P: Como? Tomou linha?

R: Ela não era um tipo vagabunda, assim, como se diz (...)

Iniciação Sexual: Com ou Sem Violência?

Chama a atenção a considerável quantidade de informantes que relatam que não queriam ou não se sentiam preparados para a primeira relação, entre eles seis das 29 mulheres e cinco dos 33 homens respondentes do questionário, sugerindo que a coerção ou a violência sexual são dados importantes. Dados de uma pesquisa recente no Brasil mostram que, no caso de violência sexual cometida por pessoa que não seja o parceiro da mulher agredida, 5,8% das mulheres em Pernambuco foram vítimas de violência sexual antes dos 15 anos, e 7,6% delas em São Paulo, sugerindo que o estupro é uma forma freqüente de início da vida sexual para as mulheres (WHO, 2002).

Não foram raras as referências, mais diretas ou mais veladas, à violência sexual, tanto sofrida como perpetrada pelos homens. Como conta Luís Sérgio, 44 anos:

E no Educandário Dom Duarte aí é que (...) então, não tinha essa lei de Estatuto da Criança e do Adolescente. Ali apanhava de qualquer um,

ali era quem queria (...) então, havia abuso sexual, estupro, passei por essa fase, sabe? Então, é uma carga que eu carreguei assim, que a gente nunca vai esquecer. (...) É falava assim “Pô, se fizeram isso comigo, por que é que eu não vou fazer com outro?” (...) Então, a gente às vezes até fazia assim na intenção de tá dando o troco (...)

Várias falas em grupo e entrevistas reforçaram a desqualificação das mulheres “fáceis” e das prostitutas, deixando claro que com elas se podia exercer a violência por diversão — mesmo aquelas com quem se tinha uma relação erótica, como se a violência fizesse mesmo parte do jogo. Como contado pelos mais velhos no grupo:

Grupo: Tem cara que bate mesmo.

G: Nessa última, que eu tive um caso com ela, ela (...) eu falei várias vezes, eu chamava de galinha, né? Mas eu chamei de longe, ela mandou: “Sustente aí, fale na minha frente”, que, se eu falasse, ela vinha me agredir.

G: Se eu ia resistir, se eu, ela ia me agredir, porque ela é forte (...) [risos]

Entrevistador: Será galinha caipira?

E: Mas por que você chama ela de galinha, Severino?

G: Por que eu chamo?

E: É!

G: Por diversão.

Se a prostituta passasse uma doença sexualmente transmissível, conforme o código implícito nessas relações, isso seria justificativa para uma penalidade que incluía o espancamento:

Grupo: Hoje em dia, você tem que usar a camisinha. Antigamente, como eu lhe dizia, era saudável, porque as prostitutas, as próprias prostitutas de rua, de zona, elas eram obrigadas a passar uma vez na semana no médico, as próprias mulheres se resguardavam um pouco mais, as próprias prostitutas. Elas faziam um programa com o cara, mas elas sabiam, quando você pegava qualquer coisa de uma prostituta, você ia lá e brigava com ela, batia nela (...) elas saíam superpreocupadas, porque elas saíam com gente que tinha dinheiro, saía com coitado, também, que tinha pouco, então, quer dizer, ela tinha que manter uma freguesia, né?

Além disso, os entrevistados mencionam que o homem que é muito complacente ou afetivo em demasia também não agrada as mulheres e, em geral, são tachados de efeminados ou homossexuais, comprometendo sua masculinidade perante homens e mulheres. Como sintetizado por um entrevistado: *“Não acho que sou violento. Mas também não sou muito sensível. Tenho atitude!”*

Homoerotismo

O homoerotismo esteve presente em muitas das falas, na maioria das vezes associado à intensa homofobia. Para alguns, o homossexual é o não-homem, o anti-homem, o ex-homem, uma vez que faria parte da condição masculina a relação exclusiva com o sexo oposto:

Entrevistador: Mas tem homem que não gosta de mulher.

Grupo: Tá cheio.

E: Tá cheio?

G: Aí, pode dizer, não é mais homem, né?

E: Deixa de ser homem?

G: Aí, eu acho que deixa de ser homem. O cara não gostar de mulher, ele deixa de ser homem, né?

É interessante notar que em nenhuma das situações em que se questionou sobre a primeira experiência sexual, os entrevistados mencionaram ter sido ela com homens. Em quase todos os casos, a primeira relação foi descrita a partir da referência à heterossexualidade e com penetração. Apenas um dos entrevistados relatou experiências sexuais com outros homens.

Ainda que as referências ao homoerotismo sejam fortemente ligadas aos atributos de atividade masculina em oposição à passividade feminina (Parker, 1991), surge também a figura do homem que transa com o travesti. Esse ser confunde o imaginário social por ter características femininas e ainda possuir o falo — sendo procurado tanto pelos que buscam um papel mais ativo quanto mais passivo ou ainda mais flexível:

Grupo: (...) já aconteceu de várias mulheres, de ela pensar que o marido dela tava traindo com outra mulher, pega o cara com um travesti, aí a mulher fica arrasada, fala: “Pô, será que eu sou tão ruim assim?!”. O cara vai experimentar outro cara de fora pra saber a opinião e

aconteceu um caso desse de uma mulher, o cara tava com um filho com ela e tal e o cara andava com um travesti, pô.

Em São Paulo há algum reconhecimento da existência das mulheres lésbicas e da mudança havida nas últimas décadas em relação à visibilidade das pessoas de diversas opções sexuais. Há mesmo um certo reconhecimento dos direitos desses grupos, inclusive a se reunir e ter espaços próprios, livres de constrangimentos e discriminação:

Grupo: (...) e é, hoje em dia se tornou liberal, então, antigamente, às vezes, uma mulher assim, ela era mais enrustida, ela saía assim com algum homem e tal, mas hoje em dia não, hoje em dia se tornou liberal. Então, se tornou mais público, tanto o travesti, como a mulher que é lésbica, vê, se tornou liberal. Hoje em dia é liberal, você vai, hoje em dia tem até casas só pra esse tipo de gente, porque lá ele vai se sentir à vontade, não vai ter ninguém constrangendo pra nada, pô, duas mulheres se beijando, não vai, ninguém vai falar (...)

Com Mais Risco ou Menos Risco?

A partir do casamento ou da relação estável, coloca-se a tensão entre a “natural” “galinhagem” masculina e a administração de riscos para a saúde ou para a paz na relação. Essa questão é exemplificada de maneira bastante aguda no debate sobre a testagem para o HIV,² como no diálogo abaixo:

Grupo: Ah, eu vejo diferente, num relacionamento, eu acho que os dois, ah, não sei, eu penso assim. Se a outra pessoa que você já tá, sua companheira, já tiver tido um relacionamento, eu não confio, né? Eu acho que eu pelo menos faço teste de HIV todo ano.

G: É legal os dois fazer juntos.

G: Os dois fazer o teste. Estão há seis meses juntos tendo um relacionamento, não vamo então ver. Quem seria indiferente? Mas é

² A frequência relativamente alta do teste em São Paulo reflete a exposição às campanhas e à mídia e o acesso a serviços em geral (incluindo aconselhamento e testagem), contribuindo para uma maior percepção de vulnerabilidade. A diferença dramática da cobertura em Pernambuco pode refletir a menor oferta de serviços e do teste, assim como a diferente percepção de vulnerabilidade coletiva, associada à menor magnitude e concentração da epidemia na região (OMS-BR, 2001).

muita vergonha, diminuiria muito o número de HIV. Mas é muita vergonha, do cara também. O cara vai falar pra mina que (...)

G: As mina têm muita vergonha.

G: É a sua saúde, cara, é a sua saúde.

G: Se eu tô há algum tempo com uma pessoa, tem que fazer teste.

P: Mas se você tá um tempo com a pessoa faz o teste, aí relaxa no uso da camisinha, no caso.

G: Não, mas o homem também é o maior cachorro, tá com a sua mina e depois sai com outra.

Cem por cento dos respondentes sabia da aids. Parece haver um padrão bastante contraditório entre mulheres e homens quanto ao diálogo sobre dst quando de um diagnóstico — essa questão mereceria ser melhor explorada. Entre os que responderam o questionário, duas mulheres relataram ter tido um diagnóstico de dst, das quais uma contou ao parceiro. Entre os homens, sete tiveram diagnóstico e apenas um informou a parceira. Entre os homens, quase ninguém relatava ter tido sintomas de dst, enquanto a maioria das mulheres tinha queixas genitais, como corrimentos.

Vários entrevistados afirmaram usar *condom* de maneira consistente, cada um com sua própria racionalidade e contexto. Rodrigo, de 20 anos, não quer filhos agora de jeito nenhum e usa o preservativo para evitar se comprometer com uma paternidade para a qual avalia não estar preparado, e acha que se “rolar filho” ele tem que assumir:

Pesquisador: Você se previne de doenças sexualmente transmissíveis, de aids?

Rodrigo: Claro! Sempre, sem camisinha, nunca. Esse negócio das meninas aí tomar anticoncepcional, esses barato aí, também, nem acredito muito nisso, só sei que sem camisinha não vou com ninguém (...) me previno, claro, pegar aids aí, tô fora! Os cara aí, que nem pensa, aí vai e faz sexo sem camisinha, aí não sabe o que a mulher é, se ele tem, ou ela tem, aí passa pro outro, prevenir até o quanto eu puder, não tem, não faz, né? (...) Ah, porque você fazer um filho, você é homem de fazer, não é homem de assumir, é uma coisa, o cara não é homem pra mim, né? O cara é homem de fazer, se fazer com uma mina feia, nasce um filho, “Ah, não vou assumir porque a mina é feia”, então, não faz o filho com ela, não é? Eu penso assim (...)

Ou como Raimundo, quase quarenta anos, que usa religiosamente a camisinha *fora* da relação conjugal, que fica desprotegida, pois a mulher é laqueada:

Entrevistador: Você se previne de alguma doença sexualmente transmissível? De aids?

Raimundo: É, só camisinha, né? Quando às vezes eu pego alguma mulher por fora, é só camisinha.

E: Essa que você pega por fora quem é?

R: É amiga. Amiga (...) Por exemplo: às vez eu tô dentro do ônibus, eu conheço alguém, a gente acaba transando, aí eu uso camisinha. Por exemplo, aqui na escola, eu arrumar alguém aí que seja, que queira, tem que usar camisinha, porque eu não sei qual é a procedência dela (...) Mas ela vai comigo e vai com outro também.

E: Mas você sempre usa ou de vez em quando? Como é que é?

R: Só com a mulher de fora.

E: Tá, mas com a mulher de fora você sempre usa ou de vez em quando?

R: Não. Sempre uso.

E: Sempre?

R: Sempre. Sempre uso, porque eu sei que a aids, ela mata mesmo. Eu sempre uso.

Uma voz dissonante, pelo menos no discurso, é a de Isaías, um homem que faz sexo com homens:

Isaías: [Eu me] preservo. (...) Preservar a vida, assim a sua imagem e assim o seu corpo pra não contrair nada, pra você (...) não vier a lhe prejudicar.

Entrevistador: Preservativo?

I: Ah, eu uso, com certeza. Não pode se deixar só se levar pela emoção, pelo momento e esquecer, achar que tá bom, que é seguro, com o aparecimento da aids e outras doenças.

O não-uso de *condom* na primeira relação foi relatado por 18 das 29 mulheres e por 20 dos 33 homens. O uso consistente no último ano foi descrito por 4 de 19 mulheres e 10 de 29 homens. Há muita polêmica em torno do tema, pois

apesar do discurso politicamente correto sobre o uso consistente, a contradição entre o discurso e a prática é evidente:

Pesquisador: Mas vocês acham que hoje a galera usa camisinha legal?

Grupo: Não sei, por mais louco que eu esteja, se não tiver (...) eu vou, cara (...) adiante. Se tem algum mal, tem pra todo mundo. Sexo é mundano, né?, cara.

G: Como era mesmo? Às vezes, gosta da pessoa, o cara não quer usar camisinha, ela acabou cedendo, às vezes, por gostar do cara.

Parece haver toda uma expectativa de que a camisinha seja um incômodo do início da relação; uma vez que a parceria se estabiliza, a tendência é o seu abandono — ninguém acha que a camisinha possa se manter na relação estável, só na relação eventual, fortuita ou paralela. É interessante notar que a higiene também apareceu como estratégia eficaz de prevenção de dst. Para um dos entrevistados, por exemplo, a escolha de uma prostituta era orientada pelo cheiro e pela higiene corporal que ela demonstrava. Mulheres limpas não estariam doentes e, conseqüentemente, não transmitiriam dst.

Autocuidado, Informação e Acesso a Serviços de Saúde: Relação com os Serviços

No que se refere à informação sobre sexualidade e reprodução, os homens demonstram um grande conhecimento sobre temas como as dst e aids, e mesmo sobre métodos contraceptivos, porém um há desconhecimento considerável, entre homens e mulheres, sobre dados elementares, tais como quando se dá o período fértil das mulheres: entre elas, apenas 10 de 23 afirmaram ser no meio do ciclo, contra apenas 4 de 26 homens.

Há um reconhecimento pelos mais velhos de que hoje em dia o sexo seria mais perigoso, tanto pela aids quanto pelas outras dst:

Hoje em dia se tornou tão liberal, hoje em dia os programas que eles fazem é totalmente diferente, as mulheres ela transou ao lado, o que que ela fumou, do jeito que ela se drogou (...) naquela situação de prima, ela aparece fácil pro cara, o cara vai lá e pega, tá nem aí, no dia seguinte, o cara dá um pulinho, o pau cai sozinho, porra, aí não dá.

A procura por serviços de saúde na amostra paulista se mostrou bastante alta, o que reflete a disponibilidade relativamente alta de serviços de saúde: 25 de 35 respondentes declararam ter procurado um serviço de saúde nos últimos seis meses. Talvez essa taxa de utilização de serviços, bastante atípica, reflita a inserção dos homens em empregos que exercem alto controle sobre sua saúde (o exame da firma, o médico da firma, o atestado).

Em geral, os homens têm uma noção de saúde mais associada ao bom funcionamento orgânico perceptível, à ausência de sintomas. Ao contrário das mulheres, que são socializadas para o exame periódico de suas “partes misteriosas” e de doenças assintomáticas, os homens parecem considerar a ida ao médico um último recurso. Como nos conta Raimundo, um caso extremo desse padrão — um homem que cuida do corpo e da aparência, que corre maratonas, faz lutas marciais e cuida da alimentação, porém:

Entrevistador: E médico?

Raimundo: Médico, eu não quero nem saber.

E: Não? Você não vai?

R: Nunca fui (...)

E: Nem uma vezinha? (...)

R: Eu fui uma vez pro médico, mas eu fui pegar atestado pra trabalho, né?

Eu ia entrar numa empresa e pediram atestado de saúde. Aí o cara me perguntou se eu tinha aquilo, aquilo outro e eu não, não, não. Aí eu (...)

E: Saiu correndo, você. [risos]

R: [Risos] Saí (...)

E: Você nem escutava a pergunta e já falava que não.

R: Eu nem sentei na cadeira. Ele falou: “Senta aí.” Eu falei: “Não, tô bem, pode perguntar (...)”

E: É mesmo? Na ponta, já.

R: [Risos] Saí correndo. Mas eu não gosto de médico, não. Só o cheiro do hospital eu já fico irritado.

E: Nem centro de saúde, posto de saúde?

R: Não.

Em termos gerais, a vulnerabilidade masculina a dst/aids se constrói a partir da socialização dos homens para um estilo de vida em que o risco não é visto como algo a ser evitado ou prevenido, mas enfrentado e superado; e em

que o sexo deve ser buscado à revelia do risco e jamais recusado. Some-se a isso a crença de que o cuidado consigo e com o outro é um valor, em nossa sociedade, associado ao feminino: homem que é homem *nem adoece*. Esses repertórios parecem fazer parte e orientar, em maior ou menor grau, o cotidiano dos homens em geral, a despeito de raça, cor, credo e orientação sexual (Nascimento, 2000).

Isso leva a um padrão de autocuidado muito diferente: as mulheres são mais atentas às mudanças do que consideram normal e dispostas a checar suas dúvidas com o profissional de saúde. Para as mulheres, a idéia de se submeter à medicalização, mesmo a mais invasiva e a uma fiscalização regular dos seus órgãos genitais era bastante tranquila, enquanto os homens resistem mais a essa medicalização. Em alguns casos, a ida ao médico é considerada como uma exposição de vulnerabilidade e da fraqueza diante dos pares, pondo dúvidas sobre a masculinidade de quem procura ajuda, a ser evitada a todo custo (Diniz e Cols, 2003).

Com ou Sem Variação?

Outra questão recorrente é a da monotonia sexual e da necessidade masculina de “variar”, muitas vezes referida à demanda por sexo anal com as parceiras — demanda nem sempre bem-vinda para elas. Essa abertura por parte das mulheres é, às vezes, colocada como uma condição para que o homem se sinta relativamente satisfeito com o sexo doméstico e não instado a procurar fora de casa o que lhe é negado:

Grupo: Eu quis acertar no casamento, eu sou casado, mas, pô, que nem ele tá falando aqui, tem que dar um jeito, né?, você tem que inventar (...)

G: (...) variar, pra não perder a rotina (...)

G: (...) é colocar tudo em dia, é quatro, é cinco (...)

G: (...) chega pra mulher e diz: esse anelzinho de couro aí, vamos estourar (...) [risos]

G: (...) fora, né? Se não é bom, tem que pular fora.

G: Não, mas mesmo quando tá bom, o homem sempre cai fora.

G: Ele até tá contente, mas nada satisfaz.

G: É o seguinte: o homem trai a mulher, o homem trai a natureza, essa é a verdade. É da natureza do homem, o homem trai a mulher, o homem trai a natureza.

Já para as mulheres, a traição é sentida com mágoa intensa, com sentimentos de perda e humilhação e frequentemente associada à violência, quando a mulher cobra fidelidade e exclusividade do homem. Há vários relatos dessas situações e da convivência muito sofrida das mulheres, principalmente as mais velhas:

Mas que nem, eu acho, eu amei demais o meu marido. (...) Porque o amor que eu tinha era tão verdadeiro pra ele, e eu sou uma pessoa que sei me submeter a um monte de coisas por um amor verdadeiro, realmente. Só que durante o dia ele me maltratava, eu amava ele demais. Ele me enganou com a minha própria cunhada, entendeu? Então, eu quis me suicidar, entendeu, por causa de sentir, eu não vi a vida sem ele. Então, agora qual é atração física que eu podia ter à noite com ele? Porque ele via esse lado como uma necessidade e eu via com amor, realmente. Agora, cheirando bebida e sabendo de uma traição (...) ou sabendo assim (...)

O duplo padrão moral e a sua “naturalidade” são reafirmados, assim como nas outras áreas de pesquisa, pela grande maioria dos informantes homens ou mulheres, jovens ou mais velhos. A sexualidade masculina normal seria tão incontrolável que no seu extremo poderia incluir a busca de “qualquer buraco”, como num caso de relações com animais (tidas como uma característica rural) na cidade de São Paulo:

Grupo: Lá atrás de casa mesmo, tem um que a mulher dele largou dele porque ele tava pegando a cachorra.

Entrevistador: Tava pegando a cachorra?

G: Ele tinha uma cachorra desse tamanho assim, uma cachorra bonita, né?, então, esse cara (...) aí, ela largou ele na rua lá, foi o maior escândalo, largou ele e foi embora. Ele tá morando lá ainda. Aí disse ela que acordou durante a noite, né?, ele tava lá na sala em cima da cachorra, aí ela pegou e já levantou os panos, e mulher faz um escândalo danado com qualquer coisinha, pegou e botou a boca no trombone (...)

G: Ela não se sentiu como pessoa, o cara trocar ela por uma cachorra.

G: E ele já vinha fazendo isso a tempo e ela não sabia. (*Grupo de homens jovens*)

Reprodução: Paternidade e Cuidado com os/as Filhos/as

A literatura científica e de apoio direto à intervenção vem, a partir dos anos 80, tratando cada vez mais da participação dos homens na esfera privada, principalmente no que se refere ao cuidado infantil. Os textos destacam, geralmente, uma escassez de informações sobre os homens e sobre o exercício da paternidade (Engle, 1995; Mundigo, 1995), como o impacto de políticas públicas no comportamento dos homens individualmente (Näsman, 1990).

Nas sociedades ocidentais, o cuidado para com a criança, ao ser normatizado tão intensamente como atividade de gênero feminino, leva à postura extrema, denunciada por Guy Corneau (1995), de as próprias mulheres se esquecerem de que se trata apenas de uma norma social, passível de alteração. Segundo Geneviève de Parceval (1986), o pai não é o único enganado pelo sistema ocidental de representação dos papéis dos sexos na procriação: a mãe também se envolve na armadilha de uma experiência de gravidez descrita como “realizadora” e até gloriosa, enfrentando um parto no qual se espera que ela tenha um bom desempenho, como num exame escolar, e um pós-parto no qual se espera que ela realize, momentaneamente, uma espécie de fusão simbiótica com o bebê, tendo, por exemplo, “um ouvido especialmente receptivo para o choro do filho e uma não-olfação para as fezes, etc.”. O pai, por sua vez, após o coito fecundante, enfrenta uma grande lacuna em sua atuação, recuperando algum espaço apenas quando a criança está na idade de ir para o pré-escolar.

Tendo em vista a organização da vida social em função da desigualdade de gênero, é necessário pensarmos que apenas políticas afirmativas relativas à maior participação dos homens nas atividades domésticas (tais como licença-paternidade, incentivo no salário, campanhas publicitárias, etc.) não resolvem, pois os pais continuam a trabalhar mais horas que as mães em empregos remunerados (Rapoport, 1990; Bruschini, 1990). Ou seja, enquanto a sociedade for regida pelo princípio da divisão do trabalho por gênero, teremos barreiras para que homens e mulheres assumam mais ou menos atividades públicas e privadas em consonância com suas orientações individuais (Izquierdo, 1992). Assim, como destaca Rhona Rapoport (1990), as mulheres continuam a assumir, desproporcionalmente, grande parte das responsabilidades familiares, especialmente aquelas referentes aos filhos, e os pais continuam responsáveis primários pela manutenção material do lar.

Para os homens de São Paulo, os filhos aparecem como sonho e idealização: ser pai é prover, dar bom exemplo, e até mesmo cuidar um pouco. O lugar do provedor é quase um pré-requisito para a boa paternidade. A ausência do pai é associada à pobreza e privação e, em todas as falas, esse abandono é descrito como reprovável. O trabalho precoce, muito presente nesse estudo, torna-se ainda mais necessário na ausência do homem adulto provedor, levando a transferência do papel de provedor do pai para o filho muito jovem. Como conta Rodrigo, de 20 anos, num caso de separação em área urbana:

Rodrigo: (...) não, minha mãe falou que quando eu era menor, ela falou, por isso, até hoje, ela vê os cara jogando bola, ela diz: “Por que você não virou jogador?” Porque salão não dá muito dinheiro, futebol de salão dá dinheiro, o futebol de salão do Brasil é o melhor que tem, mas daí eu comecei agora a trabalhar, porque eu perdi meu pai quando eu tinha quatro anos de idade, não morreu, separou da minha mãe, e faz cinco anos que ele nem vê, não dá pensão, não liga pra nada. Então, tem que se virar, ainda mais trabalhando, tem de trabalhar, né? (...) Não moro de aluguel, mas a situação hoje em dia é fogo (...) pagar imposto, pagar água, pagar tudo; minha irmã também tá desempregada agora, né?

Ou neste caso de morte do pai em área rural:

Raimundo: E com doze anos de idade, meu pai faleceu.

Entrevistador: É? O que é que ele teve?

R: Não sabe. Os médicos não soube explicar. (...) E daí foi que a responsabilidade aumentou mais, porque quando eu tinha nove anos eu tinha meu pai e eu já trabalhava, imagina depois que ele faleceu.

E: Quem era? Vocês moravam (...) Vocês moravam (...) Quem era a família?

R: Eu, minha mãe e meus irmãos. Nós era em oito, na época. Nós era em oito. E eu era o mais velho, o outro mais velho já tinha vindo embora. Já tinha vindo pra cá, pro sul. (...) Fiquei como o dono da casa com doze anos de idade. (...) Praticamente eu não brinquei assim como as criança de hoje têm, né? Direito de brincar e essas coisas toda.

Entre os respondentes, 25 de 35 estavam empregados; desses, 23 tinham carteira assinada. As condições de vida na Zona Leste de São Paulo são consideravelmente melhores, por exemplo, que as da Zona da Mata de

Pernambuco (ou mesmo no Rio): 18 dos respondentes têm telefone, todos têm instalações sanitárias e eletricidade.

Mas também é descrito um empobrecimento relativo à crise mais geral que o país atravessa, inclusive a redução de salários resultante da substituição do trabalho do operário qualificado, “com profissão” e com emprego, por trabalho automatizado ou mais barato. Essas mudanças refletem uma conjuntura global e têm repercussões não apenas na renda como também na identidade desses homens:

Grupo: Aconteceu o seguinte, há uns anos atrás, a minha profissão mesmo, a dele, que é mecânico, como ele disse, eu também sou mecânico de diesel, também, ele tinha uma profissão que ele tinha um valor no mercado. Chegava em torno, na época aí, em cruzeiros, chegava a 1.500 cruzeiros por mês, era dinheiro, um bom dinheiro, aí foi desvalorizando, a profissão dele desvalorizando, desvalorizando, porque foram entrando computadores no mercado, essa área de computação, não sei o que e tal, já muita coisa que a gente fazia mecânica já não faz mais porque já é elétrica (...) Aí depois entrou o pessoal do Senai, que o Senai foi infiltrando nas empresas, então, você chegava numa empresa tipo a Mercedes, você tinha cursos todos os anos disso e aquilo outro e tal, chegava lá, entregava o teu currículo, aí diziam: é, a gente vai pegar um pessoal do Senai aí porque o teu salário é 1.500, né?, e o cara lá ganha 450! Então, eles foram desvalorizando a profissão (...)

O papel do pai como exemplo para os filhos é repetido com muita ênfase: a ausência do pai teria graves repercussões sobre o destino dos filhos. Sim, a mãe é importante, mas para o colo, o suporte, a regulação. O pai é decisivo como exemplo, o que exigiria sua presença constante, firme e amorosa:

G: Eu conheço uma família que tem um filho que tá preso, o que tá preso tá pra sair, ele, dizem que leva tempo, agora, o que tá solto por aí, ele vive no mundo das drogas, ele xinga a mãe, bate no pai (...)

G: Mas um filho pra chegar a um ponto desse, perder o respeito pelo pai e pela mãe, aí eu acho que já é falta do que ele não teve, nem mãe nem pai na infância.

G: Se ele não tem um pai pra guiar ele, o caminho dele, uma mãe pra instruir, o cara sempre chora mais é no colo da mãe, mas se ele não tem a mãe pra instruir: “Oh, meu filho, assim não meu filho”. É assim,

desde pequeno, o que acontece? Ele vai se criando à vontade, no dia que ele não pode uma coisa, ele toma, não pode, porque eu quero.

G: O espelho do filho é o pai, mas se você é um cara que dá bom exemplo dentro de casa, né?, não briga, vive bem com a esposa, cara trabalhador, tem as horas de brincar e as horas de estudar (...) acho que isso é um bom pai, a minha família foi criada assim, eu vivia trabalhando, né? Tinha vez que eu trabalhava 48 horas direto, sem parar, mas acontece o seguinte: quando chegava aí no aniversário de cada filho tinha uma festinha, tinha um bolinho, né? Chegava aí num dia que eu tinha algumas horas de folga pra tá com as crianças no parque (...)

Em termos do sexo do chefe de família, embora não nos refiramos às mesmas unidades familiares, temos uma disparidade que talvez reflita uma percepção diferenciada: de acordo com os homens, 6 das 34 famílias (quase uma em seis) são chefiadas por mulheres, e 28, por homens. As mulheres contam que, das 29 famílias, 11 (mais que uma em três) são chefiadas por mulheres.

Vários informantes associam o respeito que a família tem pelo homem com a sua possibilidade de bancar as despesas: o amor estaria condicionado ao papel de provedor ou de provedor exclusivo:

Porque a mulher ganha mais que o cara, começa a brigar com ele, ou então, ele ganha muito mais que ela e começa a brigar porque um tem uma profissão e o outro tem outra, por causa de dinheiro. Faltou dinheiro, o amor saiu pela janela.

Margareth Arilha reflete sobre a participação masculina no contexto da sexualidade e reprodução a partir dos documentos da IV Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada em 1994, no Cairo, e da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em 1995, em Beijing, focalizando principalmente repertórios associados à noção de responsabilidade. Segundo ela, em todas as faixas etárias, o que parece configurar a passagem da fase adolescente para a vida adulta, no caso dos homens, é principalmente a incorporação de responsabilidades. Ser homem é, antes de tudo, ser responsável. E, nesse caso, adaptando a máxima de Simone de Beauvoir, não se nasce homem, torna-se homem.

De acordo com Arilha (1998), “particularmente entre os mais jovens, a idéia de responsabilidade estaria associada à idéia de constituição de família, de vir a

ser responsável por outros”. E, além da responsabilidade pela família, o homem também se sentiria, segundo ela, responsável pelo sucesso da vida sexual, ou melhor, do prazer sexual da mulher. Essa perspectiva é inteiramente reafirmada em nossas entrevistas.

Como assinala essa autora, o sentido de responsabilidade como encargo ou dever é observado no texto do Programa, texto essencialmente normativo, que opera com uma visão cristalizada sobre a juventude e uma noção de masculinidade hegemônica, contribuindo para sedimentar o estereótipo de que homens, assim como jovens de ambos os sexos, são irresponsáveis, devendo ser capturados por políticas especiais e educados para se tornarem “responsáveis”.

Em contraposição a esse tipo de responsabilidade, o que se coloca como relevante, segundo Arilha (1998), é que os homens afirmam que, no campo das decisões sobre a vida reprodutiva, a responsabilidade é da mulher, por serem elas efetivamente as que “coordenam os processos reprodutivos”.

Mudanças nesse campo não são fáceis, pois, como bem observa Axel Mundigo (1995), para conseguirmos uma transformação efetiva será preciso superar diferentes barreiras culturais e ideológicas, institucionais e individuais, de homens e de mulheres. Todavia, no plano social, particularmente no âmbito das políticas de saúde sexual e reprodutiva, tem havido o interesse coletivo em repensar a responsabilidade masculina em todas as áreas relativas à reprodução humana e à formação da família.

Essa concepção da participação mais efetiva dos homens no cotidiano familiar, particularmente no cuidado para com a criança, vem sendo comumente veiculada, principalmente pela mídia, como a “nova paternidade”. Como ressalta Zeide Trindade (1991), o pai sempre foi considerado o provedor-protetor ou o líder instrumental da família, enquanto a mãe era quem cuidava efetivamente dos filhos, assumindo o papel de líder expressivo-afetivo. Contudo, segundo ela, “Hoje a situação é diferente. Em diversas áreas da atividade humana, os pais são reconhecidos não só como afetivamente importantes para os filhos como também aptos a providenciar todos os cuidados necessários para o seu bem-estar, inclusive aqueles antigamente restritos exclusivamente às mães” (Trindade, 1991. p. 30).

Hoje, constata-se que o conhecimento sobre representações e práticas masculinas pode contribuir para melhorar os resultados de programas voltados

à saúde das crianças, à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, a desconstrução da violência de gênero, ao planejamento familiar (Mundigo, 1995).

Contudo, quando pensamos em ações voltadas aos homens, no campo da saúde em geral e da saúde sexual e reprodutiva em particular, não estamos imaginando que seja necessária a institucionalização de unidades, setores ou departamentos específicos voltados exclusivamente para a população masculina. É fundamental que, ao se pensar a saúde reprodutiva no contexto dos direitos — e, portanto, da cidadania —, homens e mulheres sejam vistos como *sujeitos de direitos*. Não se trata de criar mais um campo de trabalho, ao estilo *saúde do homem*, mas de unir esforços às atividades que já são desenvolvidas em diferentes espaços com populações femininas, maximizando esforços e ampliando o impacto das ações.

Por que, então, desenvolver trabalhos voltados aos homens passa a ser uma questão fundamental? Em nossa perspectiva, a escolha de homens como alvo de nossas reflexões e ações não é nem o ponto de partida nem o de chegada. Trata-se de um desdobramento e de um avanço a partir das conquistas históricas do movimento feminista, gay e lésbico, das inúmeras lições aprendidas. Essa história gerou conquistas e também novas questões e inquietações. O trabalho com homens tem aí suas origens. Seu fim é a contínua busca e promoção da equidade de gênero.

CONCLUSÕES

Nossos dados revelam importantes contrastes e continuidades entre os três grupos investigados. Enquanto os homens rurais do Nordeste seguem uma matriz tradicional de masculinidade, os homens urbanos do Sudeste articulam elementos tradicionais e inovadores no que toca aos padrões de gênero, embora os homens mais velhos compartilhem muitos dos pontos de vista e experiências dos pernambucanos. Os homens urbanos mais jovens são os que revelam tensões e ambigüidades com relação às transformações nas relações de gênero no Brasil.

No conjunto, as trajetórias dos homens confirmam achados de outras investigações em contextos similares (Castro, 2000; Jardim, 1995; Nascimento, 2001; Portella *et al.* 1998; Valdez & Olavarria, 1997; Leal, 1995 entre outros), indicando:

- a) O trabalho e a função de provedor como centrais para todos os homens.
- b) A noção de uma sexualidade incontrolável como parte da natureza masculina e, como correlato, a atividade sexual diária como crucial para a afirmação da masculinidade.

- c) A ausência da idéia e das práticas de cuidado nas trajetórias masculinas.
- d) A manutenção da posição privilegiada dos homens na hierarquia de gênero.

Na área rural, os espaços masculino e feminino são segregados, sendo limitado o contato entre meninos e meninas. As relações entre homens e mulheres baseiam-se em uma matriz tradicional, sendo entendidas como complementares e recíprocas. Nas áreas urbanas, a idéia de direitos iguais aparece no discurso dos homens jovens e, em alguns casos, referida às suas relações amorosas. A sexualidade, no entanto, aparece como a área mais resistente à mudança. “Os direitos dela são iguais (...) mas, fazer o que eu faço, eu não admito!” é um ponto de vista comum quando se fala de sexo fora do casamento e da participação das mulheres em festas ou diversões noturnas. A noção de liberdade, valorizada na vida dos homens desde a infância, é importante para todos os grupos investigados, mas contrasta vivamente com a também valorizada necessidade de controle sobre a vida das mulheres. Entre os jovens do Sudeste, os atributos femininos e masculinos ainda são claramente definidos, mas entre eles é possível encontrar uma certa fluidez e flexibilidade, o que pode ser atribuído às transformações nas relações de gênero, mais aceleradas e marcadas nas áreas urbanas.

No que se refere à percepção dos contrastes e das continuidades, é importante enfatizar que não é nossa intenção construir tipologias regionais mas, pelo contrário, simultaneamente, buscar especificidades e apresentar uma perspectiva na qual as configurações de gênero são necessariamente polimorfas. Com isso, queremos dizer que, para além das características gerais comuns aos sujeitos investigados, é sempre possível identificar tensões e divergências na vida cotidiana das pessoas. Por isso, quando falamos de características que são compartilhadas por indivíduos em diferentes áreas, nós não estamos enfatizando a homogeneidade, mas apenas operacionalizando a análise. Interessa considerar ainda a importância do ocasional, dado que é o ocasional que freqüentemente dá lugar às regularidades.

Entre os jovens do Sudeste, a matriz cultural tradicional ainda estabelece expectativas com relação aos padrões de gênero. Masculino e feminino ainda são campos claramente definidos, mas há uma certa fluidez e flexibilidade entre eles. Essa mudança pode ser atribuída às novas possibilidades sociais e culturais para as mulheres, em lugares ou situações anteriormente restritas

aos homens, que atuam como catalisadoras das mudanças nas relações de gênero. Além disso, o conceito de cidadania e o processo de democratização introduziram a noção de direitos iguais, que também se estende às relações entre homens e mulheres. Como resultado, os homens se vêem adaptando-se às transformações nas representações sociais e práticas cotidianas de negociação nas suas relações com as mulheres. Os homens que não se identificam com o modelo hegemônico de masculinidade se distanciam de seus grupos de pares, que lhes demandariam atitudes e comportamentos mais convencionais. Nossos dados indicam que os homens casados encontram mais facilidades em evitar essa pressão do que os solteiros.

A considerável diferença na forma como homens e mulheres se referem à iniciação sexual e ao exercício da sexualidade é um importante indicador do modo distinto como o gênero orienta a ambos. Não é possível pensar a respeito dessas diferenças sem levar em conta a sua importância para a constituição do que muitos autores denominam de cultura sexual brasileira (Parker, 1991) e, ainda, a importância do sexo para a constituição da identidade masculina presente no discurso dos homens.

Para as mulheres, a iniciação se dá em relações estáveis, enquanto que, para eles, há uma variedade maior de tipo de parceiras. A forte presença da imagem das prostitutas nos relatos de iniciação de homens rurais chamou a nossa atenção para a forma sofisticada com que os homens classificam as mulheres e, ainda, para o modo como as mulheres percebem essa classificação. Há uma hierarquia moral, baseada nas práticas sexuais, que vai da prostituta à esposa, passando pela mulher de rua, de engenho, sozinha, amiga, namorada e noiva. A noção de “mulher sozinha” como a que inicia sexualmente os homens é muito distante da realidade das mulheres que, de fato, estão sozinhas, mas não querem iniciar homem algum.

Diferentemente do que pensam os homens, boa parte das mulheres rurais valoriza a condição de estar “sozinha”, desconectando-a da idéia de que estariam disponíveis para o sexo porque não têm um homem ao lado. Reivindicam o direito de se manterem sozinhas e de fazerem suas próprias escolhas sexuais e amorosas. Esse é um dos vínculos que unem essas mulheres àquelas do Rio de Janeiro e São Paulo, já que, embora para essas últimas a expressão “mulher sozinha” esteja associada à possibilidade de emancipação através do trabalho e da geração de renda, é também sinônimo de libertação da dependência masculina.

A noção de que os homens não podem viver sozinhos, dependendo das mulheres para a realização de sua sexualidade, para cuidar de si mesmo e para manter a casa, é amplamente disseminada na área rural e está presente de modo menos enfático no Sudeste. O *status* do homem sozinho é também negativo, apesar de ter um sentido completamente diferente, estando mais relacionado ao abandono afetivo do que à disponibilidade para o sexo. Em São Paulo, o casamento também está fortemente associado à idéia de ter alguém capaz de regular o comportamento masculino e “manter o homem na linha” — em uma espécie de continuidade do papel da mãe. Em Pernambuco, as múltiplas uniões marcam a vida conjugal dos homens e, para muitos deles, em um período muito curto de tempo. No Rio, embora o divórcio não seja incomum, muitos homens consideram que a mulher ideal é a sua parceira atual e aspiram a uma relação que dure por toda a vida. A idéia de ter na esposa alguém que cuide deles é uma das principais características que nós identificamos nos três locais de pesquisa e chama a nossa atenção para a polissemia da vida cotidiana e reivindica outros sentidos para além da aparência compacta dos padrões disponíveis: mostra o contraponto entre a imagem de um homem forte e dominante que, no entanto, não sabe como cuidar de si mesmo. Não é por acaso que, em muitos casos, com exceção da atividade sexual, o que os homens esperam de suas namoradas e futuras esposas é muito próximo do que esperam de suas mães ou do que esperam de empregadas domésticas. E isso não se refere apenas ao que os homens esperam das mulheres, mas ao que a comunidade, como um todo, parece fazer a cada vez que os homens escutam alguém lhes dizer: *“Vai arranjar uma mulher pra cuidar de tua casa!”*. Invariavelmente, os homens que não conseguem manter uma família ou não conseguem formar uma nova família, ao menos no caso de Pernambuco, tornam-se “homens sozinhos”, a quem a idéia de abandono é imediata e diretamente associada pelos outros homens e pela comunidade (Nascimento, 2001).

Talvez aqui esteja presente uma das mais importantes questões para se compreender a diferença radical entre homens e mulheres no que se refere às práticas de autocuidado. Se os homens são educados para serem cuidados pelas mulheres, a condição de abandono seria mais coerente com esse estereótipo do que a possibilidade de revertê-lo e de eles se tornarem capazes de cuidar de si mesmos. Podemos dizer, então, que “ser homem é não ter que cuidar de ninguém, nem de si mesmo”.

Essa configuração segue a lógica que tradicionalmente associa os homens à esfera pública e as mulheres à esfera privada. As mulheres percebem que, se

realizam atividades ditas masculinas, os homens também podem realizar atividades ditas femininas e reconhecem que, eventualmente, os homens fazem isso. Mas há diferenças entre a realização eventual dessas atividades e a idéia de que eles poderiam incorporar as atividades domésticas à sua vida cotidiana, como parte das práticas de autocuidado. De acordo com nossos informantes, o trabalho doméstico é visto como uma ameaça às configurações tradicionais de gênero e, conseqüentemente, como uma ameaça às suas noções de masculinidade e feminilidade. Especialmente em São Paulo, mas também nos outros estados, homens e mulheres reconhecem que, na ausência de mulheres, é culturalmente legítimo que homens realizem atividades domésticas.

O trabalho doméstico e o cuidado com as pessoas, seja realizado por homens ou por mulheres, é sempre associado ao feminino e, portanto, qualquer homem que seja surpreendido por outros homens enquanto realiza essas atividades se sentirá “desonrado”. Há várias referências a meninos e rapazes que realizam atividades domésticas longe dos olhos de seus amigos, já que essa revelação tornaria evidente o seu baixo *status* doméstico, demonstrando como eles são forçados a realizar um trabalho feminino e degradante. Também por isso, todas as mulheres e alguns homens consideram as atividades domésticas como algo que torna a vida das mulheres um fardo. Nesses momentos, é evidente, no discurso masculino, o modo como eles percebem a injustiça desses arranjos, talvez porque, diferentemente das questões relacionadas à sexualidade e à reprodução, nesses casos torna-se mais difícil naturalizar as diferenças. Não surpreende, portanto, que o casamento apareça como opressivo para quase todas as mulheres, o que não acontece entre os homens. Enquanto os homens glorificam suas mulheres, estas geralmente reclamam de seus parceiros atuais e anteriores e preferem estar sozinhas do que estar com um parceiro difícil, problemático e, muitas vezes, violento.

A mesma lógica aparece quando se considera o trabalho feminino fora de casa, que, quando existe, é representado como complementar e secundário, já que há consenso em relação ao lugar de provedor como a principal referência de constituição da masculinidade, que orienta a autopercepção, as relações e está diretamente associado aos diferentes níveis da vida dos homens. Não obstante o fato de que o papel de provedor é central para as definições de masculinidade, na opinião das mulheres de Pernambuco, ele não é suficiente para definir o que seria um parceiro ideal, embora elas reconheçam que, em muitas situações, as mulheres mantêm suas relações exclusivamente em função da dependência financeira.

Em Pernambuco, e entre os homens mais velhos, a paternidade é completamente informada pela idéia de provisão, e o projeto de construir e sustentar uma família é o que lhes dá reconhecimento social e identidade masculina. Os homens mais jovens do Rio e de São Paulo, porém, além da provisão, preocupam-se com o bem-estar emocional de seus filhos e estão muito mais presentes na sua vida diária do que as gerações anteriores. Em São Paulo, além da importância do papel de provedor, o pai ideal também deveria “dar exemplos” de comportamento para seus filhos através da presença e participação constantes na vida cotidiana das crianças.

Entre todas as atribuições masculinas, a mais explícita, inegável e imediata se refere à sustentação econômica da casa. Ser homem é ser provedor, função que se expande para todas as dimensões da vida e marca profundamente sentimentos e compreensões sobre a paternidade. Para os cariocas, o desemprego é, por isso, percebido como um problema sério, associado à falta de qualificação e à pouca escolaridade masculina. O abandono escolar é o resultado da entrada precoce no mercado de trabalho através da qual o ciclo de pobreza e desigualdade se reproduz. Muitos homens, em São Paulo, associaram a pobreza que viveram na infância e a inserção precoce no mercado de trabalho à ausência de um “pai provedor”, seja por motivo de falecimento ou por abandono do lar — essa ausência também foi notada entre os homens do Rio de Janeiro.

Os homens urbanos compartilham com as mulheres a aspiração de mobilidade social para si mesmos e para suas crianças. Além disso, têm expectativas de ampliar o nível de consumo e de ter uma ocupação profissional rentável, o que reforça o seu papel de provedor, embora com outras motivações. Reforçando a centralidade do lugar de provedor, nas poucas ocasiões em que os homens demonstraram preocupação com relação à contracepção, ela esteve relacionada à subsistência econômica.

A sexualidade dos homens está intensamente ligada ao prazer e à descoberta do corpo, mas os jovens homens urbanos revelam preocupação com o prazer das mulheres, entendido como um direito, e com a pressão social sobre sua própria *performance*. Os significados do sexo são definidos pelo tipo de mulher e pelo tipo de relação que o homem mantém com ela, prevalecendo a oposição entre casa e rua. Para os homens urbanos, há uma tensão entre a promiscuidade masculina “natural” e a administração dos riscos (para a própria saúde ou para a relação estável). A monotonia sexual e a necessidade masculina de “diversificação”

foram também importantes para os homens urbanos de São Paulo, com muitas referências ao sexo anal. Os jovens do Rio de Janeiro também formularam suas obrigações conjugais em termos de prover suas parceiras de satisfação sexual. Para esses homens, o prazer sexual é reconhecido como um direito sexual de mulheres e homens.

O conhecimento sobre os processos reprodutivos e os métodos contraceptivos é muito limitado entre homens e mulheres, mas a informação é particularmente escassa entre os homens mais velhos. As fontes de informação incluem grupos de amigos, televisão e, para os homens, irmãos mais velhos. É a pílula, mais do que qualquer outro método, que é identificada como contraceptivo pelos homens. Em seguida, aparecem o *condom*, a tabela e o coito interrompido. Os homens mais velhos associam o uso do *condom* e a negociação de contracepção com as parceiras à promiscuidade e ao sexo fora do casamento. Em São Paulo, por conta da maior concentração de casos de aids e das campanhas de prevenção, é comum o uso de *condom* em relações recentes, abandonado quando a relação se estabiliza.

A violência masculina é particularmente significativa na área rural de Pernambuco e pode ser entendida como um mecanismo que reconstrói a desigualdade entre homens e mulheres quando ela é de algum modo ameaçada. Algumas vezes é justificada por características próprias do homem violento e outras vezes por circunstâncias da relação do casal. Assim como a sexualidade, a violência é também naturalizada. É uma forma culturalmente legitimada e aceita de resolver conflitos, é um método educativo que objetiva a adaptação às normas locais e, finalmente, é um elemento definidor da virilidade e, portanto, da masculinidade. O abuso sexual na infância apareceu com alguma frequência nos relatos dos homens de todas as áreas. No Rio, a maior parte dos homens critica a violência contra as mulheres, mas há situações nas quais tentam justificá-la. No entanto, muitos homens evitam a violência, em função de seus princípios e da consciência a respeito dos riscos envolvidos. A maior parte dos homens do Rio de Janeiro critica a violência contra as mulheres, mas há várias situações nas quais eles, independentemente da idade, a justificam. Além disso, no Rio, a violência entre os homens é amplamente disseminada e é entendida como um problema grave. A violência aparece com frequência associada ao álcool. “Beber” é uma atividade de lazer comum em todas as áreas e o alcoolismo é frequente entre os homens, mas só é reconhecido como tal quando está associado a bebidas fortes, como a cachaça.

Nossos dados indicam que as desigualdades de gênero, assim como os problemas socioeconômicos, são muito mais severas no Nordeste rural do que no Sudeste urbano. A despeito dos contrastes, as continuidades culturais são particularmente evidentes entre os homens mais velhos e os migrantes. Se, de um lado, nossa pesquisa indica a necessidade de intervenções e políticas específicas de gênero com foco na sexualidade e na reprodução, por outro, indica também a necessidade de reforçar a articulação entre estas políticas com ações estruturais no campo do emprego e da educação, de modo a alterar algumas das bases sobre as quais essas desigualdades são forjadas.

Recomendações:

1. Assim como na primeira pesquisa realizada pelo IRRRAG no Brasil, também aqui as profundas desigualdades entre homens e mulheres nos campos da sexualidade e da reprodução revelaram-se em nossos dados. A busca por igualdade e justiça de gênero, nos contextos investigados, exige um esforço integrado na implementação de todas as políticas públicas no plano local. Nesse sentido, recomendamos a realização de campanhas educativas e informativas sobre: a) igualdade de direitos entre homens e mulheres; b) igualdade de responsabilidades entre homens e mulheres nas esferas da sexualidade e da reprodução; c) divisão do trabalho doméstico entre homens e mulheres e d) violência contra as mulheres.
2. As mulheres e os homens não têm acesso à informação adequada e/ou suficiente sobre saúde sexual e reprodutiva e a maior parte dos homens não se envolve nos processos de decisão a respeito da contracepção. As políticas e os programas de saúde precisam alcançar a população masculina e incluí-la em programas específicos.
3. Políticas e programas sociais, tais como o Bolsa-escola, devem procurar manter meninos e rapazes na escola e treiná-los para o mercado de trabalho.
4. Os temas da violência, sexualidade e saúde reprodutiva devem ser integrados aos currículos escolares e em programas

preventivos. Embora os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ministério da Educação incluam sexualidade e violência na perspectiva dos direitos humanos, as escolas não têm sido capazes de implementá-los nos treinamentos de professores/as.

5. Os programas e as políticas públicas de saúde e educação devem estimular o envolvimento dos homens nos cuidados com crianças, doentes e idosos/as.
6. Os homens precisam ter consciência de seus direitos e responsabilidades como cidadãos e devem ser informados a respeito dos mecanismos disponíveis para assegurar seus direitos. As violações e os abusos de direitos humanos são particularmente severos entre homens pobres brasileiros.
7. Os programas e as políticas para a promoção das artes e dos esportes devem estar articulados a ações de prevenção da violência e de treinamento profissional. Os programas bem-sucedidos das favelas do Rio de Janeiro, assim como o programa Paz nas Escolas, da Unesco — ambos focados em atividades artísticas e esportivas — indicam a relevância desse tipo de atividade, junto com a capacitação profissional, para a prevenção do crime e da violência.
8. O segundo projeto de pesquisa do IRRRAG, quando comparado ao primeiro, indica como os movimentos sociais são importantes elementos para a promoção da equidade e da mudança no micronível dos indivíduos, das famílias e comunidades. Programas que estimulem grupos e movimentos de homens são meios importantes para se alcançar a equidade de gênero. O fortalecimento das organizações de mulheres é, por sua vez, essencial pelas mesmas razões.

BIBLIOGRAFIA

- ARILHA, M. Homens: entre a “zoeira” e a “responsabilidade”. In: M. Arilha, S. Ridenti e B. Medrado. Homens e masculinidades: outras palavras. São Paulo: Ed. 34/Ecos, 1998, pp. 51-78.
- ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS. (2001). *Mulheres Negras: Um Retrato da Discriminação Social Racial no Brasil*. Brasília: AMB.
- ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS. (2000). “Políticas Públicas para as Mulheres no Brasil, Cinco Anos Após Pequim”. In: Observatório da Cidadania nº 4, Relatório 2000. Rio de Janeiro: Social Watch Brasil.
- BADINTER, Elizabeth. (1993). XY: Sobre a identidade masculina. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- BARBIERI, Teresita de. (1991). “Sobre la categoria género. Una introducción teórico-metodológica”. In: AZEREDO, Sandra & STOLCKE, Verena (coords.), *Direitos reprodutivos*. São Paulo: FCC/DPE, p. 25-45.
- BARBOSA, Regina Maria. (1999) *Negociação Sexual ou Sexo Negociado? Poder, Género e Sexualidade em Tempos de Aids*. In: Barbosa, Regina Maria & Parker, Richard. *Sexualidade pelo Averso. Direitos, Identidade e Poder*. Rio de Janeiro:

- IMS/UERJ; São Paulo: Ed. 34, p. 73-88.
- BARROSO, Carmem. (1987). Estudos sobre mulher: o descompasso na expansão do ensino e da pesquisa. In: OLIVEIRA, Eleonora M. (org.). Mulheres: da domesticidade à cidadania: estudos sobre movimentos sociais e democratização. São Paulo, CNDM, p. 97-99.
- BOZON, M. (1995). Amor, sexualidade e relações sociais na França contemporânea. Estudos feministas, ano 3 (1): 122-135.
- BRUSCHINI, Cristina. Mulher, casa e família: cotidiano nas camadas médias paulistanas. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Vértice, 1990.
- CAETANO, André Junqueira, (2000). "Sterilization for Votes in the Brazilian Northeast: The Case of Pernambuco". Tese de doutoramento em demografia, em elaboração. Population Research Center, Universidade do Texas em Austin.
- CAMPOS, Maria M. M.; ROSEMBERG, Fúlvia e CAVASIN, Silvia. (1988). A expansão da rede de creches no município de São Paulo durante a década de 70: a participação do grupo *Nós Mulheres*. Trabalho apresentado no XII Encontro Anual da ANPOCS. Águas de São Pedro/SP. GT. Mulher e Política.
- CASTRO, Roberto. (2000). La Vida en La Adversidad: El Significado de la Salud y la Reproducción en la Pobreza. Cuernavaca, México: Universidad Nacional Autónoma de México, Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinares.
- CONNELL, Robert W. (1987). *Gender and power: society, the person and sexual politics*. CA: Stanford University Press.
- CORNEAU, Guy. Paternidade e masculinidade. In: NOLASCO, Sócrates (org.). A desconstrução do masculino. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.
- CORREA, Sonia. (1996). "Gênero e sexualidade como sistemas autônomos: idéias fora do lugar?" in: PARKER, R.& BARBOSA, R. (org.) *Sexualidades Brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/IMS-UERJ/ABIA, p.149-159.
- CORREA, Sonia & PIOLA, Sérgio. (2003). Avaliação da Área Técnica de Saúde da Mulher. Brasília: Ministério da Saúde.
- CORTES, Soraya Maria Vargas. (2000). "Balanço de experiências de controle social, para além dos conselhos e conferências no Sistema Único de Saúde brasileiro:

- construindo a possibilidade da participação dos usuários”. In: Cadernos da 11ª Conferência Nacional de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde.
- COSTA, Albertina O. (1988) É viável o feminismo nos trópicos? Resíduos de insatisfação. São Paulo, 1970. São Paulo, Cadernos de pesquisa, nº 66, p. 63-64, ago.
- COSTA, Albertina O.; BARROSO, Carmem e SARTI, Cynthia. (1985). Pesquisa sobre mulher no Brasil - Do limbo ao gueto? São Paulo, Cadernos de pesquisa, nº 54, p. 5-15, ago.
- DINIZ, Simone G. e cols. (2003). Gênero, Sexualidade e Auto-cuidado. Quando ela leva uma receita para ele. <http://www.mulheres.org.br/fiqueamigadela/genero.html>
- DOWSETT, Gary W. (1996). I'll show mine if you show me yours. Reproductive Health Matters. London, Nº 07, maio, p. 19-24.
- ENGLE, Patrice. Men in families. Report of a consultation on the role of males and fathers in achieving gender equality. New York: UNICEF. 1995.
- FONSECA, Claudia. (1996). “Uma genealogia do ‘gênero’”, *Revista de Antropologia*. Recife: Mestrado em Antropologia.
- GOLDBERG, Anette. (1989). Feminismo no Brasil contemporâneo: O percurso intelectual de um ideário político. BIB. Rio de Janeiro, n. 28, p. 42-70.
- GOMÁRIZ, Enrique. (1992). Los estudios de género y sus fuentes epistemológicas: periodización y perspectivas. In: Fin de siglo: género y cambio civilizatorio. Isis International. Ediciones de las mujeres. Santiago de Chile, nº 17, p. 83-110, December.
- HEILBORN, Maria Luiza, (1992). Dois é Par: Conjugalidade, Gênero e Identidade Sexual em um Contexto Igualitário. Tese de doutoramento, Museu Nacional, Rio de Janeiro.
- IZQUIERDO, Maria Jesús. Uso y abuso del concepto de género. In: VILANOVA, Mercedes (org.). Pensar las diferencias. Promociones y Publicaciones Universitarias, S. A. Barcelona, 1992, p. 31-53.
- JARDIM, Denise Fagundes. (1995). Performances, reprodução e produção dos

- corpos masculinos. In: LEAL, Ondina (Org.) Corpo e significado: ensaios de antropologia social. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, p. 193-206.
- KERSTENETZKY, Célia Lessa. (2001) “Brasil – A Violência da Desigualdade”. In: Observatório da Cidadania nº 5, Relatório 2001. Rio de Janeiro: Social Watch Brasil.
- KNAUTH, Daniela Riva. (1999) *Subjetividade Feminina e soropositividade*. In: Barbosa, Regina Maria & Parker, Richard. Sexualidades pelo Averso. Direitos, Identidade e Poder. Rio de Janeiro: IMS/UERJ; São Paulo: Ed. 34. p. 122-136.
- LYRA, Jorge. (1997). Paternidade Adolescente: Uma proposta de intervenção. São Paulo, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social. PUC/São Paulo.
- LYRA, Jorge. Paternidade adolescente: construindo um lugar. Projeto de intervenção elaborado para o Programa de População - Fundo de Capacitação e Desenvolvimento de Projetos da Fundação MacArthur - Brasil. São Paulo, 1997.
- MEDRADO, Benedito. (1997). O masculino na mídia. Repertórios sobre masculinidade na propaganda televisiva brasileira. São Paulo, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social. PUC/São Paulo.
- MIGUEL, Sônia Malheiros. (2000). A Política de Cotas por Sexo: Um Estudo das Primeiras Experiências no Legislativo Brasileiro. Brasília: CFemea.
- MORAES, Maria L. Q. Mulheres em movimento: o balanço da década da mulher do ponto de vista do feminismo, das religiões e da política. São Paulo: Nobel, 1985.
- MUNDIGO, Axel I. Papéis masculinos, saúde reprodutiva e sexualidade. Conferências Internacionais sobre População. Fundação MacArthur. São Paulo, 31 de julho de 1995.
- NASCIMENTO (1999) ‘*Ser homem ou nada*’: *Diversidade de experiências e estratégias de atualização da masculinidade hegemônica em Camaragibe/PE*. Recife, Programa de Pós-graduação em Antropologia Cultural. UFPE, (Dissertação de Mestrado).

- NASCIMENTO (2001) *Homens pobres, masculinidades à margem: a construção social da masculinidade em Camaragibe/PE*. São Paulo. Terceiro Programa de Treinamento em Pesquisa sobre Direitos Reprodutivos na América Latina e Caribe – PRODIR III, Fundação Carlos Chagas/Fundação MacArthur (Relatório de Pesquisa)
- NASCIMENTO, Pedro. (2000) *Homens Pobres e Vulnerabilidade Masculina às DSTs e Aids: Um Estudo Exploratório*. Recife: Instituto Papai/Fapes-UFPE.
- NÄSMAN, Elisabet. The importance of family policy for fathers' care of their children. In European Commission Childcare Network. Report on Childcare Network Technical Seminar. Glasgow, May, 1990. cap. 2, p. 1-19.
- NOLASCO, Socrates. (2000). *De Tarzan a Homer Simpson*, RJ: Rocco.
- PARKER, Richard. (1991). *Bodies, Pleasures and Passions: Sexual Culture in Contemporary Brazil*. Boston: Beacon Press.
- PORTELLA, Ana Paula; DE MELLO E SOUZA, Cecília e DINIZ, Simone. (1998). Not Like Our Mothers: Reproductive Rights and the Emergence of Citizenship among Rural Workers, Domestic Workers and Housewives. In PETCHESKY, Rosalind & JUDD, Karen. *Negotiating Reproductive Rights. Women's Perspectives across Countries and Cultures*. London, Zed Books.
- PRODAN. A cidade de São Paulo e sua história. <http://www.prodam.sp.gov.br/dph/historia/>
- RAPOPORT, Rhona. Men's involvement as fathers in the care of children: possibilities of change in the workplace. In: European Commission Childcare Network. Report on Childcare Network Technical Seminar. Glasgow, May, 1990. cap. 2, p. 1-11.
- REDESAÚDE. (1997). "Seguimento do Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento - Cairo 1994". São Paulo: RedeSaúde.
- ROSEMBERG, Fúlvia. (1987). *As feministas e a luta por creche*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas.
- ROSEMBERG, Fúlvia. (1993). Estudos sobre mulher e relações de gênero. In: A

- Fundação Ford no Brasil. São Paulo: FAPESP/ Sumaré.
- SAPAROLI, Eliana C. L. - Educador infantil: uma ocupação de gênero feminino.
Dissertação (Mestrado em Psicologia Social), São Paulo: PUC, 1997.
- SARTI, Cynthia A. (1988). Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. São Paulo, Cadernos de pesquisa, nº 64, fev. p. 38-47.
- SARTI, Cynthia. (1985). “É sina que a gente traz”: ser mulher na periferia urbana. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - USP.
- SARTI, Cynthia. (1992) *Família Patriarcal entre Pobres Urbanos?* in Cadernos de Pesquisa. São Paulo, FCC, n, 82, p. 37-42, ago.
- SARTI, Cynthia. (1996). *A família com espelho. Estudo sobre a moral dos pobres*, São Paulo: Autores Associados.
- SCHRAIBER, Lilia et al. (2002). Estudo Multicêntrico sobre Violência Doméstica e Saúde da Mulher. Genebra: World Health Organization.
- SCOTT, Russel P. (1990). “O homem na matrifocalidade: gênero, percepção e experiências do domínio doméstico”, *Cadernos de Pesquisa*, Nº 73, maio, São Paulo, pp.38-47.
- SOARES, Márcia Piedade; FERREIRA, Inês Quental & FERRAZ, Elisabeth Anhel. (1992) *Sexualidade na Adolescência: Um Estudo sobre Jovens no Município do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, BENFAM/Departamento de Pesquisas Sociais,
- TRINDADE, Zeide A. As representações sociais da paternidade e da maternidade: implicações no processo de aconselhamento genético. São Paulo: 1991. Tese (Doutoramento em Psicologia Social) - IPUSP.
- UNDP. (2001). “Making New Technologies Work for Human Development”. In: Human Development Report 2001. New York: Oxford University Press.
- VIVEROS, Mara. (1998). “Quebradores y cumplidores: biografías diversas de la masculinidad”. In: VALDES, Teresa y OLAVARRIA, José (eds.) *Masculinidades y equidad de género en América Latina*, Santiago: FLACSO-Chile, p. 36-55.
- VALDES, Teresa y OLAVARRIA, José. (1998). “Ser hombre en Santiago de Chile:

a pesar de todo, un mismo modelo”. In VALDES, Teresa y OLAVARRIA, José (eds,) *Masculinidades y equidad de género en América Latina*, Santiago; FLACSO-Chile, p. 12-35.

VALDES, Teresa y OLAVARRIA, José (eds). (1997). *Masculinidades: Poder e Crisis*. Chile, Santiago: Ediciones de las mujeres, N° 24, 1997.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. (1995). *Senhores de si - Uma interpretação antropológica da masculinidade*, Lisboa: Fim de Século.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. (1996). “Gênero, Masculinidade e Poder: Revendo um caso do sul de Portugal”. In: *Anuário Antropológico* 95, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

VILLA, Alejandro M. (1997). “Significados da reprodução na construção da identidade masculina em setores populares urbanos”. In: COSTA, Albertina (org,) *Direitos tardios*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Editora 34, p. 115-137.

VILLELLA, Wilza & BARBOSA, Regina Maria. (1996). Repensando as relações entre gênero e sexualidade (...) In: PARKER & BARBOSA, Sexualidades brasileiras. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ABIA/IMS/UERJ. p. 189-199.

DADOS SOBRE AS/OS AUTORA/ES

Ana Paula Portella é psicóloga e Coordenadora de Pesquisas do SOS CORPO. É autora e co-autora de diversos artigos e materiais educativos sobre os temas de gênero, sexualidade, direitos reprodutivos e violência contra as mulheres.

Formato	18,5 x 24 cm
Tipo principal	Berkeley Book 11/15,5
Tipo secundário	Gill Sans Light
Papel	Cartão Supremo 250 g/m ² (capa) Offset 90 g/m ² (miolo)
Número de páginas	142
Tiragem	???
Fotolito, impressão e acabamento	???
Finalização	Maio de 2004